



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 67

QUINTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 85ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE JUNHO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ALCIR PIMENTA — Entrega pelo Ministério da Educação ao Estado do Rio de Janeiro de mais uma escola profissionalizante de nível médio.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Trabalho de autoria da Dra. Zeia Pinho Rezende, referente à igualdade entre os cônjuges, com vistas à reforma do Código de Processo Civil, ora em tramitação no Congresso Nacional.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Trabalho que vem sendo realizado por técnicos brasileiros no setor da genética e da pesquisa na produção de vinho.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Situação em que vivem os consumidores brasileiros.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Estado de precariedade em que se encontra a estação telegráfica de Vilhena—RO, bem como a de Cuiabá a Porto Velho.

DEPUTADO A.H. CUNHA BUENO — Reivindicação encaminhada ao Senhor Presidente da República pelos proprietários de casas construídas em regime de mutirão, no Município de Santo André—SP.

DEPUTADO RAIMUNDO PARENTE — Reparos a noticiário veiculado pela Imprensa sobre a desunião da ARENA, particularmente no Estado do Amazonas.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Propostas de Emenda à Constituição nºs 8 e 10, de 1975, que visam a dar nova redação ao *caput* do art. 25 da Constituição. *Aprovada* a redação do vencido para o segundo turno.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão solene do Congresso, a ser oportunamente marcada, para promulgação da matéria aprovada na Ordem do Dia da presente sessão.

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 86ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE JUNHO DE 1975

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO BRAGA RAMOS — Principais aspectos do Plano Objetivos e Metas de Desenvolvimento do Governo do Estado do Paraná.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Discursos proferidos pelo Reitor Padre José Carlos de Lima Vaz, pelo representante dos estudantes, Lourival Fonseca e pelo Ministro Ney Braga, na inauguração da nova sede do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Católica de Goiás.

DEPUTADO GIOIA JUNIOR — Homenagens a Paulo Machado de Carvalho ao completar 44 anos como radialista; à Rede Globo de Televisão pelo transcurso de seu primeiro decênio; e aos 25 anos de fundação da Editora Abril.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Relatório das atividades da Cooperativa Habitacional dos Operários em Estabelecimentos Bancários do antigo Estado da Guanabara.

DEPUTADO JOÃO PEDRO — Reivindicação dos Municípios da Região de Alta Sorocabana—SP, por serviços telefônicos.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Problema de colonos no Território de Rondônia.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Situação financeira dos municípios fluminenses decorrente da queda na arrecadação do ICM.

DEPUTADO GABRIEL HERMES — Palestra do Dr. Tupy Corrêa Porto referente à exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás.

DEPUTADO ANTÔNIO MORIMOTO — 38º aniversário de fundação de Andradina—SP.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Considerações sobre o pronunciamento da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais a projeto de lei de autoria de S. Exª, sobre o problema da idade para trabalhar.

DEPUTADO EDGAR MARTINS — Transcurso do 29º aniversário de fundação do Serviço Social da Indústria — SESI.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

DEPUTADO NOSSE ALMEIDA — Agradecimento ao apoio recebido pela Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados em sua recente viagem àquela Região.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Significado da realização da páscoa dos Srs. Congressistas e servidores da Casa.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Situação das populações atingidas pelas enchentes nos Estados do Pará e do Amazonas.

DEPUTADO BENEDITO CANELLAS — Apelo às autoridades competentes, notadamente do INCRA, referente ao pagamento de terras desapropriadas em favor da FUNAI no Estado de Mato Grosso.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO — Congratulações com o Governo pela celebração do acordo nuclear a ser assinado entre o Brasil e a Alemanha Ocidental.

DEPUTADO JORGE PAULO — Necessidade da criação do Conselho Nacional de Direito Autoral, em decorrência da Lei nº 5.988, de 14-12-73. Medidas em defesa do direito autoral. Reivindicações da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo em favor do magistério paulista.

DEPUTADO VALDOMIRO GONÇALVES — Homagens prestadas pela Câmara de Vereadores de Rondonópolis-MT ao Presidente Médici e ao Deputado Federal Emanuel Pinheiro pelas contribuições dadas em benefício do desenvolvimento econômico do Município. Campanha desenvolvida pelo jornalista Carlos Daltro, do *Correio do Leste*, em favor da cultura e da comunicação de Rondonópolis.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Apelo recebido da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina referente à implantação de uma usina siderúrgica na região de Araranquá para aproveitamento da matéria-prima ali extraída.

DEPUTADO COTTA BARBOSA — Supressão da composição ferroviária "Vera-Cruz", que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOEL LIMA — Paralisação determinada pelo Governador do novo Estado do Rio de Janeiro das obras que vinham sendo realizadas pelas administrações anteriores nos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Distribuição aos Srs. Parlamentares de trabalho elaborado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, referente ao quadro comparativo do projeto de código civil, com a legislação em vigor.

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 26, às dezenove horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 1/75-CN, que estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária, e acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974. **Rejeitadas as partes vetadas**, ficando portanto mantido o veto, após falarem, no encaminhamento de sua votação, os Srs. Deputados Laerte Vieira e Nelson Marchezan.

2.4 — ENCERRAMENTO**ATA DA 85ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE JUNHO DE 1975****1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES**

Às 11 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jar-

bas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora

— Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marclio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes

Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Nêto — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sergio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanella — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta —

MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blotta Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Júnior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novais — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo de Carvalho — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequet — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 357 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcir Pimenta.

O SR. ALCIR PIMENTA (Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No momento em que o Ministro da Educação e Cultura se prepara para entregar ao povo da Guanabara mais uma escola profissionalizante de nível médio, cabe fazer um agradecimento todo especial, não só às autoridades da Secretaria de Educação do extinto Estado da Guanabara, que tanto se empenharam para que se realizasse aquela pretensão comunitária, senão também assinalar o empenho com que se houve o ex-Ministro da Educação, Senador Jarbas Passarinho, a que, efetivamente, se devem as providências de ordem administrativa para que se consubstanciasse aquela reivindicação de há muito feita desta tribuna, desde que aqui cheguei pela vez primeira.

É ainda, Sr. Presidente, de se assinalar que a escola de que me ocupo neste instante, não só pelas suas características modernas, senão também pelo fato de servir a uma comunidade desprovida dessa modalidade de ensino, irá preencher injustificável lacuna ali por tanto tempo verificada. Isso sem dúvida atesta, à sociedade, o empenho com que o magistério carioca, através das suas figuras mais representativas, se manifestou junto às autoridades do Executivo, para que se concretizasse aquela iniciativa que, originando-se de uma solicitação feita desta Tribuna, dá a medida exata do que pode o Poder Legislativo, quando atuando de comum acordo e em conformidade com o Executivo, realizar de significativo para a comunidade, atestando, assim, os propósitos do homem público brasileiro, de bem servir àqueles a quem tem obrigação de defender. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Organização Internacional do Trabalho, reunida este mês em Genebra, colocou em debate vigorosa campanha de âmbito mundial tendente a oferecer melhores condições às mulheres de concorrer em igualdade com os homens no mercado de trabalho.

Acresce dizer que no "Ano Internacional da Mulher", além do estudo do trabalho feminino, tema de Direito Comparado, objeto da Conferência Geral da ONU, realiza-se no México outra Conferência Internacional da Mulher, onde foi aprovada a proclamação de um decênio para o desenvolvimento da mulher, além de outras medidas de mobilização de recursos e o potencial das mulheres não somente para os seus direitos específicos, mas também para o progresso de toda a humanidade.

Sr. Presidente, na oportunidade, impõe-se destacar os trabalhos da Dr^a Zeia Pinho Rezende, da Divisão Jurídica do IAA, como valiosa contribuição às comemorações do "Ano Internacional da Mulher", patrocinadas pela ONU e OEA.

Assim, ao registrar o recebimento de honroso expediente da destacada jurista fluminense, em que solicita a atenção do Congresso Nacional, para a reforma do Código Civil, a fim de que "não se permitam privilégios e sim igualdade de direitos entre os cônjuges", passo a ler para que conste dos Anais do Congresso Nacional, os dois aplaudidos artigos firmados pela Dr^a Zeia Pinho Rezende:

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Jurídica

Revista Trimestral da Divisão Jurídica
do Instituto do Açúcar e do Alcool
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua 1^a de Março, 6 - 5^o andar
Fones 224-0112-224-0257 Ramal 243
20.000 — Rio de Janeiro — GB—ZC-01

Em 12 de junho de 1975

RJ. 292/75

Ilmo. Sr.

Deputado Peixoto Filho
Câmara dos Deputados
70.000—Brasília — DF

Senhor Deputado,

Tenho o prazer de oferecer a V. Sa. alguns artigos de minha autoria e faço votos para que os mesmos lhe sejam úteis de alguma forma.

Trata-se de minha contribuição ao Ano Internacional da Mulher que a OEA e a ONU comemoram este ano.

Apelo ao nobre Deputado a fim de apoiar sempre as justas reivindicações da mulher brasileira e que principalmente ao legislar sobre o Código Civil não permita privilégios e sim igualdade de direitos entre os cônjuges.

Aproveito o ensejo para apresentar os meus protestos de elevada estima e consideração. — Zeia Pinho Rezende, Chefe da Revista Jurídica.

O TRABALHO E A MULHER

Zeia Pinho Rezende

O Trabalho é a afirmação da mulher e o resultado de sua luta de milênios, na defesa de seus direitos.

A mulher é maioria nas faculdades de Filosofia, Jornalismo, Ciência e Letras, Belas Artes, Música, Biblioteconomia, Artes Domésticas, Enfermagem e Serviço Social. Aumenta de ano para ano o número de cadeiras ocupadas por mulheres nas faculdades de Direito, Farmácia, Medicina e Odontologia. No mundo a maior per-

centagem de trabalho feminino registra-se na Filândia, no Equador e na Alemanha Oriental (41%), a mais baixa na Espanha (15%). Ocupam as mulheres cargos de presidentes de diretório em diversas faculdades, elas são dirigentes de indústrias e têm altos postos em seus trabalhos.

Aumenta de ano para ano o contingente feminino das escolas de ensino médio e superior. Estatísticas mostram acréscimo vertical acentuado de presença feminina, nos ramos das profissões técnico-administrativas e liberais. Para a mulher o triunfo maior é a educação. Por ela luta com todas as suas forças, com ele quer conseguir sua independência financeira, que lhe abrirá caminho para conseguir a almejada igualdade de direitos.

No Nordeste e Norte, o número de matrículas femininas é superior às do sexo masculino, perde, porém, com pequena diferença para os Estados do Sul. O número de matrículas femininas no ensino superior cresce anualmente numa proporção superior a 4%. Haverá uma transformação tão importante quanto aquela referente ao proletariado, porém de consequência muito maior que introduzirá profundas modificações na estrutura social dos povos: a conquista pela mulher de seus direitos.

A mulher está vencendo gradativamente os tabus que a marginalizavam dentro da sociedade. Ela hoje trabalha e atua em todos os setores com segurança e capacidade, igualando-se ao homem. A competição ou a partilha dos problemas do homem se faz imperiosa para ela, no mundo atual. É indispensável a integração da mulher na sociedade, possibilitando-lhe as chances de se aprofundar nos problemas afetos ao homem e, por conseguinte, auxiliando-os a resolvê-los.

O que noutro tempo era motivo de curiosidade e até a alguns parecia estranho ou escandaloso, uma mulher exercendo funções e ofícios que antes somente ao homem era permitido, hoje é o fato mais rotineiro deste mundo. Nas grandes empresas, nas indústrias, no comércio, nos bancos, o trabalho da mulher é ostensivo e representa alto nível de produção. De modo especial nos serviços administrativos a presença da mulher é ainda mais atuante. Por outro lado ninguém desconhece o trabalho da mulher na carreira diplomática. Podemos afirmar que quanto mais desenvolvido o País, maior o número de mulheres que trabalham fora.

Assim, o que desejamos é a plena integração da mulher em todas as atividades de trabalho honrado e produtivo.

Antigamente a mulher nascia para ser escrava, permanecendo na mais completa ignorância. Aos poucos ela foi-se libertando com grandes sacrifícios. Não deseja a mulher substituir ou superar os homens, mas sim ombrear-se com eles e juntos trabalharem para o engrandecimento da humanidade.

Dessa desigualdade social que a mulher estava condenada resultou o preconceito, já desmentido de sua suposta inferioridade.

Não existe justificativa para a discriminação entre os sexos, em teoria ou em prática em lugar algum. Assim, qualquer doutrina baseada na superioridade do sexo masculino é cientificamente falsa, moralmente condenável e socialmente injusta. Já foi demonstrada que a pretensa debilidade física revelada na pequena estatura, na delicadeza dos ombros provém das variações raciais. As mulheres são mais robustas do que os homens na Itália Meridional e, na África, em regra, mais esbeltas. Essa debilidade observada resulta da ociosidade pela atrofia muscular, tanto assim que na Índia, a mulher designada para a aristocracia deve possuir medidas mínimas. Pode-se juntar a propósito, entre os homens, o caso dos "Jockeys", obrigados profissionalmente a limites mínimos de peso. Hoje, a concepção eventual da estética obrigou a mulher a restrições alimentares. Nas tribos localizadas em montanhas, como as de Anam, Toquim e Laos as mulheres são prodigiosamente fortes pelo hábito de marchar e o costume de conduzir cargas. As negras da África incumbem-se dos mais rudes trabalhos. Na Arábia, a mulher era, na expressão de Luiz XIV, "uma besta de carga". No Japão, trabalham nos arrozais e, como pescadoras, descem ao fundo do mar para recolher o marisco.

No Nordeste do Brasil homens e mulheres de condições modestas atolados escavam a lama em igualdade de condições e apanham o caranguejo que serve de seu principal alimento.

Na antiguidade pensava-se que a mulher não passava de um campo destinado a receber a semente masculina e fazê-la frutificar.

A ciência provou que inexistem superioridades entre o homem e a mulher, existindo tão-somente características próprias complementares e harmonizantes entre os sexos. Biologicamente, em funções orgânicas específicas, ambos os sexos se completam, na tarefa de reprodução da espécie. Um sexo nada é sem o outro e o papel da mulher está longe de ser apenas um campo fértil. Assim na procriação da espécie a importância da mulher é idêntica à do homem.

As atividades femininas não devem restringir-se ao lar e às funções domésticas, a mulher tem grande responsabilidade na sociedade, devendo por isto influir na vida social e política ao lado do homem.

Hoje as mulheres guiam automóveis e aviões, atiram-se de pára-quadras, atravessam a Mancha a nado, exploram o deserto do Tibet, as selvas da África equatorial e gelos polares.

No princípio, por diversas circunstâncias foi obrigada a sair de casa e enfrentar o trabalho em igualdade de condições com o homem. Descobriu sua capacidade e valor, tornou-se indispensável como conselheira e administradora do lar. A relativa igualdade que as mulheres conseguiram até hoje não foi obtida sem luta, tão enraizadas eram entre nós as tradições grega e romana, que recusavam dar à mulher na República um lugar igual ao do homem.

Foi a Nova Zelândia que abriu caminho no setor político, concedendo o direito do voto às mulheres, sete anos antes do alvorecer do século XX. Seguiram-na a Austrália, a Noruega e a Finlândia.

Honra seja feita, várias vozes masculinas fizeram-se ouvir ao lado dos apelos femininos contra os preconceitos que faziam da mulher um ser marginalizado, a quem se devia deixar na ignorância e na servidão.

Era crença de que a educação da mulher ocasionava a dissolução da família e desmoronamento da sociedade. Com essa mentalidade a mulher vivia com a única finalidade de procriar e cuidar dos filhos, completamente presa ao lar, trabalhando muitas vezes acima de suas próprias forças nas pesadas tarefas domésticas.

Não nos devemos iludir, o movimento feminino no Brasil ainda está longe de atingir seu objetivo. Resistências interiores e exteriores ainda atuam contra o direito de auto-afirmação e a liberdade da mulher e a tradição patriarcal ainda procura limitar a atividade da mulher.

Mas a mulher sabe que deve lutar com obstinação para aumentar os seus direitos e sua condição na sociedade.

Já vencemos muitos tabus. Hoje em dia quase ninguém acredita que tanto na Grécia como em Roma a mulher era sempre tida como menor, sujeita ao pai e ao marido, sempre um ser inferior ao homem. Segundo a lei de Manu "A mulher durante a sua infância depende de seu pai, durante a mocidade, de seu marido, em morrendo o marido, de seus filhos; se não tem filhos dos parentes próximos de seu marido, porque a mulher nunca deve governar-se à sua vontade".

Somente pela instrução e pelo trabalho produtivo social é que a mulher poderá tornar-se emancipada e equiparada ao homem.

O desenvolvimento industrial marcou o início da lenta evolução da mulher para obter a sua emancipação que continua até hoje, apesar de na maioria das legislações de povos civilizados, consagrem o princípio da igualdade jurídica dos sexos, quanto ao gozo dos direitos civis e políticos, existindo na prática inúmeras restrições de diversas espécies, em prejuízo da mulher que retardam e impedem a sua real equiparação ao homem.

Assim, apesar das conquistas alcançadas a mulher em sua grande maioria ainda continua condicionada economicamente ao homem. Daí ter razão o mestre Roberto Lyra quando diz que a mulher tem sido educada e orientada para servir ao homem e não para com ele conviver, em união que complete a existência de ambos,

em harmônica igualdade de condições e na sublime tarefa de perpetuar e organizar uma sociedade que vise e promova o bem estar geral e a cultura.

Uma das grandes conquistas femininas no Brasil é a determinação constitucional que proíbe a diferença de salário para um mesmo trabalho por motivos de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil.

Por outro lado, apesar de no Brasil ser elevado o número de mulheres eleitoras, em alguns lugares supera o número de homens votantes, a mulher brasileira não tem vocação política, ela influencia e toma parte na votação só não se interessa em ser votada.

A política foi durante séculos em todo o mundo atividade exclusivamente masculina. Apesar do progresso feminino em diversos setores, na parte política principalmente aqui no Brasil, não houve maior evolução. O número de representantes femininas nas Câmaras de Deputados Estaduais e na Federal é reduzidíssimo. A mulher ainda não teve representação no Senado Federal. Isto não é culpa só dos homens. Muito poucas mulheres se candidataram a assumir um mandato, é possível que ainda sintam falta de autoconfiança o que impede de se lançarem na carreira política e assumirem uma responsabilidade de âmbito popular. Além disso, as mulheres não gostam de votar em mulheres. Julgo que apesar disso, a nova geração de mulheres será politicamente mais ativa que a geração atual.

Se as mulheres tivessem maior influência nos acontecimentos públicos, teríamos mais calma, maior segurança e, principalmente mais paz para o melhor desenvolvimento social e político da Nação.

Conforme verificamos somente pela educação e principalmente a especialização, não estivéssemos nós na época da tecnologia, é que a mulher poderia se afirmar e consolidar sua posição na sociedade.

Como está atualmente deixa muito a desejar.

Em quase nenhum lugar faz-se o suficiente no campo da educação e do ensino, para estimular o desenvolvimento intelectual das mulheres de uma maneira equivalente à dos homens. Nem os patrões, nem os sindicatos e nem os governos dão a mesma atenção ao trabalho feminino, que dão ao trabalho masculino. Repito, só pela educação, pela valorização de seu trabalho e pela sua dignificação como ser humano é que as mulheres alcançarão o lugar que lhe está reservado na nossa sociedade. Devemos nós mulheres lutar para que isto aconteça o mais breve possível.

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA FORÇA DE TRABALHO

Zeia Pinho Rezende

Na categoria de Pessoas Economicamente Ativas, segundo o IBGE a mulher colabora com 20% da força do trabalho efetivo no Brasil: seis milhões de mulheres num contingente de 30 milhões de trabalhadores e a participação da mulher tem aumentado consideravelmente de ano para ano, à taxa média de 1%.

Pelos dados estatísticos entre 1970 e 1972, o contingente de mulheres empregadas cresceu de 8% na região do Rio de Janeiro. No mesmo período, o crescimento da mão-de-obra feminina em São Paulo foi de 19,52%. O setor de serviços foi o que absorveu o maior número de mulheres, seguido pelas indústrias de transformação.

Nas regiões da capital e todo Estado do Rio e São Paulo, onde se concentram os maiores pólos industriais do Brasil e que representam 31,60% da força de trabalho do País, o número de mulheres empregadas em 1973 alcançou 2.906.16 contra 7.450.588 homens. São Paulo, que detém o maior índice de mão-de-obra ocupada no País, possuía em 1973 o número de 1.991.253 mulheres empregadas, distribuídas, em seu maior conjunto, nas indústrias de transformação e construção civil (365.250); prestação de serviços (569.772); agropecuária e produção extrativa vegetal e animal (228.253); técnica, científica, artística e afins (214.467); administração pública (336.082). A participação feminina no conjunto global do emprego paulista foi, em 1973, de 27,71%, contra 26,13% verificados em 1970.

No Estado do Rio havia, em 1973, uma população empregada de 3.172.679 pessoas, sendo que 2.257.766 de homens (71,16%) e 914.913 de mulheres (28,84%). A contribuição feminina para a força de trabalho naqueles dois Estados foi de 27,15% em 1970.

Na Bahia, de acordo com a pesquisa do IBGE, há 414.677 mulheres em atividade agrícola e de agropecuária no Estado, contra um total de 1.190.849 homens.

A oferta de trabalho para as mulheres cresceu muito em Belo Horizonte ultimamente. As mulheres mineiras estão competindo realmente com os homens em todos os campos profissionais. No vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1974, dos 19.000, cerca de 8.000 eram mulheres que concorreram com total superioridade em muitas áreas.

No Nordeste, mais de 3.000 mulheres, são empregadas na extração de minérios, cerca de 11.000 na indústria de caça e pesca, e mais de 2.000 na construção civil. De cada 100 pessoas que trabalham na agricultura nordestina, 40 são mulheres. Entre as mulheres cadastradas no IBGE como Pessoas Economicamente Ativas figuram 1.257.659 que trabalham em agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca; 635.892 em atividades industriais; 370.387 em comércio de mercadorias; 61.735 em transporte, comunicações e armazenagem; 160.194 em administração pública; 987.689 em atividades sociais; 2.389.508 em prestação de serviços; e 302.383 em outras atividades.

As maiores opções de trabalho para as mulheres nessa Região estão concentradas nas empresas têxteis e de bebidas, além de algumas áreas de administração, como secretárias, recepcionistas, telefonistas.

Em números redondos, existem atualmente em todo o Brasil 6.160.000 mulheres economicamente ativas, para um total de cerca de 23.400.000 homens que trabalham.

Segundo dados fornecidos pela Federação Internacional dos Sindicatos Cristãos um terço da população trabalhadora de todo o mundo é constituído de mão-de-obra feminina. Muitas dessas mulheres juntam à atividade profissional os afazeres de dona-de-casa.

As estatísticas do Departamento Nacional de Mão-de-obra Feminina demonstram que a oferta de mão-de-obra feminina cresce até a faixa dos 25 anos de idade, diminuindo, em seguida até os 35 anos, quando volta a subir. A queda é motivada pelo casamento e a criação dos filhos.

Existe ainda, o grupo de mulheres computado pelos censos demográficos como prendas-domésticas. Esse grupo — 80% da população feminina — é injustamente desvalorizado pois 60% do tempo de trabalho realizado de forma global para a sociedade recaem sobre a economia doméstica. Prova disso é que o mais alto índice de horas de trabalho verificado entre algumas categorias de assalariados não supera o total de 40 a 49 horas semanais. E uma dona-de-casa trabalha pelo menos 70 horas por semana, além de arcar com a responsabilidade semelhante à de um gerente de loja. Acontece, ainda, que entre as mulheres que trabalham fora, pelo menos metade são casadas. Exatamente por isso, em vez de serem valorizadas, elas passam a ser consideradas menos competentes do que seus colegas do sexo oposto. Essa imagem negativa está aliada ao fato de a mulher sofrer a sobrecarga das tarefas domésticas o que a impede de se aperfeiçoar profissionalmente. E por esta razão dificilmente consegue disputar as boas oportunidades, acabando por aceitar empregos mal remunerados que permitam uma adaptação entre as atividades caseiras e as profissionais. O resultado disso é que apenas três mulheres entre 12 ganham o equivalente aos seus colegas do sexo masculino (na mesma profissão e no mesmo nível de responsabilidade). Esses dados são confirmados pelo Instituto Superior de Cultura Feminina, que demonstra também que a maior parte dos profissionais femininos não ganham pelo que valem.

Em 1970, apenas 21.817 mulheres, possuíam um salário superior a Cr\$ 2.000,00 no Brasil. Por outro lado, os homens estão dentro desta faixa salarial e mantêm um status de vida acima da média, devendo grande parte dessa situação a suas mulheres.

Com a implantação em nosso País de diversos projetos industriais serão criados, forçosamente, novos empregos que beneficiarão a mulher, ampliando, desse modo, a força de trabalho ainda que em escala bem menor do que a do homem.

Torna-se imperativo conscientizar o empresariado brasileiro de que a mulher pode competir com o homem em diversas atividades, algumas delas até agora exclusivas do sexo masculino. Caso continue a escassez de mão-de-obra que está ocorrendo nos grandes centros — São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, como primeira consequência poderá surgir uma competição maior de mulheres no mercado de trabalho.

Não desejamos que na presente escassez de mão-de-obra seja aproveitado o trabalho feminino somente como uma emergência. É necessário o aproveitamento contínuo da mulher no processo de desenvolvimento nacional em todos os ramos da atividade humana.

Todas as mulheres devem ser convocadas a colaborar com o homem na grande obra de transformação que vem se processando no Brasil, o que possibilitará torna-se o nosso País, potência mundial dentro de pouco tempo.

No mundo atual a mulher não pode ficar na condição de mera espectadora. A mulher constitui a maior força não aproveitada na história humana e a participação da mulher em todos os setores é um imperativo da época, é fundamental a integração da mulher na comunidade — palavras de Paulo VI — "A mulher representa um dos mais revolucionários processos da época. No sínodo dos Bispos, em Roma, em 1971, foi aprovada a constituição de uma comissão que tem por encargo "estudar as iniciativas oportunas para assegurar a colaboração da mulher nos diversos setores da comunidade social, na família e na profissão, para a solução dos problemas da cidade, da nação e das relações internacionais". A presença participante da mulher é indispensável e intransferível para a conservação do bem comum. Devem ser reconhecidos idênticos direitos e deveres a ambos os sexos em todas as áreas de atividade.

A mulher brasileira principalmente as jovens devem assumir em nosso imenso País todos os papéis pertinentes ao seu momento cultural e histórico como líderes construtivas. É indispensável também a participação ativa da mulher na política não somente promovendo o seu partido mas principalmente promovendo-se junto a seu partido. Esta participação é fundamental, em primeiro lugar, para o enriquecimento da própria mulher e da comunidade onde atua, vencendo preconceitos, discriminações e inferioridades, e, em segundo, pelas exigências atinentes à realidade político-social brasileira.

Atendendo às implicações de um mundo competitivo, deve a mulher procurar os meios para conseguir alcançar o exercício de funções a ela confiadas, de modo a realizar-se, construindo e auxiliando os outros a construir com o objetivo de acelerar cada vez mais o progresso do Brasil na arrancada em direção ao seu completo desenvolvimento em todos os setores."

Sr. Presidente, já não é preciso dizer mais nada, para justificar minha presença nesta tribuna, a fim de homenagear a mulher brasileira na pessoa, de tão ilustre articulista. Isto basta. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há dias, mantive demorada palestra com o Dr. José Irineu Cabral, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). No decorrer da palestra, S. Sr., que é técnico de renome, mostrou-me os amplos planos, alguns já em ação, de pesquisa e genética que estão sendo levados a efeito pelo Governo. Tive a melhor das impressões e, em breve, o Brasil nada ficará devendo a outros grandes centros de pesquisa e Genética, Chapingo e outros.

Tomei conhecimento também da III Festa Nacional do Vinho, inserida nas comemorações do Centenário da Imigração Italiana, realizadas em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul.

Face ao sucesso da Festa e os valiosos depoimentos de altas autoridades em relação aos vinhos nacionais, solicitei a S. S^a, os elementos para transcrevê-los neste pronunciamento. Estes elementos, além de confirmarem as altas qualidades do nosso vinho, testemunham o valor dos nossos técnicos e o trabalho elogiável que a EMBRAPA vem realizando sob a Presidência do Dr. José Irineu Cabral. São os seguintes:

EMBRAPA

REPRESENTAÇÃO DA EMBRAPA NO RIO GRANDE DO SUL

Nº 347

3 de junho de 1975

Ao

Dr. José Irineu Cabral

DD. Presidente da EMBRAPA

Brasília, DF.

"Senhor Presidente

Encaminho a Vossa Senhoria algumas fotografias alusivas à visita realizada em 5-3-75 à UEPAE de Bento Gonçalves, pelos participantes do Simpósio Italo-Sul-Americano de Viticultura e Enologia constante das comemorações do Centenário da Imigração Italiana e da programação da III Festa Nacional do Vinho.

Na oportunidade foi oferecido um *cocktail* à Delegação de Enólogos presentes ao Simpósio, os quais degustaram os vinhos elaborados pela Unidade, registrando em livro suas opiniões que vão transcritas em anexo.

Sem outro objetivo aproveito para reiterar a Vossa Senhoria toda minha consideração e apreço.

Atenciosamente,

José da Costa Sacco, Chefe da Representação da EMBRAPA."

EMBRAPA

REPRESENTAÇÃO DA EMBRAPA NO RIO GRANDE DO SUL

1 — João Giugliani Filho — Engenheiro Agrônomo — Ex-Diretor do Instituto de Fermentação do MA. Atual Professor de Enologia da Escola de Agronomia de Porto Alegre.

2 — Héctor Rodolfo Roby — Professor da Facultad de Ciencias Agrárias da Universidad Nacional de Cuyo, Argentina.

3 — Amyntas de Assis Lage — Engenheiro Agrônomo — Ex-Diretor do Colégio de Enologia de Bento Gonçalves.

4 — Clemente Tarantola — Diretor do Instituto Sperimentale per l'Enologia de Asti, Itália.

5 — Paolo Fenocchio — Químico Farmacêutico — Técnico da Unidade de Pesquisa de Bento Gonçalves.

6 — Norberto Riegel — Engenheiro Agrônomo — Coordenador da Unidade de Enologia da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

7 — Eudal João Garbin — Engenheiro Agrônomo — Pesquisador do Instituto de Pesquisas Enológicas de Caxias do Sul, Secretaria de Agricultura. RS.

8 — Pier Giovani Garoglio — Professor de Indústrias Agrícolas Università — Firenze, Itália, Presidente do Ofício Internacional do Vinho e da Uva, Paris.

9 — Paolo Desana — Senador e Presidente do Comitato Vini di Origine da Itália, Professor e Jornalista.

10 — Roberto A. Saraiva — Engenheiro Agrônomo — Responsável pela UEPAE de Bento Gonçalves.

11 — Remo Lovisolo — Técnico da Martini no Brasil.

12 — Antonio Caló — Diretor da Sezione di Miglioramento Genético do Instituto Sperimentale per la Viticoltura — Conegliano, Itália.

13 — Gino Florenzano — Diretor do Instituto de Microbiologia Agrária e del Centro di Studio del Microorganismi di Firenze, Itália.

14 — Biágio Iannini — Diretor della Sezione di Propagazione del Instituto Sperimentale per la Viticoltura — Conegliano, Itália.

15 — Dino Rui — Professor Livre Docente em Patologia Vegetal — Direttore dell'Osservatorio Fitopatológico, Verona, Itália.

16 — Germano M. Pezzi — Químico — Técnico da UEPAE de Bento Gonçalves.

17 — Padre Sebastian Maria Barreto — Professor de Viticultura e Enologia — Maldonado, Uruguai.

18 — Raul Alberto Gómes — Engenheiro Agrônomo — Pesquisador do Instituto Nacional de Viticultura — Mendoza, Argentina.

UNIDADE DE EXECUÇÃO DE PESQUISAS DE BENTO GONÇALVES

Relatório sobre atividades diversas, por ocasião da Festa Nacional do Vinho.

1) *Cocktail* oferecido à Delegação de Enólogos presentes ao Simpósio Italo-Sul-Americano de Viticultura e Enologia — local: Cantina-piloto da UEPAE — dia: 5-3-75 — hora: 19 horas.

Objetivos Principais: Sessão de Degustação com apreciações sobre os vinhos experimentais da Estação, e Divulgação dos resultados experimentais vitícolas obtidos até o presente.

Comentários

De P. G. Garoglio — Diretor do Instituto de Indústrias Agrárias da Universidade de Florença — Itália. — Presidente do Office International de la Vigne et du Vin — Paris — França.

"Os vinhos degustados demonstraram o grande progresso conseguido pela Enologia do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo provar um pleno futuro dos vinhos brasileiros."

De Paolo Desana — Senador Presidente do Comitê Nacional de Proteção da Origem dos Vinhos de Asti. Roma — Itália:

"Achei os vinhos apresentados pela Estação Experimental de Bento Gonçalves muito interessantes. Melhores de quanto tivesse previsto. Eles são, portanto, a testemunha das possibilidades que a viticultura do Rio Grande tem, para um geral melhoramento qualitativo."

De Antônio Galó — Diretor do Setor de Melhoramento Genético do Instituto Experimental de Viticultura. Conegliano — Itália:

"Na Estação Experimental de Bento Gonçalves degustei alguns 'Cabernet', dignos dos melhores que se encontram no Vêneto. Aquele, de 1971, tem um perfume deveras característico, sabor herbáceo, equilibrado. O corte com Merlot, o deixa mais redondo, cheio e, creio, mais demoradamente envelhecível."

Espero de voltar a poder achar estes vinhos ainda melhores dos que existem."

De Dino Rui — Diretor do Instituto de Patologia Vegetal. Verona — Itália:

"Associo-me plena, cordial e sinceramente aos julgamentos que, com particular competência, expressaram os colegas Profs. Garoglio, Senador Desana e Galó, sobre as ótimas características organolépticas e sobre a perfeita apresentação dos vinhos produzidos pela Estação Experimental de Bento Gonçalves, vinhos estes que eu também tive o prazer de degustar, durante a visita à Estação, que sempre lembrarei."

De Biágio Iannini — Diretor do Setor de Propagação Vegetativa. Instituto Experimental de Viticultura. Conegliano — Itália:

"Os vinhos degustados na Estação Experimental de Bento Gonçalves, me pareceram organolepticamente superiores. Em particular, pude apreciar um ótimo, um 'Cabernet', que pelo seu perfume e a sua harmoniosidade pode competir dignamente com os melhores vinhos europeus."

De Clemente Tarantola — Diretor do Instituto Experimental de Enologia de Asti — Itália. — Vice-Presidente da Academia Italiana da Uva e do Vinho:

"Sinceramente agradecido à Direção da Estação Experimental de Bento Gonçalves por ter-me tornado possível degustar os vinhos produzidos por esta Entidade, nestes últimos anos. Particularmente apreciei o vinho "Cabernet 1971", que apresenta as características de um vinho de qualidade, por mim julgado o melhor daqueles que foram degustados. Merece também, particular apreciação, o produto obtido do corte de Cabernet (77%) com Merlot (23%), do ano de 1967. Agradável, além destes, é o vinho branco Riesling 1974.

Com os augúrios de alcançar sempre os melhores resultados na experimentação vitivinícola, exprimo as melhores felicitações pelo trabalho já completado."

2. Inauguração da Estação Agroclimática — local: UEPAE de Bento Gonçalves — dia: 16-2-75 — hora: 11 horas.

Presenças Ilustres — Sr. Ministro da Agricultura — Sr. Secretário da Agricultura do RS — Sr. Diretor do Departamento de Meteorologia do MA — Sr. Prefeito Municipal de B. Gonçalves — Sr. Diretor Estadual do M.A. — Sr. Lóris Reali — Dep. Estadual — Sr. Chefe da Repres. Estadual da EMBRAPA no RS — Sr. Chefe do Serviço Nacional de Fiscalização de Bebidas no M.A. — Sr. Chefe do Serviço Estadual de Fiscalização de Bebidas — Sr. Chefe do 8º Distrito de Meteorologia do RS — Técnicos e Pessoal Administrativo de Órgãos Federais, Estaduais e Municipais — Industrialistas e Viticultores, etc.

Programação

11:00 horas — Inauguração da Estação Agroclimática pelo Sr. Ministro e Prefeito Municipal — Discursos do Sr. Ministro e do Diretor do Departamento de Meteorologia do M.A.

12:00 horas — Churrasco oferecido às autoridades e demais convidados no Parque da Unidade, com a presença de 140 pessoas.

13:30 horas — Saudação da EMBRAPA pelo Representante Estadual:

Entrega pelo Representante Estadual de uma lembrança comemorativa da passagem do Sr. Ministro na UEPAE de B. Gonçalves.

UEPAE de Bento Gonçalves

Bento Gonçalves, RS, em 26 de maio de 1975."

Sr. Presidente, fazendo este registro, congratulo-me com o Dr. José Irineu Cabral e com a gabaritada e dinâmica equipe de técnicos que trabalham na EMBRAPA. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Preços Exorbitantes

As coisas mudam e mudam vertiginosamente. É a mentalidade jovem, moderna, "pra frente", talvez. "Pra frente" e "pra cima" dos incautos que precisam comprar qualquer coisa, que são espoliados, rapinados e despojados cinicamente.

E quase convencidos por cálculos e linguagens embromativas de camelo, que está "participando" e comprando para o Brasil grande.

Vejamos um exemplo dessas coisas "pra frente".

Vai-se comprar um eletrodoméstico, uma geladeira, por exemplo, marcada na loja por Cr\$ 4.000,00 para venda à vista.

Se o freguês quiser comprar a prazo, em 24 prestações pelo "plano" da casa, "a preço de banana", ela vai custar Cr\$ 6.812,00 ou seja: os Cr\$ 4.000,00 mais Cr\$ 700,00 que é o preço para os cálculos da venda a prazo, mais os juros de 22% ao mês, durante 24 meses ou 52,8% no fim das contas.

Isto se der uma entrada de Cr\$ 700,00. Há algumas variações, mas não alteram muito a precissualística, com ligeiras alterações, conforme a loja.

Como se vê: juros sobre um capital que permanece em Cr\$ 4.000,00, quando o certo devia ser três mil e trezentos cruzeiros, uma vez que o comprador dá uma entrada de Cr\$ 700,00.

Devia ser, mas não é porque o comprador dá a entrada e tudo continua o mesmo: abate-se a entrada e depois soma-se de novo ou seja: Cr\$ 4.000,00 menos Cr\$ 700,00 é igual a Cr\$ 3.300,00 mais Cr\$ 700,00.

Esta "a equação" da algebra do vendedor, que não é equação alguma, mas uma inequação, como se vê: Cr\$ 4.000,00 — Cr\$ 700,00 = Cr\$ 3.300,00 + Cr\$ 700,00 ou Cr\$ 4.000,00 Cr\$ 3.300,00. Quer dizer: pela "moderna" há cem preços para venda à vista e um preço para a venda a prazo, majorada em cerca de 20% (no caso, 17,5%).

Não é mais como antes, quando o preço era o mesmo: para pagamento à vista e para o pagamento em prestações. Neste caso, havia o acréscimo dos juros, o que é justo e normal por se tratar de venda a prazo.

As coisas mudam, como se vê, e mudam para pior. Algo parecido com os planos do BNH. Só que este é pior ainda, pois quando o comprador vai dar uma espiada na sua conta, lá pela metade do prazo de duração da compra, pensando que já pagou a metade da dívida, verifica que está devendo o dobro da dívida inicial.

Ou seja: não pagou nada, mesmo pagando, religiosamente o que foi cobrado durante sete anos e meio, se o prazo for de 15 anos, por exemplo.

Uma maravilha de "economia pra frente", que, às vezes, faz a vítima pensar em suicídio como único meio de conseguir a sonhada casa própria. . . para os seus dependentes, é claro.

É fato que algumas lojas ainda negociam um tanto honestamente, inclusive adotando o sistema da venda a prazo, "sem juros", até quatro prestações, segundo anunciam.

Um tanto honestamente porque os preços já devem ter sido "planejados", com forte majoração.

O fato é que é assim mesmo e se o freguês não faz cálculos, o que é o normal, trata-se do: "isto é um assalto" (sem pistola), de trambique, roubo, etc. ou melhor de "economia pra frente" e "planejada", e "dirigida".

Com "administração de empresas", "promoção de vendas", "executivas", **marketing** e outras baboseiras que, aliás, são ensinadas em Faculdades que dão diploma.

Mas por muito menos do que isto há muita gente hospedada em Frei Caneca, Bangu ou na Ilha Grande.

Com muita sorte por não ter assaltado a casa de um cabo reformado, o que neste caso, poderia entrar na Lei de Segurança.

E sabem os nobres Congressistas o porquê desta nova "sistemática de venda"? Por que há pelo menos identificados quatro tipos que ganham em cima da vítima, isto é, do comprador e que são: o fabricante do artigo, o vendedor que ganha comissão, o dono da loja e, por trás deles todos, na sombra, uma Financeira.

Pois em regra, há Financeiras que operam com as lojas em cadeia ou rede, lutando entre si, há briga de foice, pois o negócio é outro, rendoso e protegido.

Com quatro tipos ganhando em cima de um só, o resultado só pode ser o pior para o solitário: roubo, espoliação etc.

Agiotagem principalmente, porque entre Financeira e agiota, não há diferença alguma, a não ser que as Financeiras são "legais", com denominação moderna, "economística" e pra frente; O que antes se chamava agiota, hoje se chama financiador; O que antes era um escritório sujo e escondido é hoje um conjunto de salas bem arejadas, iluminadas e luxuosamente decoradas.

O que se passa com estas vendas a prazo que quase dobram o preço de venda à vista é apenas um exemplo.

É um triste exemplo de como vive pendurado o povo consumidor, à mercê da exploração que devora, voraz e rapidamente, qual-

quer majoração que obtém em suas vendas. Gente assalariada que inclusive é a vítima predileta e certa até do Imposto de Renda.

Pode ser que haja um Brasil Grande; pode ser. . . mas só deve ser grande para muito pouca gente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No dia 2 de janeiro de 1975, encaminhamos expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, protocolado sob o nº PR—072, no qual expusemos a Sua Excelência o estado de precariedade em que se encontra a estação telegráfica de Vilhena, assim como a linha telegráfica de Cuiabá a Porto Velho, implantadas pelo Marechal Rondon.

A reconstrução da linha telegráfica de Vilhena a Porto Velho transformou-se em escândalo. Trata-se de obra delegada não sujeita à fiscalização. A reconstrução da famosa linha telegráfica não obedeceu a nenhuma especificação técnica. Além de construída pela metade, nela foi usado material frágil, como também é o caso da linha telegráfica Porto Velho a Guajará-Mirim, estendida sobre postes de madeira branca, tanto nos trechos marginais da BR—364, como nos trechos da BR—319.

A linha telegráfica não atingiu as suas finalidades após a construção, e o escândalo torna-se ainda maior quando se sabe que se pagou uma nova linha telegráfica para não ser usada. Ao mesmo tempo em que se implantou a linha, cuidou-se da instalação do sistema de telégrafos, por rádio, na região. Então, para que se fez novamente tal linha telegráfica? O resultado está lá: a linha telegráfica, na qual se gastaram alguns milhões de cruzeiros, abandonada, derrubada, com os fios arrebitados e não servindo para coisa alguma.

É preciso indagar da Diretoria da ECT qual o destino do material que se consumiu nessas linhas, atualmente em abandono por centenas de quilômetros, com o material perecendo após ter-se gasto o dinheiro sem qualquer finalidade.

Esses os fatos que ora denunciamos ao conhecimento do Presidente Ernesto Geisel, para que Sua Excelência determine providências a respeito das linhas telegráficas no Território.

Leio os documentos a que me referi, inclusive o teor do Ofício nº 40/75 do Sr. Presidente da ECT, *verbis*:

Brasília, 2 de janeiro de 1975

Excelentíssimo Senhor
General Ernesto Geisel
DD. Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília — DF

Excelentíssimo Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar ao conhecimento de Vossa Excelência, a situação de abandono em que se encontra o prédio da Estação Telegráfica de Vilhena, no Território de Rondônia.

Essa Estação Telegráfica, ao lado de outras foi construída em 1904 pela administração do então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, que chefiava a Comissão Rondon.

A Comissão Rondon foi encarregada da construção da linha telegráfica estratégica Mato Grosso—Amazonas, 1904 a 1907. Implantou-se a linha telegráfica em lances de heroísmo e muito sacrifício.

Em Vilhena, localizada a 800 quilômetros de Cuiabá, edificou-se essa estação telegráfica, que seria depois um ponto de convergência para a colonização e contatos com os índios.

É preciso dizer que na época, a construção dessas linhas telegráficas representaram investimentos elevados aos cofres públicos, assim como enormes sacrifícios em vidas humanas. Essa linha telegráfica funcionou por alguns anos, depois inexplicavelmente fo-

ram abandonadas suas atividades e conservação. O povo da região até hoje lamenta que obra dessa envergadura seja abandonada pura e simplesmente.

A partir do abandono, veio o desaparecimento do material — arrancaram os fios, arrancaram os postes de aço que vieram de Londres e abandonaram os prédios onde funcionavam as estações telegráficas, feitas mas com a finalidade de promover a aproximação dos brancos com os índios e com isso transformar essas localidades em pólos irradiadores do povoamento e colonização. O que de fato ocorreu com as estações telegráficas de Pimenta Bueno, Vila de Rondônia ou Presidente Pena e Ariquemes e mesmo Vilhena. Ficando em completo abandono a estação denominada "José Bonifácio" às margens do Rio Comemoração. Vilhena hoje se transformou numa cidade agradável e acolhedora, ficando distante 3 quilômetros de Vila a velha Estação Telegráfica, que dá notícia as fotografias.

Ainda em 1973 defendemos reivindicando em discurso na Câmara, a recuperação da Estação Telegráfica de Vilhena, por representar um patrimônio histórico, bem assim os sacrifícios e os esforços da Comissão Rondon, que no recuado ano de 1904 implantou a linha telegráfica e mesmo para que as gerações contemporâneas e as vindouras avaliam o esforço, patriotismo e o valor de homens como o Marechal Rondon e sua lendária Comissão Desbravadora.

Tivemos notícias de que o então Senhor Ministro das Comunicações, ordenara a recuperação do prédio da Estação Telegráfica de Vilhena, mas até o momento tal recuperação não se fez, motivos pelos quais estamos encaminhando o problema a alta consideração de Vossa Excelência, na esperança de que seja aquela obra recuperada, bem assim apurado os desvios do material da linha telegráfica Cuiabá—Porto Velho (fios e postes).

Com os protestos da elevada consideração e respeito, subscrevo me.

Atenciosamente,

Deputado Jerônimo Santana.

OF/P-Nº 040/75

Brasília-DF, 6 de fevereiro de 1975.

Exmº Sr.
Jerônimo Santana
DD. Deputado Federal
Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Deputado,

De posse da carta de V. Exª, em que trata do atual estado das comunicações telegráficas de responsabilidade desta Empresa, no Território Federal de Rondônia, venho esclarecer-lhe, a seguir, os motivos que contribuíram para a situação vigente e as providências tomadas para sua normalização.

2. Por iniciativa, ainda, do então DCT, em 1968, foram mantidos, à época, entendimentos com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e assinados, em consequência, já por esta Empresa, através de sua primeira Administração, em 21-10-69, convênios com aquele Departamento e a Diretoria de Vias e Transportes do Ministério do Exército, para reconstrução da linha telegráfica denominada "Linha Rondon", ficando o 5º Batalhão de Engenharia e Construções, unidade militar sediada em Rondônia, incumbido de realizar a referida obra, sendo-lhe facilitados, pela ECT, todos os meios técnicos e financeiros para sua execução, na forma estatuída no documento firmado.

3. Cabe, aqui, informar que a linha em apreço fora destruída pelo DNER, quando da implantação da rodovia BR-364, entre Parecis e Porto Velho, em razão do que, após as gestões necessárias, foi conseguida uma indenização, por parte daquele Departamento, a esta Empresa, pelos danos causados.

4. Aquele Batalhão de Engenharia, ao dar por concluídos os serviços de que se trata, motivou que a ECT designasse comissão para recebimento dos mesmos, os quais, no entanto, na época, não puderam ser aceitos, face à apresentação de diversas falhas técnicas apontadas. Após entendimentos havidos entre a, então, Diretoria Regional da ECT, em Rondônia e aquele Batalhão, procedeu este à correção dos erros encontrados, após o que foi nomeada nova comissão de recebimento e, finalmente, aceitos os trabalhos, passando a linha a reintegrar a Rede Telegráfica local, como patrimônio desta Empresa.

5. Devido à grande extensão da linha Rondon e às dificuldades para sua manutenção, foi prevista e estudada, para tanto, a possibilidade de absorção do pessoal disponível da Estrada de Ferro Madeira—Mamoré, conforme estabelecido, anteriormente, entre esta e aquela entidade, sendo, mais tarde, constatada a inviabilidade dessa medida, face à inadequabilidade dos servidores colocados à disposição por aquela Estrada. Acrescendo a isto as dificuldades da ECT em contratar pessoal qualificado na região, a Diretoria Regional do Noroeste (ex-Rondônia) solicitou autorização para proceder ao desmonte de parte da linha em apreço, entre Porto Velho e Jaru, visto, ainda, se tratar de região de pequena população, a exceção de Nova Vida, Vila Rondônia, Pimenta Bueno, núcleos mais populosos ao longo da BR-364. O trecho entre Pimenta Bueno e Vilhena deverá, também, ser desmontado, pretendendo-se instalar em Vilhena, localidade com maior concentração habitacional, o serviço radiotelegráfico, restabelecendo-se, assim, as telecomunicações naquela área e conseqüente recuperação do prédio daquela Estação.

6. No que tange aos desvios e roubos de material da Linha Rondon (postes e fios), esta Empresa, através daquela Diretoria Regional, já deu entrada, na justiça comum, a uma ação punitiva contra os responsáveis por estes atos de depredação do patrimônio público.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex^{ta} meus protestos de estima e apreço.

Engenheiro **Adwaldo Cardoso Botto de Barros**, Presidente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado A.H. Cunha Bueno.

O SR. A.H. CUNHA BUENO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está nas mãos do Senhor Presidente da República uma bastante justa reivindicação dos proprietários de perto de 18.000 casas que, no Município de Santo André, foram construídas no regime de mutirão, sem mão-de-obra assalariada. Construídas a partir de 1947 e até 1966, não podem elas ser registradas em Cartório de Imóveis, em virtude do Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966, que exige, para registro, a apresentação obrigatória do Certificado de Regularidade ou de Quitação, expedido pelo INPS. Este Instituto, por sua vez, se nega a fornecer, para aquelas 18.000 casas, o referido Certificado, estribado em leis que não consultam os interesses populares.

Uma dessas leis que laboram contra o interesse popular é a Lei nº 3.807, de 1960, modificada pelo já citado Decreto-lei nº 66, de 21-11-1966, que torna o proprietário o dono da obra ou o condômino de unidade, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obras de construção, solidariamente responsável, com o construtor, pelo pagamento da contribuição, que julgamos ilegal, para o INPS, acrescida de juros, multa e correção monetária, o que agrava ainda mais a situação. Estamos citando, especificamente, a situação de 18.000 proprietários nessas condições em Santo André, Sr. Presidente, porque a discussão do assunto foi suscitada por um me-

morial da Câmara Municipal daquela importante cidade do ABC e da Região do Grande São Paulo, colocando, depois de entendimentos extensos e intensos (mas até agora inúteis) com as autoridades do Instituto Nacional de Previdência Social, a solução final da questão nas mãos do Senhor Presidente Ernesto Geisel. Sei que deve haver, por esse imenso Brasil, milhares de outros exemplos semelhantes.

Justamente por não poderem ter chegado a nenhuma solução prática com as autoridades do INPS, os proprietários dessas 18.000 casas de Santo André, que construíram seus imóveis em regime de mutirão, transferiram para o Senhor Presidente da República, diretamente, a última reivindicação que fizeram (e que ainda não foi aceita pelo INPS): estão eles pedindo anistia, pura e simplesmente, para as contribuições que o Instituto acha que eles devem, que eles acham que não devem, e que estão entravando o registro de seus imóveis em Cartório. Reivindicação mais do que justa, que eu acho que o Presidente Ernesto Geisel, munido do mais alto espírito humanitário e social, vai atender. O Senhor Presidente da República sabe o que representa, para 18.000 chefes de família, a solução definitiva do problema de sua casa própria. Confio, pois, em que o Presidente Ernesto Geisel vai atender à reivindicação dos trabalhadores de Santo André.

Para solucionar definitivamente o assunto, Srs. Congressistas, e para que não aconteçam, no futuro, situações semelhantes, estou propondo, em projeto de lei, que apresentarei hoje na sessão da Câmara dos Deputados, uma nova redação para o § 4º do art. 79 da "Lei da Previdência Social" (a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), que é o "pomo da discórdia" neste assunto. Aprovado, como espero que seja, meu projeto de lei, aquele parágrafo passará a ter a seguinte redação:

"Não será devida contribuição previdenciária quando a construção de tipo econômico for efetuada sem mão-de-obra assalariada, no regime de mutirão, comprovado a qualquer tempo perante o Instituto Nacional de Previdência Social."

Todos sabem que, desde a sua instituição, a contribuição para a Previdência Social só incide sobre a remuneração. Assim sendo, nas atividades onde não há trabalho assalariado, nada é devido ao INPS. A matéria, entretanto, foi de tal sorte tumultuada que o INPS, interpretando erroneamente a legislação, está impedindo a regularização para registro das 18.000 casas de Santo André e de milhares de outras em todos os recantos do Brasil. Sentindo o drama de milhares de famílias, espalhadas por todos os municípios brasileiros, que não encontram solução para esse entrave, Srs. Deputados e Srs. Senadores, resolvi propor a modificação adequada da Lei de Previdência Social, pondo um ponto final na questão.

Exigir **comprovação prévia** ("prévia" quer dizer "anterior") de que a construção foi realizada sem mão-de-obra assalariada antes da construção do imóvel é um perfeito contra-senso. Essa comprovação só pode ser produzida **após a construção**. Mas é justamente esse contra-senso que está imperando em algumas repartições do INPS, contra-senso que gerou o impasse em Santo André, e em muitos outros lugares. Apelo, mais uma vez, ao Senhor Presidente da República para que determine a anistia para resolver os casos atuais. Quanto aos futuros, não haverá mais problema com a aprovação do Projeto de Lei por mim proposto.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Logo ao regressar de breve viagem ao Estado do Amazonas, tomei conhecimento do noticiário político do último domingo na Capital paulista, abordando a chamada pacificação da ARENA, cujas divergências internas estariam dificultando os programas de vários governadores, não sintonizados com a área política.

Até mesmo o conceituado **O Estado de S. Paulo** refere-se, no geral, a "atual desarticulação que preocupa o Presidente Geisel" e à

inabilidade de alguns chefes de executivo estadual que estariam "contribuindo para enfraquecer ainda mais o partido situacionista", e, particularmente, enfatiza o caso do Amazonas que, no entender do noticiariasta, só comportaria divergências.

No Amazonas — diz o *Estadão* — "é pior a sorte da ARENA, ante a falta de habilidade política do Governador Henoch Reis, estimulando sérias divergências internas. Na opinião geral dos políticos, a intransigência do Governador em não aceitar opiniões e seu alheamento acabaram desarticulando ainda mais a ARENA, no momento em que necessita de união para enfrentar o MDB nas próximas eleições.

Na formação do seu secretariado, Henoch Reis procurou evitar a escolha de políticos militantes, criando, com isso, grande animosidade dentro de seu Partido. Também na escolha do Prefeito de Manaus a frustração da classe política foi grande: quando todos esperavam que o indicado saísse das fileiras da ARENA, foi escolhido o coronel reformado do Exército, Jorge Teixeira, nome sem qualquer expressão política"

Conhecendo de perto a situação política do meu Estado, não posso deixar essa notícia sem reparo. Na realidade, inexistente qualquer divergência entre o eminente Governador Henoch Reis e a classe política ou entre esta e o Prefeito de Manaus, Coronel Jorge Teixeira. O nosso Partido uniu suas forças, sem repartições ou hierarquização, harmonicamente voltadas para o embasamento indispensável ao crescimento da legenda, já a partir do próximo pleito.

Dentro dessa premissa que todos obedecemos, inclusive o ilustre Governador Henoch Reis, promovemos intensa filiação partidária, constituímos, sem dissensões, os novos Diretórios Municipais e nos preparamos, com total dedicação e unidade de propósitos, para a Convenção Regional, cujos trabalhos e conclusões certamente ratificarão este depoimento.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Relatório nº 2, de 1975, da Comissão Mista, referente ao veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 1, de 1975 — CN, que estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em segundo turno, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 8 e 10, de 1975, que visam a dar nova redação ao *caput* do art. 25 da Constituição, tendo

Parecer, sob o nº 60, de 1975-CN, da Comissão competente, oferecendo a redação do vencido para o segundo turno.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Como é evidente a falta de *quorum* para a votação da matéria, esta Presidência suspende a sessão por 10 minutos, a fim de que acordam ao plenário os demais Srs. Congressistas.

(Suspensa às 11 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 11 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está reaberta a sessão.

Tendo sido encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria que, de acordo com o disposto no art. 80 do Regimento Comum, será feita pelo processo nominal.

A chamada começará pelo Senado Federal, do Norte para o Sul, sendo os Srs. Líderes chamados em primeiro lugar.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à chamada dos Srs. Senadores.

Procede-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Petrônio Portella — Líder da ARENA — Franco Montoro — Líder do MDB — Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carneira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo Branco — Helvidio Nunes — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Atarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Solicito o comparecimento à Mesa dos Srs. Deputados Henrique Eduardo Alves e Pinheiro Machado, a fim de procederem à chamada na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Vai-se proceder à chamada, votando, em primeiro lugar, os Srs. Líderes.

Procede-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Líder da ARENA — José Bonifácio
Líder do MDB — Laerte Vieira

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvênio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marcos Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferrira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo

Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fossêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Fernando Gama — MDB; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan —

MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo de Carvalho — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Votaram "SIM" 382 Srs. Congressistas, sem nenhum voto contrário. Houve, assim, o **quorum** constitucional.

Está, por conseguinte, aprovada a matéria em seu 2º turno.

A convocação da sessão conjunta, solene, para a promulgação da emenda será feita oportunamente.

É a seguinte a matéria aprovada.

Emenda Constitucional nº

Dá nova redação ao caput do art. 25 da Constituição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 25 da Constituição passa a ter a seguinte redação:

"Art. 25. Do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do artigo 21, a União distribuirá vinte por cento na forma seguinte:

I — nove por cento ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e Territórios;

II — nove por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; e

III — dois por cento ao Fundo Especial que terá sua aplicação regulada em lei."

Art. 2º A distribuição a que se refere o artigo 25 da Constituição Federal será de quatorze, dezesseis e dezoito por cento, respectivamente, nos exercícios de 1976, 1977 e 1978, e se processará na forma seguinte:

I — seis, sete e oito por cento, respectivamente, ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

II — seis, sete e oito por cento, respectivamente, ao Fundo de Participação dos Municípios; e

III — dois por cento ao Fundo Especial.

Art. 3º Esta Emenda entrará em vigor a 1º de janeiro de 1976.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)

ATA DA 86ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE JUNHO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

Presidência do Sr. Wilson Gonçalves

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrólio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

EOS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz

Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studard — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrónio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Júnior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Golás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hêlio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo de Carvalho — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequet — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaral — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB

Rorônia

Jerônimo Santana — MDB

Roraima

Hêlio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 356 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Braga Ramos.

O SR. BRAGA RAMOS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo do Paraná acaba de dar a público seu Plano Objetivo e Metas de Desenvolvimento. Pela importância do documento — claro indicativo da adaptação da administração estadual ao desafio dos novos tempos — considero oportuno trazer ao conhecimento desta Casa seus aspectos principais, entendendo que estamos diante de um marco, a separar duas épocas e duas filosofias de administração pública.

A Revolução de Março colocou o Brasil ante a necessidade de dar um salto sobre seu próprio atraso, para alcançar o atual nível de desenvolvimento. Os instrumentos com que contavam os administradores eram parcos e de eficiência duvidosa, pois traziam a marca de velhos costumes e verdades ultrapassadas. De maneira geral, o tom grandiloquente dos documentos da época indicava antes as deficiências que se tentavam esconder do que as virtudes que às vezes era temerário revelar. A pesada retórica caracterizava a ausência de objetivos concretos e — principalmente — a carência de responsabilidade no cumprimento de cada etapa. O resultado sempre foi do conhecimento geral: papéis empilhados, planos fracassados, administrações comprometidas.

Na prática, não havia um, mas dois Brasis: aquele que estava no papel, forte, pujante, o porvir brilhando, e o verdadeiro, que estava diante de nossos olhos, com todos os defeitos, misérias e carências.

Este, o primeiro aspecto que nos impressiona no Plano Objetivos e Metas de Desenvolvimento: o extremo realismo com que foram levantadas as condições gerais do Estado, num trabalho de prospecção que, se a alguns pareceu longo, teve o mérito de assegurar bases sólidas para a elaboração de um plano de ação.

Com efeito, o Paraná assumiu, realisticamente, seu papel histórico — fixado pelos tropeiros do século XVIII, pela exploração do mate e da madeira, entre o século passado e as duas primeiras décadas do século XX, e mais recentemente pela cafeicultura — de celeiro nacional e internacional, primeiro pela sua produção agropecuária e já agora com uma estimulante perspectiva de desenvolvimento agroindustrial. É nesta realidade que se baseia o Plano de Objetivos e Metas do Governador Jayme Canet Júnior, ao oferecer o potencial agroindustrial do Paraná como valioso instrumento para o Brasil redefinir sua estratégia de desenvolvimento em face das novas e inquietantes realidades mundiais, como o aumento súbito e acelerado dos custos do petróleo, os desequilíbrios daí resultantes para as balanças comerciais e de pagamento de grande parte das nações, a escassez mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Entendemos que o aumento da capacidade de exportação do País, a melhoria qualitativa de sua produção e a maior capacidade de pressentir oportunidades e fixar nitidamente os contornos do mercado internacional serão os instrumentos essenciais para que o Brasil não seja vítima da crise mundial, mas dela consiga emergir como potência estratégica, pela importância dos produtos que oferece ao mundo. E, dentro desse quadro, estamos certos de que a colaboração do Paraná no esforço nacional terá importância decisiva, pelas condições a que nos referimos e pela disposição com que a atual administração se lança à tarefa de estimular a produção e melhorar as condições de armazenamento e exportação.

O Paraná, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, propõe-se a dinamizar sua capacidade de gerar divisas, de abastecer o Brasil de alimentos e matérias-primas agrícolas, de explorar fontes alternativas de energia pelo seu potencial hidrelétrico e pelas reservas de xisto, pela possibilidade que oferece de descentralizar o pólo industrial do País e — finalmente — pela exploração de alguns dos mais importantes centros turísticos do Brasil. Vale aqui recordar alguns dados que consolidam este propósito.

— O Paraná tem condições de ampliar seu papel relevante na pauta de exportações brasileiras, onde já responde pela exportação

de 34,6% do café; 27% da soja em grão, 38,9% do milho e 98,9% do mentol.

— As grandes obras de aproveitamento hidrelétrico em andamento ou projetadas para o território paranaense, como Itaipu, Salto Osório, Foz do Areia, Santiago e Segredo, totalizam uma capacidade equivalente à potência atualmente instalada em todo o País.

— As reservas de xisto, já em fase inicial de exploração pela PETROBRÁS, no Município de São Mateus do Sul, aliadas à refinaria de Araucária, que a empresa estatal de petróleo pretende colocar em funcionamento em princípios de 1976, criam as condições ideais para o estabelecimento de um complexo petroquímico capaz de suprir o déficit de produtos petroquímicos previsto para o final desta década.

— A perspectiva de consolidação do pólo agroindustrial paranaense oferece uma resposta à carência mundial e mesmo nacional de alimentos industrializados.

— As condições e o ritmo de crescimento da agricultura paranaense asseguram condições objetivas de expansão geral da economia, dentro do atual quadro de crescimento do mercado consumidor, bastando que sejam asseguradas aos produtores as usuais garantias de comercialização e preços mínimos adequados.

— O complexo turístico paranaense, já parcialmente fixado pela florescente indústria hoteleira, apresenta-se como outra valiosa alternativa de captação de divisas.

Desta forma, o Paraná surge, perante o Brasil, como uma realidade, em vez de promessa. E o administrador da realidade paranaense, Governador Jayme Canet Júnior, foi particularmente realista ao fixar o modelo de gestão para a consecução dos objetivos estaduais. Partiu ele da constatação de que o momento requer maior eficácia da ação do Governo e exige que a administração se adapte às profundas transformações econômicas e sociais em curso. E mais: que a velocidade dessas transformações exige uma Administração capaz de rápido engajamento às novas situações. Em outras palavras: exige do administrador um estilo marcadamente empresarial.

E o que caracteriza esse estilo?

Em primeiro lugar, afirma o Governador Jayme Canet Júnior em seu Plano, a austeridade, entendida não apenas como a obediência à lei, mas como o trato dos negócios públicos de forma coerente com os padrões morais e éticos de nosso povo — e a correção de conduta deles decorrente.

Segundo: o respeito recíproco, significando que a Administração Pública respeitará rigorosamente os direitos daqueles que transacionarem com ela, mas, em contrapartida, far-se-á respeitar também.

Terceiro: a preocupação com custos, o compromisso do Governo em evitar o desperdício e o descontrole financeiro e o fato de não se considerarem os resultados isoladamente, mas, sim, numa relação entre resultados e custos.

Quarto: a responsabilidade pessoal com resultados, traduzida desta forma: os dirigentes de organismos públicos, ao aceitarem a responsabilidade de direção, não estarão assumindo simplesmente as responsabilidades administrativas do cargo. Estarão assumindo, pessoalmente, a responsabilidade pelo cumprimento de objetivos e programas do Governo.

Quinto: a credibilidade, no sentido de que os agentes do Governo, em todos os níveis, devem perseguir a sinceridade nas suas relações; abster-se de fazer promessas que não possam ser objetivamente cumpridas; evitar o protelamento de decisões.

Sexto: a fixação de objetivos reais e o seu alcance, significando que o Governo buscará objetivos concretos, avaliáveis e controláveis; concentrará seus esforços em um número limitado de objetivos e programas, de modo a concluí-los em prazo curto: não pulverizará recursos no cumprimento de grande número de projetos, sem que isso signifique alheamento aos empreendimentos de longo período de maturação.

E sétimo: a colaboração responsável com o Governo Federal, deixando claro que o Governo Estadual procurará manter seu entrosamento com o Governo Federal num clima de alta responsabilidade, visando ao melhor cumprimento dos objetivos nacionais, mesmo quando a colaboração do Paraná seja de crítica e alertamento das autoridades federais sobre repercussão, eventualmente desfavoráveis, de medidas que pretendam tomar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a disposição com que o Governo do Paraná se dispõe a enfrentar esta etapa fundamental do desenvolvimento do Estado está aí retratada. Acreditamos que estes sete itens do Plano de Objetivos e Metas do Governador Jayme Canet Júnior definam, melhor do que qualquer outro dado, uma filosofia administrativa atualizada, objetiva e coerente. Mais do que isso: esboçam o perfil de um administrador que se propõe cultivar um clima de confiança no trato com o povo, com seus companheiros de Governo e com a Administração Federal. Que acredita no desenvolvimento como um processo claro e seguro destinado a democratizar a riqueza. Que tem consciência de que a sua administração, como tantas outras, assume um legado de improvisação e anacronismos. Mas que confia no futuro, porque tem a consciência de haver feito as opções corretas, a partir de sólidos princípios e não de utopias; e porque conhece o ânimo do Presidente Ernesto Geisel e de sua equipe, de participar, colaborar e apoiar as administrações estaduais concretamente, na busca do bem-comum.

Este apoio há de se manifestar sob vários aspectos:

1 — Na consolidação de uma agropecuária de vanguarda.

O Paraná participa com 16% do valor da produção agropecuária do Brasil, além de proporcionar cerca de 17% da capacidade de importação do País. O crescimento da agricultura, previsto no II Plano Nacional de Desenvolvimento, é de 7% ao ano. O Paraná pode participar no esforço nacional com uma taxa anual de 8,7%, desde que hajam estímulos que levem a lavoura e a pecuária a crescer a uma taxa anual de 8% e 9,4% respectivamente.

2 — Na fixação de um pólo agroindustrial.

A indústria no Brasil deve crescer a 12% ao ano, de acordo com o II PND. A indústria paranaense cresceu em 1973, 20,3%, mas ainda tem reduzida participação no Produto Interno Bruto, porque seus produtos apresentam uma baixa agregação de valor. O Paraná espera que o Governo Federal apoie seu esforço para consolidar a agroindústria e expandir outros setores, como a mecânica, o cimento, o papel e a celulose.

3 — Na criação do eixo turístico do Paraná.

Desde o Porto de Paranaguá até as Cataratas do Iguaçu, passando por Curitiba, Vila Velha e a Estância Hidroclimática de Santa Clara, as grandes atrações turísticas do Paraná estão situadas num mesmo eixo rodoviário. O Estado espera que a União coopere objetivamente em seu esforço de desenvolver esse potencial turístico.

4 — No aperfeiçoamento da rede viária.

Tanto o programa rodoviário como o ferroviário dependerão da presença do Governo Federal, ao lado do Estado e dos Municípios. Mas tanto a consolidação do Corredor de Exportação do Paraná, como as outras ligações previstas no Plano terão largo efeito econômico — e os investimentos devem obter um retorno praticamente instantâneo.

5 — Na compensação pela perda de terras férteis.

Com as grandes obras hidrelétricas projetadas e em execução no Paraná, o Estado perderá 5% de suas terras férteis, de grande valor econômico, hoje utilizadas para atividades agropastoris. O Paraná aguarda que o Governo Federal saiba compensar a subtração de um recurso natural suscetível de indefinida exploração econômica. E certamente a compensação deve estar acima do valor das cotas estaduais e municipais do Imposto Único sobre Energia Elétrica, que não representam nem de perto a produção que deixa de ser gerada nas terras inundadas.

6 — Na preservação do patrimônio natural.

Este é um dos maiores desafios à administração paranaense. O desmatamento indiscriminado, a um ritmo de 371 mil hectares

anuais, ameaça criar sérios desequilíbrios ecológicos. O fenômeno da erosão em 63 mil quilômetros quadrados do Paraná é uma das piores consequências. A perspectiva de um colapso na indústria madeireira é outra. O Paraná espera, objetivamente, que o Governo Federal o ajude a reestimar o reflorestamento, que apresentou bons índices entre 1967 e 1970, decrescendo desde então.

Estes os grandes problemas e as grandes preocupações dos paranaenses, captadas pela Administração Estadual e transformadas em objetivos e metas. Não obstante, o Governo Jayme Canet Júnior assinalou recentemente que "o Paraná é um Estado confiante nas suas potencialidades, na pujança da sua agricultura, no caminho correto que vem adotando para a sua industrialização, na vontade de trabalho do seu povo". O Paraná é também um Estado que pode confiar em seu Governo. A melhor prova disso é o documento "Objetivos e Metas de Desenvolvimento", livre dos preconceitos e do fraseado vazio que geralmente acoberta, com grande dispêndio de fórmulas verbais, o vazio dos conceitos e a dispersão das iniciativas. Aqui temos uma certeza: este Plano é o retrato de um Governo destinado a conquistar o respeito de seus contemporâneos, pela firmeza e segurança com que vem orientando sua política. E é o índice da maturidade, da longa e às vezes penosa evolução de uma comunidade que aprendeu a valorizar o espírito de iniciativa, a autocritica, o respeito aos compromissos. Que viu chegar um novo tempo e não lhe antepôs barreiras. Que está decidido a promover, quaisquer que sejam as dificuldades, a consolidação econômica e financeira do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Daso Coimbra. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao observador mais atento, ainda que despretenso, como é o caso deste representante de Goiás, é dado perceber, claramente, a irreversibilidade do processo de distensão iniciado pelo eminente estadista que governa este País, o Presidente Geisel.

Perante todos nós emerge, cristalina, uma verdade verdadeira, como diria o meu amigo Mário Solon Ribeiro, de saudosa memória: há consentimento, apoio e solidariedade ao Presidente Geisel e ao seu Governo em todos os setores da vida nacional, quer civil, militar, operária, estudantil ou rural.

É questão de tempo: a distensão (bom relacionamento dos homens do Governo com a liderança política e com o povo) se transformará em abertura (reforma constitucional e erradicação das normas de exceção).

Pode exigir alguns anos, mas virá. É questão de tempo, de comportamento das lideranças e de fatores externos que podemos prever altamente favoráveis e em evolução daqui para a frente.

Fatos que nos asseguram definida a situação nos termos aqui colocados, vêm se multiplicando.

Os mais significativos foram as manifestações dos generais Ednardo D'Ávila de Mello e Reynaldo de Mello Almeida, quando se dirigiram a estudantes de São Paulo e do Rio de Janeiro e os recentes pronunciamentos dos Ministros Armando Falcão, quando da reunião com a Bancada da ARENA, e Ney Braga, no último dia 23, por ocasião da inauguração da nova sede do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Católica de Goiás.

O Ministro Ney Braga, numa atitude de estadista, franco, sincero, afável e acessível, sem qualquer comprometimento demagógico ou "populista", misturou-se aos estudantes e com eles manteve, por mais de duas horas, o diálogo indispensável e cuja falta estava a frustrar a mocidade universitária e a desmotivá-la para a luta em favor do desenvolvimento brasileiro.

Recebido pelo Reitor Padre José Carlos de Lima Vaz e pelo Presidente do DACCHL, estudante Lourival Fonseca, além do líder uni-

versitário José Carlos Siqueira, Ney Braga deu verdadeira resposta aos radicais inimigos da Revolução Democrática Brasileira.

Não há meio melhor de aferir o clima de cordialidade e o extraordinário entrosamento conseguido na oportuna reunião provocada pela inauguração da nova sede da DACCHL do que inscrever nos Anais desta Casa os discursos proferidos pelo Magnífico Reitor Padre José Carlos de Lima Vaz, pelo representante dos estudantes, acadêmico Lourival Fonseca, e pelo ilustre Ministro da Educação e Cultura, Senador Ney Braga, nestes termos:

DISCURSO DO REITOR PADRE JOSÉ CARLOS DE LIMA VAZ:

"Exm.^o Sr. Ministro da Educação

Bem pode imaginar Vossa Excelência a alegria e a honra da Universidade Católica de Goiás de recebê-lo neste momento. A um convite dos jovens, soube Vossa Excelência, tão sintonizado com eles, atender. Esta visita, bem a o compreendemos, mais que a uma pequena e humilde Universidade, é ao estudante universitário desta cidade e deste Estado, que a Providência quis estivessem neste instante representados pelos membros do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Humanas.

Permita-me, Vossa Excelência, apresentá-los. É um estudante sofrido e inquieto. Sofrido, porque sua ascensão social é fruto de um trabalho insano. Ontem, ainda, eram crianças que brincavam na placidez de nossas pequenas comunidades interioranas. Na grande maioria, filhos de pais humildes, iletrados, habituados às privações da pobreza e à marginalização em relação a um *status* social que não conheciam. Mas o progresso tomou de assalto esta terra. Poucos anos bastaram para modificar um tipo de vida e elevar, de salto, os níveis de aspirações das gerações novas. Vieram para a cidade que cresce com eles. Desesperadamente procuram recuperar o tempo perdido, dando ao estudo as poucas horas que sobram da luta impiedosa para sobreviver. Entraram na Universidade. Não querem ser marginalizados na sociedade industrial que aqui se implanta queimando etapas. E na luta para subir e para sobreviver temperam seu caráter e acumulam a riqueza da sensibilidade social e do compromisso com a vida e com seus irmãos, que nasce do sofrimento.

É um estudante inquieto. Sabe que o mundo moderno é impiedoso com os fracos e os despreparados. Por isso são exigentes. Sabem que a seu lado vegetam irmãos seus que uma estrutura rígida dificulta a integração na corrente de progresso ou que são vítimas da ambição ou da prepotência dos adoradores do ganho a qualquer preço na sociedade de consumo. Assim, o estudante goiano sabe ser compromissado com seu povo e sua terra e aspira ser o artesão de um mundo onde o homem seja a medida e o fim de todos os valores e onde as diferenças das situações se atenuam com o mandamento do Cristo: amai-vos uns aos outros como eu vos amei.

Este estudante sofrido e inquieto é para a Universidade que os aceita uma tarefa fascinante. Porque a enche de esperança e a faz sentir-se validamente engajada na construção de uma Pátria grande, poderosa, justa e fraternal. A palavra de ordem de Vossa Excelência de torná-los cada vez mais participantes da vida e das aspirações da comunidade universitária tem sido uma experiência válida que nos enche de profunda satisfação. Podemos assegurar a Vossa Excelência os bons resultados já sentidos, quer na Universidade Federal, nossa irmã maior, quer na nossa pequena Universidade Católica. E com satisfação podemos dizer que nosso trabalho tem encontrado, hoje mais que nunca, o apoio e a compreensão da comunidade goianiense, dos poderes públicos estadual e municipal, com quem procuramos

trabalhar de mãos dadas no afã de servir ao povo e ao futuro deste abençoado Planalto.

Excelência, todos o conhecem como homem simples, de rara sensibilidade humana e social e de apaixonado amor à nossa Pátria. Por isso, tranqüilamente, bem conscientes do que dizemos, damos as boas vindas e abrimos a Vossa Excelência as portas desta casa que é sua. Muito obrigado."

DISCURSO DO ACADEMICO LOURIVAL FONSECA.

"Sr. Ministro,

Este é para nós um desses momentos de rara alegria, cuja satisfação é tanto maior quanto agradável, por se tratar da inauguração da nova sede deste Diretório Acadêmico, com a presença de V. Ex^a, do ilustre Governador do Estado, e demais autoridades, que tão gentilmente aquiesceram ao convite deste Diretório Acadêmico para aqui virem nesta solenidade.

Estamos honrados, esta Diretoria e todos os estudantes universitários goianos.

Tanto por contar com a presença de V. Ex^a, eminente Ministro da Educação e Cultura que prontamente atendeu às nossas aspirações de sua visita, numa mostragem do seu elevado espírito de abertura e consideração para com os estudantes, como pela presença das demais autoridades; mas principalmente em poder entregar, para o uso de seus congregados, esta sede, que se compõe de um salão para recreação, de uma sala de recepção, de uma sala de identificação e datilografia, de uma secretaria, de uma sala de leitura e reuniões e de uma sala de coordenação de cursos, seminários e encontros.

Esta honra e nosso envaidecimento crescerão na medida em que esta casa se tornar freqüentada por seus congregados, na medida em que formos alcançando, juntamente com a Universidade, o despertar das potencialidades inerentes a cada um de nós, na oportunidade em que conseguirmos uma real integração universitária, intelectual, social e desportiva, fixadas na reflexão crítica da Realidade de nosso Tempo, posição que caracteriza a verdadeira Universidade, caracterizando em consequência o verdadeiro universitário.

A Direção da Universidade Católica de Goiás, pelo seu magnífico Reitor e demais autoridades acadêmicas e administrativas, tem prestigiado o trabalho que aqui desenvolve o estudante, tanto é que, procurando valorizar os papéis desempenhados pelos universitários dentro de sua conjuntura educacional e reconhecendo a animadora reavaliação da importância dos Diretórios Acadêmicos, já anunciada por V. Ex^a, está com a ajuda de seu Ministério, concedendo ao nosso Diretório esta nova sede, suficientemente ampla e funcional, que deverá atender às crescentes atividades de representação estudantil, como é desejo da atual política educacional brasileira.

Sentimo-nos felizes em assumir a responsabilidade de realmente desempenharmos este papel de representação estudantil, pois sabemos que é pela efetiva participação na vida educacional brasileira que nos tornamos cidadãos úteis à nossa sociedade.

Estamos felizes também, Sr. Ministro, por termos conseguido levar de vencida esta etapa desta ardorosa tarefa, pois procurando participar do esforço educacional de seu Ministério, podemos afirmar, com o entusiasmo de nossa juventude, que a participação é o caminho seguro para a nossa integração material e espiritual, instrumento de aperfeiçoamento cívico e moral e farol a iluminar as insondáveis trilhas do futuro.

Outras vitórias haveremos de alcançar, pois, estudantes goianos carregam no transporte de seu querer, como ferramentas indispensáveis, a compreensão que harmoniza, o despreendimento que edifica e constrói, a inteligência para a discussão das boas idéias, no interesse coletivo, acima do pessoal, para o estudo dos problemas que nos afligem mais de perto.

Inspirados nestes pensamentos, já de si representativos dos mais puros ideais de civismo, sobre o que se assentam as colunas basilares do movimento estudantil, desejamos, diante dos sorridentes e felizes jovens deste Estado, externar às autoridades que nos prestigiaram e a V. Ex^a, Sr. Ministro especialmente, as mais calorosas saudações, e, pelo apoio que nos dispensaram, o nosso sincero reconhecimento."

DISCURSO DO MINISTRO NEY BRAGA

"A minha presença nesta universidade apresenta um momento espiritual que valorizo profundamente pela oportunidade que desfruto de testemunhar o conagração feliz de uma comunidade universitária brasileira.

Tem sido uma constante na minha vida, trabalhar sem descanso em defesa da paz social e do desenvolvimento com justiça.

Tendo participado diretamente do momento histórico de deflagração e consolidação da Revolução Brasileira de 64, posso bem avaliar o esforço realizado para que o nosso País reencontrasse a grandeza da sua história.

Percorrendo como Ministro da Educação e Cultura o território nacional, tenho encontrado a receptividade dos brasileiros para o trabalho do Governo em favor da Educação e da Cultura no País. Neste setor tem sido preocupação do Governo acelerar o crescimento de oferta de oportunidades no setor educacional e melhorar a qualidade do ensino ministrado.

A Política Nacional Integrada de Educação, documento que acabamos de lançar com o objetivo de determinar as linhas básicas de ação do Ministério da Educação e Cultura, acentua a coerência do programa a ser executado de modo a que possa existir profundidade no esforço do Governo sem qualquer desvio imediatista, sempre tentador para os que pretendem o êxito fácil e o sucesso temporário.

É por essa razão que o esforço governamental está hoje voltado para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade do ensino universitário, mediante o estabelecimento de diretrizes rigorosas para a implantação do Plano Nacional de Pós-graduação, o que significa alocar recursos especiais para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

A importância desse esforço permite-me afirmar-lhes neste instante que é indiscutível o reconhecimento do muito que avançamos, seja no aspecto quantitativo, seja no qualitativo, a começar pela existência hoje, de uma verdadeira atividade universitária.

Ninguém pode pretender que o ideal esteja alcançado. É impossível realizar tal propósito em prazos históricos curtos. O que é importante é a caminhada ascendente, na qual, por aproximações sucessivas, vamos acumulando vitórias e aperfeiçoando os instrumentos para torná-las permanentes.

Estou absolutamente convencido de que a dedicação com que a equipe do governo tem trabalhado para assegurar o desenvolvimento nacional com justiça social, confere a cada um dos seus membros a autoridade necessária para o diálogo indispensável com o povo brasileiro.

É certo que o diálogo só é possível quando todos os desejarem sem radicalismo e sem desrespeito. Porque é da essência do contraditório intelectualmente honesto buscar fórmulas de convergência que assegurem a possibilidade de soluções justas, preservada a paz social.

Essa tem sido a orientação inalterada do Governo ao assegurar a continuidade dos ideais e princípios da Revolução Brasileira.

Não é outro o propósito da aplicação desses ideais e princípios no setor universitário, o que tenho reiterado sem desfalecimento como Ministro da Educação e Cultura. Ao jovem universitário corresponde um papel relevante no Brasil de hoje.

O universitário compreende que hoje a universidade brasileira é um centro de estudos aberto ao despertar de vocações. E essas vocações são autênticas quando exercidas sem radicalismo e sem preconceito.

É aproveitando a oportunidade dessa fase de formação que o estudante aprimora os seus conhecimentos, plasma a sua personalidade e adquire independência para a vida. A participação do universitário na vida de sua universidade está amplamente assegurada pela legislação vigente relativa à representação estudantil.

É lição permanente da vida, que não se ganha a história com ódio. É indispensável compreender que a realização dos ideais humanos só é possível eliminando o egoísmo dos ativistas radicais que transtornam o ambiente social e desnaturam a essência pessoal de cada membro da comunidade humana. É preciso saber que a ordem social e seu progressivo desenvolvimento devem em todo momento subordinar-se ao bem da pessoa humana.

Eis o sentido e o alcance da responsabilidade social que estimula a participação de cada um de nós nos esforços comuns. É a forma mais concreta de construirmos um mundo feliz sob a égide da justiça social e da liberdade.

Os problemas do mundo são hoje estreitamente vinculados. As consequências da decisão de um governo repercutem intensamente na ação de outro. É por essa razão que os estudos mais modernos sempre concluem pela afirmação de que a sociedade internacional é composta por um sistema de nações cada vez mais interdependentes.

O certo é que o mundo de hoje não tem encontrado caminhos fáceis para assegurar a tranquilidade e a felicidade da vida humana. E o nosso País pode orgulhar-se do nível que estamos alcançando para ganhar a batalha do desenvolvimento com a permanente defesa do Estado e o uso da autoridade para garantir o equilíbrio social e a plena realização do homem, enquanto ser racional, livre e social.

É essa a linha que deve orientar o nosso trabalho na construção do Brasil. O nosso País, fiel à sua vocação histórica tem sido um dos que se afirmam como instrumento de paz em um mundo conturbado. E a paz alcançada só tem sentido porque lastreia-se no esforço desenvolvido em favor da igualdade essencial entre os homens, e da justiça social.

Nós todos não desconhecemos que a caminhada é longa e árdua. Para enfrentá-la é necessário algo mais que o trabalho frio e profissional. É necessário entrega total. É necessário alma. A minha vida pública, já longa, me autoriza a postular da nova geração uma atitude de confiança para com o esforço que estamos realizando no Ministério da Educação e Cultura. Para o amor à Pátria não existe monopólio. Todos os brasileiros partilham o mesmo sentimento, ainda que conjuntamente possamos pensar soluções diferentes para problemas que preocupam em comum. O que é importante na visão prospectiva do Brasil é que todos sejamos partícipes na construção de alternativas compatíveis com a nossa grandeza. E, sobretudo, que todos sejamos conscientes das nossas responsabilidades, o que equivale dizer, que estejamos prontos para assumirmos o papel de construtores do Brasil.

Agradeço-lhes muito sinceramente o carinho com que me recebem. Espero cumprir a minha missão, a qual posso

sintetizar na afirmação que fez Pe. Lebrez, no seu manifesto por uma civilização solidária: **"O Homem se torna mais, fazendo com que o mundo seja mais e combatendo sem tréguas para o impedir de ser menos."**

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Gioia Junior.

O SR. GIOIA JUNIOR (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste momento de pequenas comunicações, quero ter o privilégio de fazer grandes comunicações, eis que vou falar a respeito de três grandes comunicadores.

A primeira homenagem que desejo prestar hoje é a Paulo Machado de Carvalho, que está completando 44 anos de vida radialista.

O rádio paulista e Paulo Machado de Carvalho caminham de mãos dadas. A vida de um e a história de outro se confundem no mesmo dinamismo, no mesmo patriotismo, no mesmo espírito público. A ambos São Paulo e o Brasil devem esforço, sacrifício, espírito de luta, dedicação, informação; formação.

Quando a Rádio Record — trincheira de Paulo Machado de Carvalho, há 44 anos, comemora o seu aniversário, São Paulo evoca os mais belos momentos da História Pátria nessas quatro décadas. Desde a luta permanente em favor dos valores nacionais — nossa música em nossas tradições — até a clarinada cívica que teve no 9 de Julho a grande data da luta em favor da lei e do direito.

Paulo Machado de Carvalho — líder esportista — líder do setor de comunicações — nome de Estádio, general das vitórias do futebol brasileiro — é a figura dinâmica e autêntica do herói moderno: plantando esperanças, cultivando vitórias, criando otimismo.

O Parlamento brasileiro, a casa dos representantes do povo de nossa Pátria, presta, por meu intermédio, à Rádio Record e ao Dr. Paulo Machado de Carvalho — nos 44 anos de rádio — a homenagem a que, mercê de suas vitórias em favor da Pátria, fizeram jus.

Passo à segunda homenagem. As grandes heranças — no Brasil e no mundo — por uma fatalidade cruel, quase sempre deperecem nas mãos dos herdeiros. Raros, raríssimos mesmo, os casos que escapam à regra geral.

Uma dessas exceções, tão válidas e tão proveitosas, existe entre nós, e de brilho crescente, e de permanente evolução vitoriosa. Falo de **O Globo**, que a pertinácia, a competência e o espírito lutador de Irineu Marinho edificou e que seus filhos têm feito prosperar e avultar.

Evoluindo do jornal para o rádio, na época própria, Roberto Marinho e seus irmãos, com a bela equipe que sempre souberam compor e manter, acompanharam a moderna tecnologia das comunicações de massa e investiram no campo da televisão, realizando a edificante obra nacional que é, hoje, a "Rede Globo de Televisão".

Começaram no Rio, com firmeza de propósitos e alta organização de base, e foram, paulatina mas seguramente, formando a grande rede brasileira de sons e de imagens que modernamente se espalha por todo o País, interligando esta grande Pátria comum.

Este ano — 1975 — está a Rede Globo de Televisão festejando, entre os aplausos gerais, os seus primeiros dez anos de profícua e brilhante existência, ajudando o Brasil a crescer e a prosperar, fomentando a unidade nacional, contribuindo para o desenvolvimento da cultura, animando as artes brasileiras.

A "Globo" — todos o reconhecemos — tem primado, sobretudo, na política de valorização do artista nacional, ensejando a todos eles grandes oportunidades, assistindo-os de uma infraestrutura técnica que lhes permite, a todos, sem exceção, participar de programações do mais alto nível, quase todas elas, em verdade, de qualidade internacional.

Esta — Sr. Presidente, Srs. Deputados — não é uma afirmativa gratuita. Não e não! Ai estão as constantes vendas de programação

gravada em "video-tape" que a "Globo" realiza para o exterior, como prova robusta de que as suas realizações artísticas encontram farta acolhida no mercado internacional. Isto, de fato, só a excelente qualidade dos programas justifica!

De outro lado, e não menos importante, a Rede Globo de Televisão tem primado no campo das reportagens internacionais de grande apelo popular, e que interessam mesmo até as classes mais elevadas da sociedade, com a transmissão perfeita e constante dos grandes eventos esportivos, como os campeonatos mundiais de futebol, de automobilismo, de box, e tantos outros.

E a sua programação noticiosa, seja aquela destinada aos adultos, seja aquela especificamente dirigida à infância e à juventude, são iniciativas meritórias, realizada com pureza técnica e grande cuidado profissional, vale como um traço de união entre os brasileiros dispersos por todo esse vasto continente brasileiro.

Eis porque — e fora de dúvida — a Rede Globo de Televisão alcançou tanto renome e tanto prestígio junto às audiências nacionais, credenciando-se, na sua especialidade, como líder efetiva da televisão brasileira.

No momento em que a "Globo" festeja o seu primeiro decênio de tantas e tão ilustres realizações, cumprimento toda a sua equipe, e desejo ao jornalista Roberto Marinho e a seus ilustres irmãos, novos sucessos, novas vitórias e novos serviços à coletividade brasileira.

Agora, quero homenagear outro grande comunicador — Victor Civita, cujo império jornalístico comemora o Jubileu de Prata.

Primeiro foi uma idéia, e que se corporificou numa pequenina semente. E esta semente, cuidadosamente tratada, germinou e floresceu, e cresceu e frutificou, transformando-se não apenas numa árvore de porte altaneiro e de frutos preciosos, mas, e principalmente, evoluindo e desdobrando-se até formar um parque frondoso e utilíssimo, de que uma árvore artisticamente composta é hoje o símbolo reconhecido e admirado.

Esta aí, em rápido esboço, o quadro geral da **Editora Abril**, cujas bodas de prata com o sucesso o país comemora, rendendo justas homenagens ao seu pioneiro, e hoje seu guia e chefe seguro e sereno, o Sr. Victor Civita.

Aquela empresa, que começou editando em oficina alheia as historietas cômicas do "Pato Donald", transformou-se, pelo milagre da fé aliada ao trabalho, e da competência somada ao dinamismo, nesta grande oficina de trabalho que é, hoje, a maior empresa editorial e gráfica do Brasil, que exporta cultura e produz apreciáveis receitas cambiais para o país.

A **ABRIL S/A** — na pujança de seus primeiros vinte e cinco anos é, modernamente, a soma de três grandes divisões, cada qual com suas características peculiares. No vértice primeiro do triângulo está a **Editora Abril**, que publica livros, fascículos, enciclopédias, livros didáticos e outros trabalhos destinados à educação; no segundo vértice, a **Abril Industrial**, complexo conjunto de máquinas e equipamentos de extraordinária sofisticação técnica, que funciona inclusive como centro de treinamento interno, formando e aperfeiçoando centenas de profissionais em nível internacional; e, no último vértice, a **Distribuidora Abril**, que cobre mais de 1.500 pontos do território nacional e que, através de quase mil agentes, leva a todas as populações a presença contínua e constante dos produtos finais.

Aquele sonho de vinte e cinco anos atrás, que empolgou e estimulou Victor Civita, então assistido de meia dúzia de companheiros, transformou-se na soberba realidade do presente, num conjunto industrial que reúne mais de sete mil colaboradores permanentes e que entrega ao público, brasileiro e das Américas, nada menos do que 150 edições de revistas e fascículos por mês, produção que consome, diariamente, 1.300 quilos de tinta e 134 toneladas de papel, numa tiragem mensal de 16 milhões de exemplares.

Nem foi por outro motivo que Gilberto Freyre, o grande sociólogo e escritor brasileiro, e que, num passado nem tão remoto assim tanto honrou e ilustrou esta Casa, fez esta afirmativa, que repito com entusiasmo:

"A Editora Abril tem sido uma contribuição notável para o Brasil. Nenhuma outra vem fazendo mais para a cultura e para o aperfeiçoamento das artes gráficas."

Registrando, pois — Sr. Presidente, Srs. Deputados —, o transcurso dos 25 anos da Editora Abril, levo a todos quantos ajudam na sua grandeza e no seu esforço diuturno pelo desenvolvimento da cultura brasileira, as minhas saudações mais sinceras, e cumprimento, com efusão e com entusiasmo, Victor Civita, a cuja bravura e a cujo descortino o país deve esta obra extraordinária que tanto nos merece.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Cooperativa Habitacional dos Operários em Estabelecimentos Bancários no antigo Estado da Guanabara acaba de ter aprovado, por sua Assembléia Geral Ordinária, o relatório de suas atividades no ano de 1974.

A nós que sempre nos interessamos pelo problema habitacional e que tantas vezes temos abordado o assunto desta tribuna, inclusive na legislatura iniciada em 1967, cumpre fazer o registro público de uma obra de alto interesse social, consignando a nossa admiração ao trabalho do Conselho de Administração da Cooperativa Habitacional dos Operários em Estabelecimento Bancário no Estado da Guanabara, dirigido pelo Sr. Wilberto Martins Xavier, e contando com a valiosa cooperação dos membros Manoel José Santana, Célio Nei Dias, Alvimar Lopes Ferraz, José Wilton Lacerda Dantas, Montezuma Goes e Fernando Pinto da Silva Filho.

Há, no entanto, além desse registro, no relatório apresentado, valiosas considerações sobre o Plano Nacional de Habitação e suas repercussões de caráter social no contexto atual do trabalho do BNH.

Esses conceitos e essas considerações, quero transcrevê-los na íntegra nos Anais desta Casa, pois constituem valiosos subsídios à problemática habitacional brasileira, pelo que passo a lê-los:

I — CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Prezados cooperativados:

Mais uma vez aqui estamos para expor-lhes o Relatório anual das atividades empreendidas por nossa Cooperativa, juntamente com o Balanço Geral e o Parecer do Conselho Fiscal. Além do objetivo de atendermos com isto as determinações legais e estatutárias, pretendemos ainda colocá-los a par das lutas que nossa entidade tem enfrentado para se manter atuante e assim poder cumprir os compromissos assumidos com os companheiros bancários que almejam a casa própria. É também nosso propósito, com este Relatório de 74, documentar para o futuro a atual fase de dificuldades vivida pelo Programa de Cooperativas Habitacionais Operárias, apontando aos dirigentes do País os graves problemas sociais que se avolumam na área habitacional. Na medida em que estes se propõem a atender uma demanda situada nas faixas de médio e baixo poder aquisitivo da população brasileira, a compreensão desses problemas é fundamental. Sem isto o Plano Nacional de Habitação se distanciará cada vez mais dos objetivos primeiros que motivaram sua criação e o BNH se tornará, com o passar do tempo, mais uma instituição financeira a serviço de grandes empresas, do que um órgão federal imbuído da necessidade de dar solução aos aspectos sociais do PNH.

Companheiros, talvez este seja o último relatório e também a última Assembléia de nossa Cooperativa. É chegado o momento de consultarmos nossa consciência e questionarmos à Diretoria, funcionários e cooperativados: será que todos nós fizemos o possível para evitar que nossa Cooperativa tivesse seus dias contados? E agora, o que ainda

podemos fazer? Pode ser que o BNH preserve as Cooperativas Operárias mas pode ser que elas realmente cheguem ao fim. Este ano que se inicia será decisivo. E esta pode ser a última vez que estejamos reunidos, aprovando, elegendo, decidindo os rumos de nossa entidade. Que fazer, cooperativados? Vamos aguardar os acontecimentos, numa posição reivindicatória e de luta para que a Cooperativa continue a existir, propiciando um nível de vida um pouco melhor aos bancários desta cidade do Rio de Janeiro.

II — O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Dois fatos chamaram a atenção para a atuação do BNH em 74. Primeiramente a mudança de governo, que resultou no remanejamento de toda a Diretoria do Banco, com a conseqüente reorientação dos rumos da política habitacional e, em segundo lugar, as altas taxas de inflação registradas, principalmente no primeiro semestre, que incidiram bastante nos preços dos terrenos e dos materiais de construção.

Em fins de 73, a taxa de inflação divulgada foi de 13%. Isto não correspondia à realidade dos fatos, pois logo no início de 74 esta taxa inflacionária contida começou a transbordar, acompanhando a crise econômica internacional. Ela atingiu seu auge em abril, quando registrou um índice de 4,1%, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Naturalmente que, com isto, o planejamento financeiro do BNH foi abalado, tendo em conseqüência algumas obras paralisadas e vários financiamentos inviabilizados. As empresas construtoras, muitas delas atingidas pela crise do setor, deixaram clara a impossibilidade de continuar seus projetos caso o BNH não fizesse uma revisão nos índices de reajustes contratuais, bastante prejudicados, cujos cálculos são baseados nas taxas oficiais de inflação. Diante desta situação o BNH limitou-se a rever seus planos financeiros, o que originou a ID. CPC-01/74. No nosso entender, os rumos tomados pelos acontecimentos pediam reformas mais profundas, e exame mais minucioso da situação global do Sistema Financeiro de Habitação. Com os preços dos terrenos atingindo níveis elevadíssimos o Banco poderia recorrer à criação de mecanismos que impedissem a especulação e tendo os materiais de construção seguido os rumos dos terrenos, o Banco poderia iniciar pesquisas de mercado, denunciando na ocasião, as altas excessivas no setor e partindo assim para pesquisar fórmulas de construção mais baratas para os conjuntos habitacionais e as casas populares. Mas, nada disto foi realizado.

Em agosto, nas comemorações do seu 10º aniversário, o BNH anunciou mudanças no Sistema Financeiro de Habitação. Entre as novas medidas, que foram aprovadas em dezembro, a baixa das taxas de juros e o aumento no prazo dos financiamentos aparecem como itens principais das reformas. Será que as bases de sustentação dos cálculos das taxas de juros que nos levaram a pagar até 10% a. a. sobre financiamentos de habitações modestas, estarão definitivamente abaladas? Os critérios que norteiam a concessão de financiamentos, que em 73 excluíram as Cooperativas Habitacionais operárias, passarão a ter como pontos de referência entidades e organizações de trabalhadores assalariados? Passariam, dessa forma, a beneficiar realmente as camadas menos favorecidas de nosso povo? Que métodos de seleção de empresas construtoras serão adotados? Continuarão os agentes financeiros seu papel de arregimentadores da poupança popular ou terão funções outras, dentro de metas sociais claramente definidas pelo BANCO? Aguardaremos as respostas a estas questões durante o decorrer de 75. Pelo visto o atual Governo está com boas intenções e confiou ao atual Presidente do BNH a missão política de situar os programas habitacionais e de impulsionar todo o mercado imobiliário na direção social.

O Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, declarou o seguinte sobre este assunto: "A reformulação do Sistema Financeiro de Habitação responde à profunda preocupação do Presidente Geisel com a questão social", acrescentando que "ainda existem questões sérias no tocante a problemas de qualidade de vida, melhoria do sistema de habitação e melhor distribuição de renda" (*). Mais uma vez constatamos que bem intencionados estão todos. Mas, isto nada resolve, se o BNH não der uma verdadeira guinada de 360º, voltando ao seu ponto de partida, isto é, reavivando a expectativa predominantemente social em meio à qual foi criado, tornando assim realidade as palavras do Sr. Ministro do Interior.

III — O INOCOOP-GB

O INOCOOP-GB funcionou em 74 como mediador entre nossa Cooperativa e as firmas construtoras ECISA, RIBEIRO FRANCO, COCIBRA e ECP, para a solução de problemas ligados a reparos de obras e encaminhamento de projetos paralisados, como foi o caso de Altinópolis. Não resta dúvida que tudo isto contribuiu para que houvesse um melhor entrosamento entre nós e o INOCOOP-GB. Porém, acreditamos que este órgão continua sendo uma entidade indefinida em suas funções.

Situado entre dois pólos, as Cooperativas de um lado e as construtoras de outro e recebendo instruções do BNH, o INOCOOP-GB fica meio perdido.

(*) O GLOBO - 24-12-74.

Acreditamos necessária uma definição mais precisa das características e funções do INOCOOP-GB, bem como da delimitação de seu campo de atuação. Para nós, transformar os INOCOOPs em empresas privadas, com legítimo objetivo de lucro, sujeitos à fiscalização do BNH e sem o monopólio da assessoria às Cooperativas, seria o passo inicial para que ele possa ter uma dinâmica e uma personalidade própria, como empresa, se desvinculando de uma política excessivamente dependente do BNH.

IV — O PROGRAMA DE COOPERATIVAS HABITACIONAIS OPERÁRIAS

Diante das recentes mudanças anunciadas pelo BNH, paira a grande dúvida: o que acontecerá ao Programa de Cooperativas Habitacionais Operárias? Sendo filhas da euforia inicial dos idealizadores do BNH, as Cooperativas Operárias constituem hoje uma realidade irreversível dentro do Plano Nacional de Habitação. Fundadas com base na autogestão dos trabalhadores, elas estão presentes em muitos Estados brasileiros. Provavelmente algumas delas apresentam os melhores resultados conseguidos dentro do Plano, para faixas de renda média e ainda com uma percentagem extremamente reduzida de inadimplência.

No entanto, inúmeras vezes as Cooperativas Habitacionais Operárias são ignoradas pelo BNH. Desde 1973, lutam com muita dificuldade para manter o ritmo de trabalho concernente com suas demandas, como é o caso da nossa, isto em conseqüência da OS-001/73, da CPC. É preciso que os atuais dirigentes do BNH captem a importância destas Cooperativas, para que as mudanças ocorridas no SFH possibilitem uma injeção de crédito ao Programa, verdadeiro veículo de execução da distribuição de renda, no âmbito da casa própria.

Analisando o fracasso das COHABs (Companhias Habitacionais Estaduais), em quase todos os Estados da Federação, achamos que um fator responsável pelos resultados negativos da atuação destas Companhias é Administração. Geralmente constatamos que as administrações estaduais se

utilizam destas casas populares com finalidades eleitoreiras, dificultando ainda mais a concretização dos fins sociais a que se propunham os novos conjuntos. Assim ocorrendo, estes fatos teriam solução na medida em que entidades de categorias profissionais passassem a ter a iniciativa nas construções de conjuntos para seus associados, como no caso dos sindicatos. O certo é que esta alternativa já existe, representada pelo Programa de Cooperativas Habitacionais Operárias. Por que o BNH não reformula o Programa, expandindo-o a todas as categorias profissionais é uma incógnita para todos nós. Se o Banco assim procedesse, as casas populares deixariam de ser motivos de clientelismo e fontes perdulárias de aplicação de recursos sem planejamento nem viabilidade social efetiva.

Apesar da situação indefinida em que se encontra o Programa, nós, da Cooperativa Habitacional dos Bancários, continuaremos lutando pela sua existência. Nossa persistência se baseia em oito anos de experiência no campo habitacional, onde colhemos frutos bastante positivos de nosso trabalho à frente desta Cooperativa e provamos na prática que os trabalhadores deste País têm capacidade suficiente para administrar seus próprios recursos. Se o BNH conscientizar isto, o diálogo entre ele e os integrantes do Programa já estará iniciado.

V — A COOPERATIVA EM 1974

No ano que findou, nossas atividades foram marcadas pelas demarches realizadas com o BNH, INOCOOP-GB e ECP, em consequência da paralisação das obras da Ilha. Com vistas ao reinício dos trabalhos foram realizadas várias reuniões. A possibilidade de concretização de um acordo comum entre as partes interessadas foi nossa grande preocupação em 74. Outros acontecimentos, no plano político e social da vida da Cooperativa, também não passaram despercebidos.

Janeiro e fevereiro foram meses pouco expressivos no nosso calendário, em março comemoramos nossa primeira vitória na luta pelos reparos de falhas de construção em conjuntos já entregues. Depois de cinco anos de batalha, conseguimos que a ECISA liberasse a retenção, num total de Cr\$ 217.184,51, para Serviços de reparos no PAULO VI e Populorum Progressio. Na ocasião, pleiteamos do BANCO, via INOCOOP-GB, autorização para a criação de uma Equipe de Conservação encarregada de reparar os conjuntos.

No mesmo mês tivemos Assembléias em 4 Comunidades, tendo sido muito concorridas as eleições para as novas Equipes. Em 20 de abril realizamos nossa Assembleia-Geral Ordinária, procedendo ao sorteio das unidades de Altinópolis. Na ocasião, face à renúncia de João Baptista Dalvi, transferido para Brasília pelo Banco Central, Wilberto Martins Xavier, Tesoureiro de nossa entidade desde sua fundação, foi eleito seu Diretor-Presidente.

Em maio, o então Diretor da CPC, Honório Petersen Hungria, reuniu-se com a Diretoria da Cooperativa. Falou-se na ocasião da paralisação das obras da Ilha, entre outros assuntos. Deixamos claro para o Diretor da CPC a impraticabilidade dos cooperativados assumirem in totum o pagamento do reajuste pretendido pela ECP. Em contrapartida lhe mostramos o significado social do próprio BNH assumir tal pagamento. Na mesma época enviamos carta ao BANCO, expondo a situação crítica de Altinópolis e nos posicionando a favor de que o BNH assumisse o diferencial, bastando para isso que reduzisse os juros de financiamentos.

Araticum realizou sua primeira reunião em junho. O grupo morador visitou a casa modelo e teve participação ativa no encontro.

O INOCOOP-GB comunicou-nos em julho a aprovação do BNH, para a criação da Equipe de Conservação.

Operários, pedreiros e bombeiros foram convocados e a supervisão ficou a cargo de nosso engenheiro Luís Bentes. A Equipe tem-se saído muito bem, já tendo executado obras de reparos no Paulo VI e no Populorum. Em 75 esperamos estender seus serviços ao Monteiro Lobato e Apolo XIII, caso as negociações com a COCIBRA e a RIBEIRO FRANCO cheguem a bom termo.

Léia Nader Granjeiro assumiu, em agosto, o cargo de Secretária Executiva da Cooperativa, e Fernando Loureiro foi deslocado para outra função junto à Diretoria.

Em 8 de agosto o Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, recebeu-nos em entrevista especial, em seu gabinete, aqui no Rio. Expusemos vários problemas ao Ministro, dando maior ênfase ao caso da Ilha, cujas obras ele visitou. S. Ex^a poucas promessas fez, mas nem por isso nossas expectativas foram menores, após o encontro.

Infelizmente o II ENCONTRO DE COMUNIDADES não saiu, como estava previsto. Motivos de força maior atrapalharam nossos planos. No entanto, comemoramos, em outubro, na Sede Campestre do Sindicato dos Bancários, o 8º ANIVERSÁRIO da Cooperativa. Como ocorre todo ano, foi disputado o TROFÉU COMUNIDADE entre os times de futebol de cada conjunto, tendo-se sagrado campeão em 74, o Conjunto POPULORUM PROGRESSIO.

Em 30 de outubro o Presidente do BNH, acompanhado por alguns assessores e engenheiros do INOCOOP-GB, visitou nossos conjuntos de Araticum e Ilha. Em Altinópolis o Presidente do BNH teve oportunidade de se cientificar de perto dos problemas da obra, ouvindo o construtor e um representante da Cooperativa. Esta visita, naturalmente, aumentou nossas expectativas em torno da Ilha. Dia 14 de dezembro realizamos um encontro com os futuros moradores do mencionado projeto, em que compareceram dois representantes do BANCO: Dr. Ramos e Dr. Henrique. Durante a reunião, foi aprovado pelos presentes o estudo realizado pelo INOCOOP-GB e muitos opinaram sobre a solução possível do caso, sendo nomeada uma Comissão de cinco moradores para acompanhar as demarches.

Ainda no fim de 74, iniciou-se o Trabalho Social em Araticum. Como todos sabem, somos os maiores incentivadores deste trabalho e não poderíamos deixar de falar nas realizações do SETOR SOCIAL durante o ano que passou.

VI — O SETOR SOCIAL — REALIZAÇÕES

Desejariamos que este ano, o relato do Trabalho Social em nossa Cooperativa não seguisse a mesma linha dos anteriores. Importa, é claro, relatar de modo sintético as atividades do setor durante 74. Porém o que nos parece fundamental é expormos aqui a situação do Trabalho Social face ao momento indefinido e pouco estável da Cooperativa.

O ano de 74 já teve início com uma programação mais clara em relação aos conjuntos do 1º Programa. Em fins de 73, acreditávamos que, em função do amadurecimento das Comunidades Populorum Progressio, Paulo VI, Apolo XIII, Monteiro Lobato e Elisa Albuquerque, elas já não necessitariam mais de uma atuação direta de nossas assistentes sociais. Isto porque estas Comunidades assumem sua vida administrativo-social e buscam conscientemente formas mais abertas e lúcidas de superação de seus problemas e necessidades.

Elisa Albuquerque, em função de ter sido a última Comunidade a ser entregue, exigiu uma atuação maior do Trabalho Social. Após uma fase de dificuldades em sua integração inicial, houve uma tentativa por parte da Equipe Administrativa e do Grupo de Senhoras de redinamizar a vida social da Comunidade. Aliás, não se pode deixar de

ressaltar o importante trabalho desenvolvido pelo Grupo de Senhoras. Uma programação de festas e de cursos de artesanato para crianças e adultos fez com que o Centro Comunitário funcionasse dentro de seus objetivos reais.

O Conjunto **Populorum Progressio** viveu um ano de muitas obras, atendendo as necessidades de melhoramentos em sua fachada e de alguns consertos que também se faziam necessários. Por ser o primeiro conjunto da Cooperativa a ser entregue, sua estrutura física exigia maior atenção. E nesse sentido, houve um envolvimento muito grande por parte do grupo morador, não deixando este de atentar para os aspectos sociais da Comunidade.

A Comunidade Bancária Paulo VI conseguiu demonstrar no ano findo, que sua estrutura administrativo-social encontra-se solidificada, numa perspectiva de crescente aperfeiçoamento. A maior de nossas Comunidades caracterizou-se pela tranquilidade e forma inteligente de enfrentar seus problemas. Paulo VI começa a se constituir em exemplo de Comunidade que viveu fases intensas e diversificadas e conseguiu voltar a um trabalho de equipe, buscando dar maior abertura aos moradores.

A Comunidade Bancária Apolo XIII, apesar de enfrentar, desde a entrega das chaves, problemas de obras, manteve sua estrutura administrativo-social organizada. Algumas atividades sociais foram realizadas com o fim de propiciar aos moradores um envolvimento maior na vida da Comunidade. O Trabalho Social atuou numa linha de acompanhamento, pois o grupo assumiu sua própria vida comunitária.

O Edifício Monteiro Lobato constituiu-se em exemplo marcante de que um Trabalho Social bem planejado e aceito, pode vir a ter resultados muito positivos. A qualquer observador mais atento, não passa despercebido que, apesar de ser um edifício de 14 andares, com uma estrutura física pouco propícia à implantação de um Trabalho Comunitário, o Monteiro Lobato não se apresenta tradicional e individualista. Em 74, a nova equipe teve como característica ter sido liderada por senhoras, que atuaram de forma objetiva e amadurecida. Apesar dos problemas de infiltração bastante intensos, a equipe desenvolveu atividades sociais apoiando importante trabalho de recreação infantil e realizando suas tradicionais festas juninas e natalinas, criando também um Conselho Administrativo ligado à equipe.

A Comunidade Santos Dumont viveu em 74 duas fases distintas, mas que se complementam. A primeira corresponde à inauguração da Comunidade, de mudança dos primeiros moradores e implantação da organização social. Esta fase é importante porque exige todo um planejamento e esforço conjuntos. Após a eleição da nova equipe, que dinamizou bastante a vida social da comunidade, temos que ressaltar o trabalho do Grupo de Senhoras, responsáveis por atividades sociais e recreativas do conjunto. Por se tratar de comunidade recentemente implantada, fica difícil avaliarmos o resultado do trabalho administrativo. Asseguramos, porém, que Santos Dumont tem condições de se tornar uma comunidade bastante vibrante e organizada.

O Trabalho Social do grupo localizado em Altinópolis, ainda não teve início, em função dos problemas financeiros e da paralisação da obra. Provavelmente, em 75, terá início o Trabalho Social anterior à mudança, junto aos moradores deste conjunto. Esta futura Comunidade, por suas dimensões e os problemas ocorridos de atraso de obra, passará a exigir maior ênfase na programação de seu Trabalho Social por parte da Cooperativa.

Araticum é a primeira experiência de casas da Cooperativa. Por esse motivo se pensou muito em 74, em introduzir uma nova política de ação de Trabalho Social. Inicialmente, o Setor Social manteve vários contatos com o INCRA

(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para verificar as possibilidades da implantação de uma Cooperativa Mista (prestação de serviços e consumo), em Araticum. Diante da resposta positiva do INCRA, foi elaborado o anteprojeto de estatuto da cooperativa mista, que deverá ser submetido ao grupo morador, no início de 75.

Concluindo este relato, é impossível deixarmos de considerar as repercussões e consequências que o atual momento, tenso e pouco estável, caracterizado basicamente pela ausência de garantia de continuidade das atividades de nossa entidade, provoca no desenvolvimento das atividades deste Setor. Tudo influi diretamente na programação e planejamento do trabalho, não existindo recurso disponível para a realização de treinamentos, contratação de assessorias especializadas, etc. Isto responderia à necessidade de encontrarmos formas mais diretas de intervenção no complexo campo habitacional.

Urge que o BNH estabeleça normas e diretrizes capazes de garantir os recursos necessários à continuidade do Trabalho Social. Precisamos não esquecer que este trabalho é o instrumento utilizado para transformar blocos de cimento em Comunidades humanas, dando ao cooperativado oportunidade de participar ativamente em seu desenvolvimento pessoal e social. É exatamente este objetivo mais global que dá significado à ação empreendida por nossa Cooperativa.

VII — PERSPECTIVAS

Coisa certa é o término dos projetos de Araticum e Altinópolis. Os futuros moradores podem congratular-se, pois este ano haverá muita "entrega de chaves". Contamos ainda com a possibilidade de conseguirmos o final das casas da Taquara, fechando o 1º Programa. Aguardamos financiamento do BNH para iniciarmos o Terceiro, pois demanda não nos falta. Ninguém ignora que nossa fila de espera é muito grande e que há muito a Cooperativa se prepara para um 3º Programa. No entanto, face à indecisão do Banco, ele ainda não saiu, o que tem nos acarretado problemas financeiros, pois o 3º Programa é uma fonte de receita para nossa entidade se manter atuante.

Nossas esperanças são no sentido de empreender maiores realizações em 75 e contar sempre com novos cooperativados em nossas fileiras.

VIII — CONCLUSÃO

A todos que contribuíram conosco no ano que passou, os mais calorosos agradecimentos. À nossa dedicada equipe de funcionários, e a todos que lutaram conosco e contribuíram para que continuássemos nosso trabalho, o nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Bresolin. (Pausa.) Ausente.

Tem a palavra o nobre Deputado Alcides Franciscato. (Pausa.) Ausente.

Tem a palavra o nobre Deputado João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

Volto a falar desta tribuna sobre a Região da Alta Sorocabana, no meu Estado. Região rica, pelo esforço e capacidade empreendedora de sua gente, mas muito mal servida no que diz respeito aos serviços públicos.

No setor de comunicações, por exemplo, apenas uma cidade da Alta Sorocabana — Presidente Prudente — conta com serviço de DDD. É ela chamada a Capital da Alta Sorocabana, com justiça, diga-se de passagem, pujante, com mais de 120 mil habitantes.

O restante das comunas que integram aquela região ou são mal servidas pelos serviços de telefonia, ou, como Caiabu e Estrela do Norte, simplesmente não possuem esse tipo de serviço.

Convenhamos em que na era das comunicações não se compreende a razão dessa grave lacuna.

Caiabu possui uma população de quase 10 mil habitantes, distribuída pela sede e na zona rural, ilhada por falta de um serviço telefônico, muito embora diste apenas 30 quilômetros de Presidente Prudente. Seu Prefeito, Edivã da Silva Rodrigues, juntamente com a Edilidade, vem, há anos, clamando em vão por esse serviço mais do que necessário, não encontrando eco nos seus reclamos junto à direção da TELESP — Telecomunicações de São Paulo S/A, concessionária dos serviços de telefonia na região, que por motivos que desconhecemos persiste em não atender aos pedidos recebidos.

Nessa mesma situação encontra-se, também, o Município de Estrela do Norte, que é servido pela SP-425, estrada pavimentada, que liga Pirapozinho a Porto Firmino, no rio Paranapanema, lá na divisa com o Estado do Paraná. Contando o Município com quase 5 mil habitantes, com ricas terras agricultáveis, não conta com serviços de telefonia. O Chefe do Executivo Municipal, Anselmo Menossi, secundado pela Câmara Municipal, vem também apelando para a direção da TELESP, a fim de dotar a cidade de tão importante quanto necessário melhoramento.

Numa época em que, via satélite, falamos na hora para qualquer país do mundo, não se compreende que cidades que distam 400 ou 500 quilômetros da Capital do Estado de São Paulo não possuam ao menos um posto de serviço telefônico, para atender a uma emergência.

Deixo aqui o meu apelo ao Sr. Ministro das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, para que determine à TELES a atendimento da justa reivindicação dos Municípios de Caiabu e Estrela do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em 26 de maio último, encaminhamos Exposição de Motivos ao Exmº Sr. Presidente Ernesto Geisel, reivindicando de S. Exª providências para o problema de centenas de colonos no Território de Rondônia.

Nosso expediente foi protocolado sob o nº PR-3.333/75 e, juntamente com os documentos que remetemos, integramo-lo a este pronunciamento, como também o fazemos em relação a expediente que sobre o mesmo assunto endereçamos ao Dr. Lourenço Vieira da Silva, Presidente do INCRA.

Brasília, 26 de maio de 1975

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar ao conhecimento de Vossa Excelência carta que venho de receber do Sr. Jonas Duarte Neponuceno, agricultor domiciliado em Vila Rondônia, na qual denuncia a exploração de que foi vítima por parte do Sr. Walmar Meira e outros, à frente da Firma Rio Candeias.

Encaminho ainda à consideração de Vossa Excelência, abaixo-assinado subscrito por 135 colonos de Vila Rondônia, no qual denunciam a grilagem de terras feita pelo Grupo Calama.

Em diversas oportunidades, salientamos a essa douta Presidência a necessidade de se usar com urgência da faculdade desapropriatória, na Vila Rondônia, contra o Grupo Calama e outros, provocadores dos problemas sociais, da criminalidade e jaguncismo na região, sempre impunes apesar da reincidência constante nos mesmos crimes.

O povo de Vila Rondônia, notadamente os milhares de colonos ali localizados, aguardam dessa douta Presidência

enérgicas providências contra a grilagem de terras devolutas na região.

Com os documentos inclusos relatando fatos graves, subscrevo-me com respeito e admiração.

Deputado Jerônimo Santana.

Brasília, 26 de maio de 1975

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Lourenço Vieira da Silva
Presidente do INCRA
NESTA

Ilustríssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exª cópia de expediente remetido ao Sr. Presidente da República e apelos que recebo dos colonos de Vila Rondônia, entre cujas reivindicações ressalta-se a necessidade de desapropriação urgente do Grupo Calama, que vem exercendo atividades nitidamente grileiras na região.

É preciso salientar que a Calama, juntamente com o Grupo Arantes, são os causadores dos problemas sociais que afligem milhares de colonos na área; eles são os responsáveis pelo jaguncismo e criminalidade, tanto entre policiais como civis.

O INCRA estaria agindo contraditoriamente, desapropriando a Gainsa e tolerando a grilagem impune do grupo Calama, em Vila Rondônia, cuja ação é anti-social, e geradora de gravíssimos problemas, dando curso livre à criminalidade que desorienta milhares de famílias daquela região, uma das áreas de maior povoamento do Território.

Reitero, pois, a pedido do povo de Vila Rondônia, haja V. Sª por bem determinar enérgicas providências de seu órgão, objetivando acabar com as causas de tantos males.

Com os protestos de consideração e apreço, subscrevo-me.

Deputado Jerônimo Santana.

Em 17 de junho corrente, tornamos a encaminhar ao Sr. Presidente do INCRA uma série de reivindicações dos colonos localizados na região da BR-364, notadamente em Vila Rondônia, nos seguintes termos:

Brasília, 17 de junho de 1975

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Lourenço Vieira da Silva
Presidente do INCRA
NESTA

Senhor Presidente,

Tomamos a liberdade de encaminhar a V. Exª documentos que retratam situações dos colonos localizados em áreas sob jurisdição do INCRA, no Território de Rondônia.

São eles:

1 — Abaixo-assinado subscrito por moradores da região ao rio Urupá e que vêm sendo alvo da ação de jagunços a serviço do grupo Walmar Meira.

2 — Abaixo-assinado de colonos localizados em áreas do Seringal Nova Vida, reclamando providências por parte do INCRA.

3 — Carta subscrita por João Brás Faustino e outros, na qual relatam fatos ocorridos em Cacoal.

4 — Carta de José Domingos da Silva relatando fatos relacionados com a terra em Vila Rondônia.

5 — Carta e documentos de Antônio Rodrigues Soares, de Pimenta Bueno, em que relata fatos graves, inclusive, ameaça a sua vida por causa de terras na localidade.

6 — Carta e documentos de Epifânio Noya, de Guarajará-Mirim, desapossado de seu sítio sob pretexto de que seu

Deputado Jerônimo Santana.

Os estudos desenvolvidos até o momento são no sentido de que a distribuição do dinheiro seja feita às prefeituras que tiverem maiores dificuldades e arrecadação reduzida. Os municípios que dependem basicamente do ICM para cumprir os seus orçamentos serão os primeiros atendidos. A Secretaria tem registrada, no Tesouro



CÂMARA DOS DEPUTADOS

[illegible]

Resta-nos, apenas, formular apelo para que essa quantia seja quanto antes entregue ao Governo fluminense, para os fins colimados.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado Cunha Bueno. (Pausa.) S. Ex.^a não está presente. Tem a palavra o nobre Deputado Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, peço a transcrição, nos Anais da Casa, da palestra feita pelo engenheiro e economista Tupy Corrêa Porto, no Clube de Engenharia, em que abordou problema da mais alta relevância, ligado à exploração do ferro na Serra dos Carajás. É o seguinte, Sr. Presidente, o texto do trabalho a que me refiro.

“A grande controvérsia nacional que se estabeleceu em torno do Projeto Carajás bem define a importância de que a sua correta solução seja adequadamente encaminhada.

Não se trata mais, agora, somente de optar pelas alternativas hidroviária ou ferroviária para o escoamento dos minérios de ferro da serra dos Carajás, ao Sul do Pará, em destino ao porto de Espadarte, no Pará, ou ao de Itaqui, junto a São Luís do Maranhão.

A questão se projeta de maneira bem mais ampla, envolvendo aspectos geoeconômicos e geopolíticos, de repercussão nacional e internacional, a partir do desenvolvimento e integração da Amazônia e da posição do Brasil no mercado mundial de energia e matérias-primas, transportes e localização industrial.

Dessa forma, a própria opção entre hidrovia e ferrovia no transporte dos minérios de Carajás deixa de ser matéria de interesse exclusivo das empresas mineradoras concessionárias, para merecer urgente, amplo e cuidadoso reexame de todos os aspectos envolvidos no Projeto.

Mais ainda, a dinâmica da evolução das questões relacionadas com o Projeto, especialmente a partir da crise mundial de energia, de depressão econômica em vários países e da nova consciência internacional do problema das matérias-primas, acentua a necessidade de reformulação urgente do que já se fez, e se vem fazendo em torno de Carajás.

Minérios de Carajás

A Serra dos Carajás e áreas vizinhas, no Vale do Tocantins, constituem, hoje, uma das maiores ocorrências conhecidas no Planeta, de minérios de ferro e manganês, dispondo, ainda, das proximidades de jazidas de carvão mineral antracítico dos vales dos rios Xingu e Tapajós, além de calcários, caulim e outras matérias-primas.

Dispõe-se, a Serra dos Carajás transversalmente entre os rios Xingu e Tocantins, o que permitirá a utilização integrada dos imensos recursos hídricos das duas bacias, incluindo a do Araguaia e, mediante integração de sistemas energéticos, as dos rios Tapajós, Parnaíba, São Francisco e outras.

Configura-se, portanto, uma das maiores constelações de recursos naturais de toda ordem, à espera de sua racional utilização em prol do Brasil e de Humanidade.

Qualquer precipitação em sua utilização parcial, fora de uma visão integrada de aproveitamento, ainda que para atender a programas de exportação de minérios de ferro, poderá prejudicar seriamente o aproveitamento integrado desejável e onerar definitivamente o País com soluções de afogadilho que exijam altíssimos investimentos.

Datam de fim da década dos cinquenta as primeiras informações da ocorrência de minérios de ferro na Serra dos Carajás. Como era natural, não chegaram a ser divulgadas tão auspiciosas notícias, inclusive pelo receio, à época, de desequilibrar o mercado mundial de minérios de ferro, no momento em que eram negociados pelo Brasil vultosos contratos de exportação de minérios da região Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

Em meados da década dos sessenta, a Companhia Meridional de Mineração, ligada à United States Steel,

solicitou autorização para pesquisas dos minérios de ferro de Carajás. O Governo Brasileiro pressionou no sentido de associar ao empreendimento a Companhia Vale do Rio Doce, o que se concretizou afinal em 1970.

Como resultado, foi constituída a Amazônia Mineração S/A (AMZA) cuja participação acionária e de direção e controle volta, no momento, a ser discutida entre a Vale, a USS e outros possíveis grupos estrangeiros acionistas.

Vias de Escoamento

Desde aquela época, há informações confirmadas de que a United States Steel se movimentou para a construção de uma estrada de ferro, para escoamento dos minérios de Carajás.

Essas informações datam, portanto, de cinco anos antes dos estudos e levantamentos técnicos realizados em 1971 e 1972 e antes, mesmo, que a própria VALUEC fosse constituída.

Simultaneamente, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) contratava, com o Consórcio LASA-SGTE, o estudo da navegabilidade de diversos rios com o detalhamento do sistema Tocantins — Itacaiunas, visando o escoamento hidroviário dos minérios de Carajás.

Revelou, recentemente, no dia cinco de junho em curso, na CPI das Multinacionais, na Câmara dos Deputados, o Sr. Diretor-Geral do DNPVN que, durante todo esse tempo, o Departamento de Portos tentou obter informações e manter entendimentos, para estudos de interesse comum visando Carajás, mas a isso sempre se recusou o Grupo da Vale do Rio Doce.

Com esse bloqueio de informações, tornou-se impraticável um amplo estudo comparativo de viabilidade técnica entre soluções alternativas de escoamento viário.

Além do mais, as estimativas de custo da implantação da ferrovia Carajás—Itaqui apresentadas pela US Steel e, mais adiante, pelo Grupo CVRD-USS, ¹Toram¹ crescendo, passando de US\$ 300 milhões (1968) — segundo declarações do Presidente da CVRD na CPI das Multinacionais — para US\$ 2,6 bilhões, octuplicando portanto, chegam já agora a ser admitidos valores iguais ou superiores da US\$ 2,8 bilhões, o que evidencia o aspecto preconcebido inicial da solução ferroviária, pelo subdimensionamento daquela primeira estimativa.

Ao contrário, as estimativas de custo da solução hidroviária, que foram superdimensionadas inicialmente para US\$ 1,4 bilhão, têm hoje possibilidade concreta de sua redução, face ao rateio de dispêndios pela efetivação da solução de aproveitamento integral da hidrovia do Tocantins para fins energéticos, pela ELETRONORTE, e pelo DNPVN quanto à navegação.

Portos de Itaqui e Espadarte

Outro aspecto que tem sido mantido propositadamente obscuro visando favorecer a solução ferroviária pelo terminal de Itaqui, é o da escolha do porto de exportação dos minérios.

Selecionou, a VALUEC, alguns pontos no estuário do rio Amazonas e os confrontou, mediante mapas antigos e segundo critérios de informação sedimentológica, com base em pareceres de dois técnicos em Hidrologia.

Esses pareceres apontam riscos “aleatórios” e “imprevisíveis” que podem, mesmo, ser “benéficos”, para o caso da solução pelo porto de Espadarte, o que denota a insegurança de suas conclusões; e, ao mesmo tempo, concentram-se nos elogios às vantagens de Itaqui.

No depoimento recente à CPI das Multinacionais, o Sr. Diretor-Geral do DNPVN mostrou, todavia, com base em

estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias, que o Porto de Espadarte é viável tecnicamente inclusive para operação de navios supergraneleiros de grande porte, a exemplo dos que podem operar em Itaqui.

A diferença residirá, então, na necessidade de permanente dragagem e acompanhamento, mas em termos de dispêndio, bem menores do que os decorrentes da manutenção de uma ferrovia de cerca de mil quilômetros em região hidrológica e geomorfológicamente difíceis, entre a selva amazônica e os extensos e inundáveis campos de cocais maranhenses.

Desaparece, pois, a única vantagem que a solução via Itaqui oferecia aparentemente. É a palavra oficial do DNPVN de que a solução via porto de Espadarte, previsto aliás no Plano Nacional de Viação, é viável tecnicamente para a operação de navios supergraneleiros.

Vale observar que, mesmo tal não ocorresse, a tendência recente é a volta ao emprego de graneleiros de porte médio a grande, da ordem de 70 a 80 mil tpb, ao invés dos de 200 a 400 mil tpb.

A própria Vale está encomendando para a Docenave, graneleiros de 70 mil tpb, tendo em vista maior flexibilidade operacional de sua frota, pois são raríssimos os portos onde podem operar os supergraneleiros de 200 mil tpb em diante.

Em conclusão, se o porto de Espadarte reúne, como o de Itaqui, condições de operar supergraneleiros, se ele é viável tecnicamente, por que não construí-lo? Não terá ele prioridade?

Ora, como se sabe, o atual porto de Belém já não satisfaz em termos de demanda previsível, a curto, médio e longo prazos. Por outro lado, a maior rede hidrográfica do mundo, que é a da Amazônia, não só brasileira, mas de toda Pan-Amazônia, necessita de um grande porto oceânico; melhor dito, de um imenso Complexo Portuário Oceânico. Este é o momento de projetá-lo: as razões são óbvias dos pontos de vista geoeconômico e geopolítico.

O porto de Vila do Conde, para atender à exploração da bauxita, do Pará, não será dimensionado para finalidade tão ampla e, também, não é um porto oceânico.

Evidencia-se, portanto, a urgência e relevância do grande Porto Oceânico da Amazônia, servindo ao Brasil e a todos os Países irmãos congregados na Grande Bacia.

Os Estudos da VALUEC

Ao se apresentar problema de tanta relevância, que envolve tantos e tais aspectos de interesse da Integração, Segurança e Desenvolvimento do Brasil, que fez o Grupo Minerador? Contratou uma Consultora isenta, sem ligações com o Grupo?

Ao contrário, constituiu sua própria Consultora, a VALUEC, cujo Organograma projetado na sessão da CPI das Multinacionais aponta a Diretoria de Engenharia como de indicação da United States Steel.

Respeitamos o direito empresarial de o Grupo fazê-lo, mas assinalamos, com a devida vênia, as implicações que daí podem decorrer.

Por outro lado, durante todo o tempo em que o VALUEC desenvolveu seus estudos sobre Carajás, houve um bloqueio de informações amplamente assinalado na CPI das Multinacionais, que nem os órgãos oficiais conseguiram romper.

Finalmente, surgiu a solução "pronta e acabada", indiscutível... Mudam as Administrações, mas a Consultoria permanece... Algo precisa ser feito para jorrar mais luz na discussão do problema. Por que não ouvir outras Consultoras?

As Implicações da Ferrovia

Uma ferrovia de cerca de mil quilômetros, em terreno difícil hidrológica e geomorfológicamente, para tráfego ferroviário pesado, demanda cuidadosos estudos e projetos alternativos, face aos elevadíssimos custos de implantação, operação e manutenção. Sua construção é naturalmente demorada. Por ser de grande extensão e alta densidade de tráfego, não poderá ser construída em via singela. Mesmo em via dupla, os riscos de interrupção motivados por grandes inundações, quedas de barreiras, afundamentos de aterros e acidentes vários, são enormes e frequentes. Sua operação e manutenção serão, assim, das mais caras do mundo, pela região que atravessa.

Prevê, o Projeto, que serão inicialmente exportadas 44 milhões de toneladas por ano de minérios de ferro de Serra dos Carajás, ou seja, um movimento inicial da ordem de 44 bilhões de toneladas—quilômetro.

De saída, a ferrovia cruzará o rio Tocantins. Só o poderá fazer em local muito largo em vista dos grandes remansos que se formarão em virtude das grandes barragens planejadas. Outros cursos d'água de parte serão cruzados, além da travessia do braço da baía de São Marcos em direção à Ilha de São Luís. Os trilhos, talas e placas de junção para essa extensa ferrovia terão de ser importados, pois não há capacidade de, a curto prazo, a indústria brasileira de material ferroviário suprir de trilhos os atuais grandes projetos da Ferrovia de Aço, e outras, e, mais, as da Ferrovia de Carajás—Itaqui. É provável que a U.S. Steel possa vir a fornecê-los.

Também o material rodante e de tração terá de vir, previsivelmente, do exterior, pois a indústria brasileira está, no momento, assoberbada com as recentes encomendas de mais de 20 mil vagões, por parte da RFFSA, FEPASA e CVRD, além de locomotivas elétricas e trens-unidade.

O sistema de tração é outro problema. Não haverá tempo para eletrificar toda a linha e usar a energia de Usina de Tucuruí, da ELETRONORTE, ainda nesta década; somente na primeira metade da década dos oitenta, isso seria possível.

Assim, para atender aos contratos de exportação de minérios de Carajás, somente apelando para a tração diesel-elétrica.

Nesse momento de crise energética mundial, isso não parece recomendável.

Ainda se fosse para exportar um produto de alto valor em termos de dólares por tonelada. Mas o minério de ferro está sendo cotado de US\$10 a 12 a tonelada, e o custo ferroviário de seu transporte será quase esse, numa ferrovia de mil quilômetros de extensão e com as mencionadas características e limitações.

As tarifas ferroviárias poderiam, é verdade, ser reduzidas, a exemplo do que é feito com a MBR na RFFSA. Mas compensa fazer isso? Não se tornará a ferrovia um novo ônus para o País? Não irá ela, afinal, ser "presenteada" à RFFSA?

Exportar minério de ferro em tais condições de preço e frete, e importar manufaturados de ferro e aço a dezenas, senão centenas de vezes mais caro, é simplesmente subvencionar a United States Steel.

Uma ferrovia desse tipo não terá carga de retorno. Os vagões descerão carregados de minérios e voltarão vazios.

Até quando?

Alega-se, em defesa da solução ferroviária, que a estrada de ferro desenvolverá a região. Pura falácia. Se ferrovia desse tipo desenvolvesse uma região de tal natureza, a área servida pela E.F. do Amapá, mantida pela ICOMI, não estaria hoje como há vinte anos atrás.

E se se desejar ajudar o Estado do Maranhão ou o Meio-Norte a se desenvolver, o dinheiro a ser gasto na ferrovia Carajás—Itaqui poderia ter numerosos empregos alternativos bem mais rentáveis, empresarial e regionalmente.

A idéia de que ferrovia promove desenvolvimento regional foi válida no século XIX, com os exemplos da colonização do Oeste Americano e das frentes de café no Brasil. Hoje pertence à História.

A Grande Siderurgia da Amazônia Oriental

Concentrada em torno de Carajás a grande constelação de recursos naturais hídricos, minerais, vegetais e energéticos evidencia-se a excelência locacional da Grande Siderurgia da Amazônia Oriental ao sopé de Carajás.

O carvão e os fundentes virão de vales próximos, e o escoamento hidroviário se fará sem grandes problemas.

A Hidrovia do Tocantins, até há pouco julgada um sonho, está em via de grandes obras de regularização e aproveitamento.

Na Amazônia, há cerca de três dezenas de pequenos e médios estaleiros que possuem grande experiência na fabricação de chatas ou balsas, empurradores e rebocadores, que irão operar na hidrovia do Tocantins.

O Brasil dispõe hoje, além de uma grande indústria de construção naval, um dos maiores complexos de indústria de caldeiraria e mecânica pesada capaz de produzir todo o equipamento necessário às usinas hidroelétricas e estações de eclusas, comportas, *stop-logs* e material complementar.

O Plano Siderúrgico Nacional poderá, assim, incluir, entre seus empreendimentos, a Grande Siderurgia da Amazônia Oriental e, em futuro não remoto, a da Amazônia Ocidental, com base no carvão de Jatapu e no linhoto do Alto-Solimões. Não há por que poluir São Luís, Belém e Manaus. A localização junto à boca da mina é a mais econômica, rentável e não poluente.

Integração dos Projetos na Amazônia

Cada vez mais se afirma a necessidade de integração dos projetos na Amazônia, evitando bloqueios de informações e desentrosamento de órgãos e entidades, sobretudo oficiais, como entre o DNPVN, a ELETRONORTE e a Vale do Rio Doce.

Deve pairar, acima de tudo, o espírito de integração de esforços em prol do Desenvolvimento, da Integração e da Segurança. Com esse espírito, nosso Clube de Engenharia, atendendo a Memorial subscrito por nomes dos mais ilustres da Engenharia Brasileira, dentre os quais se inclui com destaque o do Eng^o Brasil Accioly, promoveu de 2 a 6 de setembro de 1974, o I Simpósio sobre Integração de Projetos na Amazônia. Suas conclusões mostraram a importância de uma visão global para a solução do problema de Carajás e dos outros que se desenvolvem na Região. Na primeira semana de setembro deste ano, o II Simpósio se realizará em Belém e Manaus.

Reforçando esta posição, a CPI das Multinacionais tem evidenciado a urgência da necessidade de ampla reformulação do Projeto Carajás.

Ao finalizarmos, cabe uma palavra de admiração e respeito à figura de nosso Presidente da República, General Ernesto Geisel, graças ao qual, pela sua palavra de ordem, os grandes temas nacionais merecem ser amplamente discutidos, à busca de soluções criativas e de elevado sentido cívico.

Ao nosso Clube, pela ação de seu ilustre Presidente e Diretoria, nossos agradecimentos pela oportunidade de aqui focalizar, através do Departamento Sócio-Econômico, um

tema que hoje é um símbolo na luta do Brasil em prol de sua emancipação econômica."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, banhada pelo Tietê e olhando, não muito ao longe, o caudaloso Paraná, ergue-se Andradina, hoje próspero município do meu Estado e que nasceu da bravura pioneira e colonizadora dos grandes impulsos criadores que assinalaram, na década de 30, a conquista de todo o imenso oeste, então bravo, de São Paulo.

Fundado o povoado em 11 de julho de 1937, trinta e oito anos decorridos do evento, orgulhamo-nos, agora, de ver o nosso município conhecido como "metrópole de Urubupungá", centro dinâmico e capaz de bem comandar todo o progresso da enorme região que se ativa em direção às barrancas do rio legendário que assinala a divisa natural entre São Paulo e Mato Grosso.

Assim como Brasília corporificou o sonho de Dom Bosco, assim Andradina materializou a visão de Euclides da Cunha: "No vértice da confluência do caudaloso Paraná com o lendário Tietê, surgirá uma grande metrópole".

Toda minha vida — de homem, de profissional e de político — está vinculada a Andradina! Ali tenho larga e longamente moureja-do; Andradina concedeu-me a honra de fazer-me seu representante na Câmara Municipal por muitos anos, como continuou a honrar-me, alicerçando o meu caminho nos muitos mandatos de Deputado Estadual que exerci, e nesta culminância da Câmara dos Deputados, onde hoje me encontro.

Sua data aniversária, assim, tem imensa significação pessoal; mas é, a um só tempo, um lembrete para que eu assinalo, em relação às autoridades maiores do meu Estado e do meu País, a obra que é indispensável ser realizada, ali, em proveito da coletividade brasileira.

Terra de clima ameno, com médias máximas de 29 centígrados e mínimas de 18; senhora de regular precipitação pluviométrica, dona de terras férteis e de pastagens excelentes, servida de todos os meios modernos de comunicação oral e física, oferecendo às suas populações boa cópia de estabelecimentos educacionais, que vão desde o primário ao superior, com uma população que já ultrapassa a casa dos cinquenta mil habitantes — Andradina lidera, por destinação natural e esforço próprio, toda a região que lhe é tributária e onde se destacam os Municípios de Castilho, Dracena, Monte Castelo, Nova Guaraporanga, Nova Independência, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Páu D'Alho e Tupi Paulista.

É intensa a atividade rural, em Andradina, em cujos centros de criação e engorda existem rebanhos superiores a cem mil unidades; e nos seus campos férteis predominam as culturas de algodão e do amendoim, do arroz, da mandioca, do feijão, da soja, do café e da cana de açúcar.

Menor, mas promissor, já desponta um parque industrial, com quase uma centena de estabelecimentos que dia a dia fazem prosperar a economia local e regional.

Eis por que, revelando seus traços gerais, relembro velhas sugestões e lutas pessoais, sobretudo no que concerne à ação do Governo em promover, tendo como fulcro Andradina, a implantação de um grande pólo de desenvolvimento para o aproveitamento global, agropastoril e industrialmente considerado, de todo aquele vasto território da interlândia paulista, sobretudo como meio de absorver a mão-de-obra ociosa, flagelo de qualquer economia brasileira ou não.

O sistema Jupia—Ilha Solteira, dotando de energia abundante e a preços acessíveis aquela região toda, assim como a infra-estrutura rodoviária, ferroviária e hidroviária, aí estão capacitadas a dar à indústria o suporte insubstituível da energia de qualidade e na

quantidades reclamadas e de transporte, a fim de que o sonhado pólo de desenvolvimento interiorano — de que Andradina há de ser a capital natural — se estabeleça, servindo a São Paulo e servindo ao Brasil.

Registro, assim, mais um aniversário da fundação de Andradina, cumprimento seu povo e com ele sonhando o futuro que os que nos governam não nos devem negar, por mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a FIEMG manifestou-se contra Projeto de Lei, de minha autoria, sobre o problema da idade para trabalhar.

O projeto tratava de estabelecer faixas etárias para o ingresso e obtenção de empregos e foi apresentado em março do corrente ano.

Ao justificá-lo, focalizava as exigências que atualmente são feitas quanto às idades mínimas para os candidatos a empregos, como a de 35 anos e outras.

Mas, no que se refere à área das empresas privadas, dizia eu quando sabia como resolver o problema, uma vez que, quanto ao serviço público, a questão me parece muito mais fácil de solução.

Devo dizer a essa Federação que, realmente, não vejo como impedir o que atualmente se vem fazendo em matéria de exigências de idades para trabalhar, a não ser por meio de um ato que não possa ser desobedecido impunemente:

Os empresários e empregadores, em geral, apenas se preocupam em obter o máximo de lucro com o mínimo de despesas; para tudo o mais o que domina é a incompreensão e a insensibilidade quanto a graves problemas, inclusive com a marginalização de pessoas em perfeitas condições físicas e mentais para o trabalho ativo por questões de idade. Entre esses problemas, existe o da formação de antagonismos muito graves e até perigosos no mundo agitado e inquieto em que vivemos atualmente.

A meu ver, pouco adianta a excelente Escola Superior de Guerra admitir, entre seus estagiários, pessoas pertencentes às áreas empresariais; parece até que nada adianta mesmo...

Desse modo, a manifestação da FIEMG não me interessa e em nada invalida o meu projeto.

Este foi elaborado tendo em vista a defesa e aos interesses dos que querem trabalhar, querem produzir, ser úteis à coletividade e precisam trabalhar para viver com dignidade; dos que não querem ser marginalizados e jogados fora somente porque não estão dentro de faixas etárias fixadas sem critério algum, a não ser o de conseguir o máximo à custa de mínimos.

Foi elaborado para mentalidades modernas, em dia com as necessidades e exigências da atualidade social e política do mundo, que evoluem com rapidez vertiginosa. Não foi feito para meros fabricantes de pregos e parafusos mas para homens de empresa em acordo com a época.

Que entendam, por exemplo, que desemprego é coisa muito séria em qualquer parte do mundo, deixando os países a braços com crises e problemas sociais e políticos verdadeiramente cruciais.

Quanto ao projeto ser inconstitucional, dispense a advertência da FIEMG; existe, na Câmara, a Comissão Técnica competente.

Se é inconstitucional, parabéns à FIEMG, em todo o caso.

Devo declarar, no entanto, que um Deputado que se preza tem de ser sensível aos problemas nacionais e do povo. E lhe cabe ter idéias (o que é raro hoje em dia) capazes de alertar e provocar a sensibilidade não só dos membros de outros Poderes, como dos que exercem atividades de ordem econômica, social, nas áreas ligadas ao desenvolvimento nacional e outras, muito ligadas ao binômio Segurança-Desenvolvimento.

Isto já tem acontecido com projetos de minha autoria que, mesmo arquivado ou detidos, provocaram medidas do Executivo, idênticas ou semelhantes às neles contidos.

E é bom lembrar que os Governos não podem fazer tudo, resolver tudo e arcar com todos os deveres, preocupações e responsabilidades.

É preciso que os outros também façam alguma coisa. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edgar Martins.

O SR. EDGAR MARTINS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o transcurso, hoje, do 29º aniversário de fundação do Serviço Social da Indústria — Sesi — é motivo de justo orgulho para quantos exerceram atividades nesse importante setor da vida nacional.

O Sesi, Sr. Presidente, criado com a finalidade exclusiva de prestar assistência de modo geral aos industriários de todo o País, é, como o Serviço Social do Comércio, para o comerciário, o grande aliado das classes trabalhadoras, não só no que diz respeito ao aperfeiçoamento profissional, como no aproveitamento da mão-de-obra especializada.

Mantém ele, através de suas delegacias espalhadas por todo o País, ambulatórios médicos, policlínicas, centros de reabilitação, colônias de férias, assistência odontológica, agremiações sociais e desportivas. Em São Paulo, além destas mesmas atividades, o Sesi mantém 38 CADs, sendo 23 no interior e 15 na Grande S. Paulo, cujo objetivo é contribuir para elevação dos padrões de vida dos seus associados.

Além do ensino profissionalizante, preocupa-se o Sesi com a educação em nível governamental, através de classes de ensino de primeiro grau, pré-primário e supletivo. Proporciona, ainda, ensino e material pedagógico gratuitos e desenvolve inúmeras atividades extracurriculares.

Seus centros educacionais possuem oficinas de artes industriais, que permitem aos alunos valiosas experiências sobre processos básicos industriais e técnicos artesanais. Por seu turno, os centros sociais oferecem um amplo programa de orientação social, compreendendo contatos com empresas, conciliação extrajudicial, palestras, mesas redondas, conferências e cursos de especialização.

Pelo muito que tem feito em benefício dos industriários do País e seus familiares, o Sesi se torna, por isso mesmo, merecedor do nosso respeito e da nossa melhor admiração.

Queremos, Sr. Presidente, nesta oportunidade, ao cumprimentar a laboriosa classe na pessoa do Diretor Regional do Sesi em S. Paulo, Dr. Theobaldo de Nigres, formular votos para que essa instituição continue altaneira em sua jornada, digna de todos os encômios e elogios.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nasser Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Comissão da Amazônia dispõe-se a uma ação dinâmica, de modo a poder cumprir, com objetividade, os seus pontos programáticos.

Sob a presidência do eminente colega, Deputado Alacid Nunes, que se tem revelado dedicado e operoso, a Comissão da Amazônia está analisando a problemática sócio-econômica da Hileia da forma mais realista.

Composta de Deputados, além de jornalistas e assessores, esta Comissão, da qual tive o prazer de participar, percorreu as capitais amazônicas de Rondônia, Rio Branco, Manaus, Boa Vista, Macapá e Pará, bem como aquelas de Estados possuidores de faixas na Amazônia — São Luís, Goiânia e Cuiabá.

Em cada uma dessas cidades, as mesas redondas se iniciavam às 15 horas, estendendo-se até as 22 ou 23 horas.

Esse percurso, coberto dentro do maior rigor, representou uma peregrinação cívica de alto sentido nacional.

É oportuno que se registre, com o nosso profundo agradecimento, o apoio do Presidente da Câmara Federal, Deputado Célio Borja,

dos ilustres Ministros Araripe Macedo, da Aeronáutica, e Rangel Reis, do Interior. Graças a essa valiosa colaboração, pudemos cumprir a nossa tarefa.

É válido que se destaque a participação ativa e patriótica de técnicos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, do Banco da Amazônia, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, da diretoria da Região Norte do Banco do Brasil e Ministério da Agricultura, que nos prestaram cooperação decisiva, no sentido de que obtivéssemos pleno êxito neste trabalho. Assinale-se que dos debates das mesas redondas participaram personalidades diretamente ligadas à vida pública e aos nossos problemas econômico-sociais, como intelectuais, magistrados, empresários, pecuaristas ou representantes de diferentes classes.

Ao ocupar esta tribuna, é justo que agradeça o apoio por todos dispensado à Comissão da Amazônia, na realização de livres debates nas capitais da Hiléia, especialmente aos governadores de todas as unidades visitadas, que nos cumularam de atenções e informações, dando-nos uma completa assistência, o que permitiu à Comissão perfeita visão daquele *hinterland*.

Não menos profícuas de gentilezas foram as autoridades, em geral, de todas as localidades visitadas, que propiciaram todas as facilidades para o cabal desempenho de nossa missão.

A todos, o reconhecimento unânime da Comissão da Amazônia.

Porque o nosso único objetivo foi o de servir à Pátria, e, em nome do Parlamento, examinar em profundidade os temas ligados à integração nacional.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o maior e mais sublime dom conferido por Deus ao homem, é, inquestionavelmente, o que está caracterizado no dogma da fé.

Com este inítrito, Sr. Presidente, eu desejo confessar perante V. Ex^a, sem nenhum constrangimento, a minha fé de homem católico e cristão, a enorme e inusitada alegria pelo histórico e inesquecível acontecimento marcado no dia de hoje, uma sequência, talvez, dos anos anteriores, quando todos nós, Parlamentares e Funcionários das duas Casas do Congresso brasileiro, tivemos a graça e o privilégio de juntos nos prostrarmos diante do Altar de Jesus Crucificado, para um reencontro admirável, consubstanciado no banquete em que o Pão Eucarístico foi posto à mesa como alimento espiritual para fortalecer nossa fé na inequívoca certeza de que Cristo somente Ele, é realmente o Caminho, a Verdade e a Vida.

A prova de ecumenismo cristão e espiritual, que este Congresso deu no dia de hoje, celebrando a Páscoa dos seus representantes e servidores, foi algo de extraordinário e, sobretudo, comovedor.

Aliás, Sr. Presidente, é esta a legítima e verdadeira vocação que tem inspirado os destinos do povo brasileiro. Atribuindo a um privilégio especial de Deus, esta Pátria abençoada nasceu sob o signo sagrado da Santa Cruz. Por isto, Sr. Presidente, o Brasil permanece fiel à tradição de sua origem cristã, e o curso da história dos seus 475 anos tem revelado, de forma inequívoca, que jamais nos afastamos um instante sequer do verdadeiro caminho que nos conduz ao Cristo, levados pelo sentimento do amor, da fé e da caridade.

Somos, Sr. Presidente, um povo e uma Nação, felizes e bem-aventurados aos olhos de Deus. Nossa Pátria vive o caminhar do seu dia a dia, sem conhecer as catástrofes sociais que assolam tantos países, gerando o pânico e o desespero às suas populações.

A solenidade de hoje no Santuário de Dom Bosco, testemunhou um gesto de grandeza e de humildade, por que todo o Brasil ali estava representado, Sr. Presidente, numa reverência a Jesus Hóstia, como a mostrar que o sentimento da fé cada vez mais se robustece entre os homens, neste País, levando-os a compreenderem que o episódio do Calvário foi realmente um acontecimento digno de meditação, o que nos faz acreditar que só o amor e o perdão constroem para a eternidade.

Como sinal do meu regozijo, quero congratular-me com os Srs. Senadores, Deputados Federais e Funcionários das duas Casas do Congresso Nacional, que hoje, no Santuário Dom Bosco, receberam o Pão da Eucaristia em seus corações por ocasião da solenidade da Páscoa que celebraram.

E eu aduzo mais, Sr. Presidente, que enquanto tivermos a felicidade de repetir esse ato religioso, nos anos subseqüentes, estaremos alimentados espiritualmente pela certeza de que a inspiração de Deus não há de faltar nunca, quando esta Augusta Casa do povo se defrontar com os problemas que exijam se imponham as grandes decisões de sua vida histórica.

Deus esteja conosco, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eminentes Congressistas, abordarei tema de alta seriedade, pois envolve a sorte de milhares de flagelados. A enchente do rio Amazonas, que está atingindo principalmente os Estados do Pará e Amazonas, é espantosa. O Governo Federal tem de fazer o máximo, a fim de que as populações da maior bacia hidrográfica do mundo não sofram tanto. Ontem, por telefone, o Governador do meu Estado, o Prof. Henech Reis, disse-me que a situação é gravíssima. S. Ex^a decretou calamidade pública para as cidades de Urucurituba, Coari, Manacapuru e Careiro. O Executivo, através dos seus órgãos competentes, deve fazer algo de urgente, sem burocracia, pelos Estados do Amazonas e do Pará.

Leio, a seguir, quatro artigos, publicados, respectivamente, nos jornais *Diário de São Paulo*, *Jornal de Brasília*, *O Globo*, e *Estado de S. Paulo*, que atestam bem a situação alarmante que acabo de anunciar. É possível que a descrição dos ditos órgãos de imprensa, não seja, em algum item, cem por cento acertada, porém é reveladora de sofrimentos, fome, necessidades, doenças e outros males. Urge ações imediatas dos Governos Federal, Estadual e Municipais, em favor dos desabrigados.

Eis as reportagens:

Fome ameaça flagelados do Amazonas

Manaus — O nível do Rio Amazonas já atingiu 28 metros e 76 centímetros, faltando apenas 1 metro para chegar a superar a maior cheia já registrada, em 1953. Os prejuízos com a juta são da ordem de 36 milhões, pois 45% da produção foi destruída pelas águas. De acordo com os técnicos da Federação da Agricultura, a baixa produção de juta do Estado criará um problema social bastante sério em Manaus, pois as indústrias de tecelagem estão na iminência de dispensar a maioria de seus operários, alegando não terem matéria-prima suficiente para movimentar seus teares.

Levantamento efetuado por seus representantes da Secretaria da Produção Rural revelou a morte, por afogamento de 2 mil e quinhentas reses na região do Careiro, Cambixé, Terra Nova e Altazes. Com a lavoura devastada, a morte de criações — aves e suínos — a população de Ribeirinha teme agora uma outra ameaça: a fome. É que até o pescado, nesta época de cheia, desapareceu das várzeas dos grandes rios: os cardumes procuram os paranás, lagos e rios para desovarem.

O Deputado José Cardoso Dutra, presidente da Assembleia Legislativa, solicitou ao Governo a modernização dos recursos do Estado — com a compra de aviões e helicópteros — para o atendimento mais rápido e eficaz das populações Ribeirinhas atingidas atualmente pelas cheias. Ressaltou que os caboclos, além de perderem a lavoura durante a subida das águas, ficam expostos aos perigos epidemiológicos da vazante. "O meu temor — frisou o parlamentar — não é mais por esta cheia que se atravessa, mas pelas futuras que obviamente serão como as anteriores ou talvez piores, e

encontre o Governo despreparado para dar uma assistência completa aos nossos irmãos do interior"

**Situação piora no Norte:
o rio Amazonas ainda
continua subindo
PARÁ**

Carlos Augusto Setti

da equipe do Jornal de Brasília

As discordâncias das informações sobre a situação das cheias do Baixo Amazonas ainda persistiam ontem, depois de terem confundido o leitor brasileiro durante toda a semana passada.

Sobre a questão fundamental do problema, a decretação do estado de calamidade pública, ainda havia três versões. Uma, da Agência *Jornal do Brasil*, dizia que "todos os sete municípios atingidos pela cheia do rio Amazonas — Santarém, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Monte Alegre, Faro e Juruti — Já decretaram estado de calamidade pública e o Governador Aluisio Chaves estava esperando hoje (ontem) apenas a comunicação formal dos quatro últimos municípios para decretar calamidade pública para a Região do Baixo Amazonas". A Agência *Estado* — que durante toda a semana passada procurou minimizar a gravidade do fenômeno das cheias — disse que "o Governo do Estado ainda não decidiu homologar os pedidos de decretação de calamidade pública em Oriximiná, Óbidos, Santarém, Alenquer, Juruti e Monte Alegre". Já o jornal *paraense O Liberal* dizia ontem que apenas seis municípios — Santarém, Óbidos, Oriximiná, Faro e Monte Aelgre — haviam feito o pedido. A AE omitiu Faro e o jornal *Alenquer*. Para *O Liberal*, o Governador Aluisio Chaves só vai baixar o decreto para as áreas mais atingidas dos seis municípios, e não para todos os municípios e nem para todo o Baixo Amazonas. E isto deve se dar hoje. O Governador teria dito para o jornal que não havia sentido em tomar a medida para todo o Baixo Amazonas, pois somente algumas de suas áreas é que foram atingidas. A AE dizia, ainda, que o objetivo do Governo é concluir um levantamento que vem fazendo na área que vai "apontar os locais que serão incluídos num decreto a ser baixado esta semana".

Estas duas fontes são unânimes, no entanto, num ponto: o Governador está fazendo todo o possível para que as enchentes não tenham "o tom dramático de casos semelhantes que ocorrem em outras regiões do País". O Governo do Pará quer evitar, segundo elas, que as cheias tenham uma repercussão negativa no resto do país, causando um certo pânico em torno de algo que não seria tão grave.

As águas, no domingo, desceram um centímetro. Ontem, entretanto, subiram dois centímetros. A constatação é de uma comissão do Ministério do Interior que faz as medições em Santarém. As populações ribeirinhas, das várzeas, que estão sofrendo os efeitos das enchentes, calculadas em 30 mil pessoas pela AJB e consideradas "insignificantes" pela AE (que classifica desta maneira também a fome e as epidemias), estão situadas entre dois fogos. Um é a perspectiva da vazante, época em que as doenças mais se proliferam; e o outro é a ameaça da elevação do nível das águas. A esperança da população do Baixo Amazonas se volta para o dia de São Pedro, 29, quando, segundo a crença popular, a vazante deverá começar. O povo reza para que isto aconteça, pois, do contrário "esta será a pior catástrofe da região do Baixo Amazonas".

Segundo *O Liberal*, calcula-se em duas mil pessoas o número de desabrigados pelas cheias.

Para a AJB, dos habitantes das várzeas, apenas uma parte se deslocou para as terras altas e as sedes dos municípios. Grande parte da população está vivendo em marombas, que, de acordo com o jornal *paraense*, é construído para o transporte do gado da várzea para as terras secas. E a AJB vai mais além: "A proporção que a água vai subindo eles vão levantando o piso de táboas (marombas) e muitos já estão vivendo quase colados no teto de palha. Eles só abandonam as casas quando não há mais condições de permanecerem encarapitados nas marombas e se deslocam para a terra firme ou para a casa de parentes, nas sedes dos municípios. Em Oriximiná existem casas abrigando até seis famílias."

Quanto ao atendimento às populações atingidas, há uma variedade enorme de versões. A AJB disse que cinco mil doses de vacina seriam enviadas para Oriximiná, "onde o posto da SESP (Fundação de Serviços Especiais de Saúde Pública) está há mais de seis meses sem médico e não tem condições físicas e materiais para atender aos doentes". E acrescenta ainda que face à reclamação de alguns municípios que não receberam as vacinas prometidas para imunizar a população contra a ameaça de epidemias, a Secretaria de Saúde resolveu hoje partir para uma ação mais efetiva, através da criação de comitês sanitários. O próprio secretário da Saúde, Manoel Aires, viaja amanhã para a região do Baixo Amazonas, a fim de organizar comitês sanitários em todos os sete municípios atingidos pela cheia. Esses comitês serão formados por representantes das prefeituras, das Forças Armadas, da Secretaria de Saúde, Fundação SESP, SUCAM, SUDAM, *campus* avançados, Universidade Federal do Pará e Igreja. *O Liberal*, entretanto, disse que somente um comitê vai ser formado: será em Santarém, com uma equipe de técnicos da SUCAM, SUDAM, Secretaria da Saúde e Fundação SESP. Já a AE informava que "Uma equipe da Secretaria da Saúde se deslocou até Juruti e Faro, que sofrem as enchentes do Médio Amazonas, para colher material e fazer observações sobre seis casos de doenças não diagnosticadas que surgiram na área. As pessoas atingidas morreram rapidamente com febre alta; a princípio supôs-se tratar-se de meningite, mas agora acredita-se que seja uma virose. Já foi feita a vacinação isolada na área e além de toda a população também o gado será vacinado. *O Liberal* afirmou somente que 20.000 doses de vacina — principalmente contra o tifo — seriam enviadas à região do Baixo Amazonas e que foram constatados seis casos da doença desconhecida a que a AE se refere.

Nos prejuízos é que as fontes se aproximam mais, apesar de haver algumas discordâncias. A AJB, por exemplo, colocou que "Em Óbidos e Oriximiná, segundo informaram seus prefeitos, pelo menos 50 por cento da produção agrícola está perdida. No setor da pecuária, também os prejuízos são incalculáveis".

"A situação ficará mais grave — disse o prefeito José Carlos Ferrari — na vazante, principalmente se ela for demorada, pois os campos de pastagens situados nas terras altas não terão condições de suportar o volume de gado para lá transportado até a situação ficar normalizada."

Segundo o secretário da Agricultura, Antonio Itayguara, pelo menos 50 por cento da safra de juta, estimada em 12 mil toneladas, está perdida".

O Liberal, por sua vez, afirmou que apenas quatro mil toneladas de juta — 33% da produção, portanto — se perderiam.

A pecuária também está sendo duramente atingida. O gado que não está nas "terras altas", confinado em marombas, é alvo de três perigos: a fome, as picadas de cobras e a doença. Os mais prejudicados com as cheias são os pequenos

e médios produtores, que estão pagando um aluguel muito caro nos campos de pastagens das terras altas — que varia de 25 a 35 cruzeiro por cabeça — e o frete do transporte do gado das várzeas (600 cruzeiros). Os criadores em situação mais crítica estão abatendo os bezerros para comercializar a carne. O Liberal calcula que 10% do gado do Estado vão se perder, o que corresponderia a aproximadamente 30.000 cabeças.

Segundo técnicos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) o desmatamento indiscriminado na região é o principal fator para o aumento do volume d'água e, conseqüentemente, da enchente. Isto porque a floresta, além de reter grande quantidade da água da chuva, também impede que o líquido escoe com mais rapidez para os rios.

Com o desmatamento, retirou-se a barreira natural e as águas passam a engrossar os rios.

AMAZONAS

Ontem foi o dia em que as águas do Rio Amazonas menos subiram desde que as enchentes começaram: um centímetro. A cota de água estava, no domingo, em 29 metros e três centímetros, faltando, portanto, apenas 67 centímetros para o rio atingir o nível da grande enchente de 1953. Tudo indica, no entanto, que as marcas de 1953 não serão atingidas, pois o rio está subindo num ritmo cada vez mais decrescente e de hoje até o dia 24 é previsto o que é chamado na região de **repique**, quando as águas começarão a baixar.

A região mais atingida do Estado é a do Careiro, que fica a duas horas de Manaus, por barco, no encontro dos rios Negro e Solimões — que marca o início do Médio Amazonas. O Careiro é o lugar do Amazonas em que a pecuária é mais desenvolvida e sustenta a maior parte do consumo do Estado. Nesta região, os locais que estão sofrendo mais com a subida das águas são o Gurupá, Cambixé, Ilha da Maria Antônia, Ilha da Paciência, Paroá e Purupuru. No Cambixé, o gado está sendo morto aos poucos e começam a surgir casos esporádicos de doenças, que receberão, ainda nestes dias, o combate das equipes da Secretaria da Saúde. A região de Tefé — que delimita o Alto Amazonas — é outra que está passando grandes dificuldades com as enchentes do Amazonas.

As populações atingidas estão sendo assistidas pelas prefeituras locais, com a ajuda do Governo, que já mobilizou toda a sua equipe de técnicos, principalmente do ICOTI — Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal e da Secretaria de Saúde. Alguns casos de doença estão sendo registrados, mas que não assumem a gravidade de uma epidemia.

Os prejuízos no setor pecuário já são calculados em cinco mil cabeças de gado — dizimadas no Careiro. Quanto à agricultura, cerca de trinta por cento da produção de juta vai ficar perdida com as cheias.

A situação é mais grave, no entanto, no Baixo Amazonas, que fica no limite dos Estados do Amazonas e do Pará, depois da cidade amazonense de Parintins.

URUCURITUBA

O drama de uma cidade inundada

A situação calamitosa em que se encontra o município de Urucurituba, quase que totalmente coberto pelas águas, está deixando seriamente preocupado o Governo do Estado que, através do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal, está realizando estudos com vistas a encontrar a melhor solução para o grave problema. Ao fazer essa afirmação, momentos antes de manter contatos com os técnicos do ICOTI encarregados de preparar um relatório ao Governo do Estado sobre as cidades mais atingidas pela enchente, o prefeito de Urucurituba, Felix Vital, não escondia sua preocupação.

Desta vez a situação está insustentável. Não há mais condições para ninguém continuar morando na sede antiga de Urucurituba, devido a invasão das águas por todos os cantos da cidade.

Segundo Felix Vital, a situação do município é de verdadeira calamidade, que só falta ser decretada pelo Governo para ficar oficializada. As águas — diz ele — já invadiram toda a terra firme, deixando apenas alguns pontos a descoberto onde a população está concentrada. Mesmo assim, por pouco tempo, já que o nível do rio continua a subir.

A maior parte da cidade já foi transferida para a sede nova, instalada na costa do Tabocal. No entanto, mais de 600 pessoas, teimosamente, continuam a morar na velha Urucurituba, o que está criando uma situação insustentável para a prefeitura, e para as autoridades governamentais, encarregadas de debelar as doenças que estão surgindo por causa da enchente.

Diz o prefeito Felix Vital que já manteve contatos com o governador Henoch Reis, a quem relatou todo o problema, que se abateu sobre a cidade, inclusive com a amostra de várias fotografias tiradas dos locais mais afetados pelas águas.

No primeiro contato mantido com o governador do Estado, o prefeito Felix Vital informou-lhe que a solução mais viável para salvaguardar a integridade da população, àquela altura, seria transferi-la para a sede nova. Contudo, dada a obstinação de alguns moradores, isto não foi possível, daí porque o problema ter-se expandido de tal forma que, agora, está obrigando o Governo a tomar medidas mais severas.

Ontem durante 20 minutos, Felix Vital relatou à comissão do ICOTI que está elaborando um relatório para entregar ao governador Henoch Reis contendo toda a real situação da cidade, que se encontra 90 por cento submersa, sem condições de recuperação.

O prefeito salientou que, apesar do esforço dispendido pelo Governo, no sentido de minorar a situação de calamidade enviando medicamentos para a população, o caso não será resolvido facilmente. E explica: "As águas invadiram, agora, toda a zona ribeirinha de Urucurituba, ocasionando o êxodo da população rural para a sede. As casas, escolas e a Igreja foram tomadas pelas águas, nos deixando sem condições para contornar o problema".

A decretação do estado de calamidade pública deverá ser a medida tomada pelo Governo — diz Felix Vital —, para que, assim, a população que ainda está na sede velha seja removida imediatamente, antes que nada mais possa ser feito.

Decretada calamidade em cidades do Pará

Belém e Manaus (O Globo) — Os Prefeitos José Ferrari, de Óbidos, e Raimundo Figueiredo Oliveira, de Oriximiná no Pará, decretaram estado de calamidade pública em seus municípios devido aos prejuízos causados pela cheia do rio Amazonas e seus afluentes e à falta de recursos para tender os flagelados.

O Governador do Amazonas, Henoch Reis, decidiu esperar mais 15 dias para decretar a calamidade pública nas regiões inundadas do Estado. Ontem, ao examinar a situação no município de Careiro, às margens do Solimões, ele foi aconselhado a dar mais esse prazo, na expectativa de que a cheia estacione.

Tranquilidade

As inundações deste ano são comparadas às grandes enchentes de 1953 e 1971, mas, apesar disso, os habitantes

das sedes dos municípios estão tranquilos e auxiliam os que abandonam as áreas afogadas pelas águas que continuam subindo à média de quatro centímetros por dia.

Outros municípios paraenses poderão decretar o estado de calamidade. Nesse caso estão Juriti, Faro, Monte Alegre e Alenquer, que, com a ajuda, dos Governos estadual e federal, poderão auxiliar mais efetivamente os flagelados.

Na região de Óbidos e Oriximiná, as perdas na pecuária não são grandes, limitando-se a algumas dezenas de reses, especialmente dos pequenos criadores, sem condições de levá-las para as zonas elevadas. Na agricultura, os prejuízos são totais, porque as culturas de juta e arroz estão alagadas, assim como as pequenas plantações de legumes e hortaliças localizadas perto das cidades.

O Secretário de Saúde do Pará, Manoel Aires, viajara terça-feira para Juriti Mirim, no município de Juriti, no baixo Amazonas, onde seis pessoas morreram de uma doença não identificada. Já seguiu para a região uma equipe chefiada pelo médico Sebastião Faial, levando equipamentos e medicamentos para os flagelados.

Em sua viagem, o Secretário de Saúde instalará comitês regionais, integrados por sanitaristas, para ajudar aos flagelados. Esses comitês receberão auxílio da SUDAM, Fundação SESP, Forças Armadas e Igreja.

No Amazonas

Em companhia da Comissão de Defesa Contra a Enchente, o Governador Henoch Reis examinou ontem as consequências da inundação no município de Manacapuru. Algumas criações de gado e plantações de juta foram destruídas, mas os desabrigados já estão sendo assistidos. Ainda não há flagelados em Manaus, como aconteceu no ano passado, mas as autoridades acham que isso poderá ocorrer, se a enchente continuar.

A agência do Banco do Brasil em Manaus anunciou que vai liberar financiamentos para a pecuária e a lavoura a serem empregados em alimentação, medicamentos e transporte de gado, com o objetivo de reduzir os produtos das áreas atingidas pelas cheias.

Serão concedidos créditos à pecuária para forragem e rações, transporte de gado bovino para zonas não-alagadas, arrendamento de pastos secos, pagamento de salários de empregados e administradores e gastos com assistência técnica.

O rio continua subindo, os flagelados abandonam tudo

Em pequenas canoas rebocadas e em grandes barcos superlotados, doentes, famintos, trazendo apenas a roupa do corpo e algumas criações, chegaram a Manaus 18 mil dos 156 mil flagelados das enchentes na Amazônia. Ao entregar o manifesto de bordo a um fiscal da Capitania de Portos, o comandante do barco Luiz XV declarou: "Sargento, perdoe, mas não pude evitar a superlotação. Há gente com água no pescoço, nas várzeas, pedindo socorro. Não poderia deixá-los no meio do rio, cercados por tantos perigos".

O nível das águas do rio Amazonas atingiu este ano marcas superiores a todas as cheias anteriores e até agora ninguém soube explicar as causas reais do fenômeno. Nem mesmo os técnicos do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Para uns, a causa imediata é o degelo dos Andes; para outros, o desmatamento indiscriminado da floresta amazônica.

E enquanto os técnicos discutem, os flagelados desabafam. "Nunca vi uma enchente tão grande como esta — disse o ribeirinho Pedro Celestino, de Anori. A de 53 foi grande, mas não trouxe tantos prejuízos. Não há mais terras

em Anori. Até parece que Deus não olha mais para a gente e que as águas agora são mais violentas".

Embora obedeçam a um regime cíclico anual, as enchentes do Amazonas vêm apresentando, nos últimos seis anos, uma desarmonia no volume das águas que deixa os técnicos preocupados. Até 69 — explica o pesquisador Antonio dos Santos, do INPA — as águas do Amazonas e do Solimões apresentavam um movimento harmônico, subindo no máximo 23 metros sobre o nível do mar. A partir daquele ano, houve uma mudança nesse regime e as águas passaram a subir de 26 a 27 metros.

As consequências são desalentadoras. Cidades e vilas inteiras submersas; milhares de habitações destruídas. Reses mortas, descendo o rio. Galinhas e porcos sem ter o que comer porque não encontram um só pedaço de terra que não esteja inundado. O agricultor Rogerio Anunciação, pai de 12 filhos, conta o seu drama: "Durante seis meses fiz o que foi possível para salvar minhas oito reses. Nada adiantou. Todas morreram afogadas, uma laçada por uma cobra sucuriçu. A água vinha chegando e eu armava o assoalho da casa mais alto do que ela. Também não adiantou, tive que vir embora". E Rogério exibiu sua bagagem: dois sacos de estopa com roupas molhadas, dois caixotes com quatro galinhas. Trouxe ainda os filhos e a mulher, grávida.

Os técnicos continuam discutindo as causas das enchentes. O degelo dos Andes? As explosões atômicas? Antonio dos Santos acredita que as cheias são provocadas por uma dessas causas, ou pelas duas ao mesmo tempo. "O degelo andino, por meio da irradiação solar mais acentuada sobre as cordilheiras, pode alterar o regime das águas.

Acontece também que a região amazônica, principalmente a Amazônia peruana, tem sofrido muito os efeitos das explosões atômicas que provocam o desequilíbrio ecológico e podem causar a desarmonia dos regimes dos rios Amazonas, Solimões e Negro.

Roberio Conceição nada sabe sobre as teorias dos técnicos. Sabe apenas que perdeu toda a sua lavoura: juta, mandioca, feijão, milho, tudo. Mas se alguém perguntar se ainda quer voltar para o interior, ele responde: "Claro, é só o rio baixar".

O rio Negro, contudo, voltou a subir mais um centímetro, ameaçando atingir o nível da enchente de 71. Ontem o nível era de 29 metros e 11 centímetros. As águas estão invadindo a periferia de Manaus, principalmente nas zonas banhadas pelos igarapés. Os moradores ameaçam abandonar suas casas, com medo das águas, que já começam a atingir o nível dos seus assoalhos.

"Deus é bom para a gente. Manda muita chuva nessa época, a água leva tudo, só nos deixa a miséria, mas não nos tira a força de viver". Dita por um velho agricultor das barrancas do rio Solimões, a frase reflete o pensamento de grande parte dos flagelados.

A SUDAM informou ontem em Brasília estar estudando a viabilidade econômica e social de deslocar o homem das várzeas durante o período das cheias. "Nada disso — afirma um homem da várzeas — fico aqui. A água leva tudo da gente, mas estamos acostumados com ela. O gado morre na subida do rio, mas vive quando o rio baixa".

"O que seria da gente se não chovesse, se não houvesse o rio e isso aqui fosse como o Nordeste, de onde meus pais fugiram?" — pergunta outro. "Seria tudo ruim, pior do que agora."

A cheia tem os seus perigos. Ele sabe que pode perder tudo, que pode ver um filho morrer afogado ou atacado pelas cobras que aparecem durante a subida ou a vazante dos rios. Mas a proximidade dos rios tem também as suas vantagens: os cardumes de peixes passam à sua porta. "Olhe — disse um

morador da várzea — ainda ontem eu, da minha rede, dentro de casa, dei um lance de tarrafa e peguei peixe para o resto do mês”.

A maior preocupação das autoridades estaduais é ajudar os flagelados do interior, mas a situação agora começa a se agravar também na capital. “Só fazemos rezar porque é a única solução que temos para evitar uma desgraça maior” — afirmam os moradores da várzea. E acrescentam: “Promessas e providências não adiantam: o rio, quando resolve encher, enche mesmo, leva tudo, mata tudo de vez”.

Falou-se ontem na possibilidade de um surto epidêmico em Manaus. Um deputado denunciou na Assembléia a existência de uma praga de pernilongos ao longo dos igarapés do Educando e do Quarenta. A Secretaria de Saúde toma medidas para vacinar a população.

“Por que reclamar, se me criei enfrentando todos esses perigos?”

— pergunta o ribeirinho Raimundo Costa do Livramento. “Eu sempre estou me livrando dos perigos”. Dormimos pensando em acordar com uma cobra ao lado. Não temos gado para cuidar ou para ganhar dinheiro, não temos criação para variar o almoço, não temos verdura, mas temos o peixe. Na opinião de Raimundo, a cheia, as doenças, as cobras, a fome, a pobreza, a falta de perspectiva quanto ao futuro, a própria imprevisibilidade da vida, nada disso amedronta o homem ribeirinho. “Como vou abandonar a terra onde nasci e onde criei meus filhos?”

Os pecuaristas é que reclamam muito. “O enfraquecimento do gado é um tormento”. Para eles, os financiamentos que recebem durante o ano não permitem comprar pastos em terra firme. Quando chega a época das cheias, levam o gado para uma propriedade particular, onde pagam de 25 a 30 cruzeiros. Não temos alternativas: se ficamos na várzea, perdemos tudo; se levamos o gado para terra firme e pagamos os preços da estocagem, vemos o gado morrer com as doenças comuns que surgem nos pastos novos”.

Além da falta de terra para abrigar o gado, os criadores enfrentam ainda outro problema: a falta de capim para alimentar os rebanhos. “Uma canoa de canarana — planta aquática que nasce na superfície das águas paradas — custa entre 700 e 800 cruzeiros. E uma canoa não dá para alimentar nem dez reses durante o dia. É preciso, pelo menos, dez canoas”.

Não é apenas a falta de capim que cria dificuldades para os criadores. Há sempre o perigo das cobras. “À simples aproximação das cobras, o gado se assusta na maromba e começa a fugir. Seu destino é penetrar nos trechos mais profundos dos rios, às vezes, com corredeiras, e morrer.

O superintendente da SUDAM, Hugo de Almeida, informou ontem que técnicos daquele órgão e representantes dos Ministérios do Interior, Minas e Energia, Agricultura, Planejamento e Marinha estarão reunidos a curto prazo, junto com especialistas do Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, a fim de estudar o regime das cheias do rio Amazonas. Esse regime — segundo Hugo de Almeida — é até hoje um enigma. “O rio não baixa seu nível de águas desde 1971, começando o processo de evolução da cheia em maio último”.

Depois de lembrar as providências que a SUDAM está adotando para alimentar as populações atingidas e evitar o surgimento de surtos epidêmicos, Hugo de Almeida informou que o nível das águas do rio Tapajós já está baixando.

Essa fase, no entanto — advertiu — é a mais perigosa porque é quando surgem os maiores problemas mas, sobretudo, no setor sanitário.

O projeto de transferência do homem da várzea para terra firme poderá ser concretizado com a implantação de colônias agrícolas a fim de que os colonos possam viver de oito a nove meses na várzea e o restante do ano em terra firme. Na várzea, plantariam lavouras de ciclo curto; em terra firme, lavouras de ciclo longo.

Segundo o presidente da SUDAM, não é viável, do ponto de vista econômico, simplesmente retirar o homem da várzea. Em sua opinião, deve ser adotado o processo de transferência que já é utilizado, com êxito, pelos pecuaristas.

A SUDAM começa a adotar providência a curto prazo porque se a vazante do rio Amazonas ocorrer durante este ano no mesmo ritmo dos primeiros dias em que o rio baixou, a partir do dia 16, é provável que as cheias de 1976 sejam maiores do que as atuais.

Há dois anos, o limite mínimo que as águas atingem na vazante tem se elevado, atestando o acúmulo de águas de um período para outro. A enchente deste ano atingiu um nível superior a todas as demais, mas seu crescimento foi menor. A explicação para o paradoxo é simples: o volume de águas no início do “inverno” era superior à altura atingida em períodos anteriores. Bastou uma elevação um pouco maior para o rio chegar a níveis considerados recordes. Também porque não houve vazante normal, os prejuízos causados pela maior cheia da história do Baixo Amazonas não foram tão elevados como os de 1953 e os de 1971.

Enquanto isso, no Ceará, acumulando quase 130 milhões e 165 mil metros cúbicos de água, o açude do Cedro, em Quixadá, a 165 quilômetros de Fortaleza, está sangrando com uma lâmina de nove centímetros. A sangria do açude é algo indescritível — afirma o prefeito Aziz Baquit, de Quixadá. O prefeito explicou que o padre Cícero, quando viu pela primeira vez a barragem, comentou que ela não aguentaria três sangrias e acabaria inundando Quixadá. O construtor da barragem, o engenheiro francês Land, escreveu ao padre Cícero assegurando-lhe: “padre, fique tranquilo que este açude não arrombará nunca”.

Técnicos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas confirmaram as notícias de que continua chovendo muito na região de Quixadá, fazendo com que as empresas turísticas cheguem até a organizar excursões ao açude.”

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Benedito Canellas.

O SR. BENEDITO CANELLAS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é evidente, e sobretudo justo, o empenho do Governo da União em preservar a raça autóctone, resguardando os padrões históricos de toda uma corporação silvícola que já testemunhara o amanhecer brasileiro, ao configurar-se a imagem da América Portuguesa.

O Marechal Cândido Rondon foi o exemplo do grande humanista, ao enfocar o problema do aborígene como um caso científico que deveria manter o seu aspecto incólume, como reserva humana de um País, desde tempos imemoriais.

Por sentimento de respeito ao humanismo, honra-me apoiar as teses de Rondon, o saudoso missionário fardado que dignificou a nossa História.

Mas há, no curso deste raciocínio, um quadro de circunstâncias sociais adversas, a exigir lúcido e prioritário exame. E desejo abordar o problema com o mais seguro conhecimento de causa.

É que vivem em Mato Grosso, provavelmente anterior à nossa formação histórica, índios Xavantes em alto número. Habitam as selvas, no culto aos seus ritos e na adoração de seus ídolos, e no uso de direitos inalienáveis sobre a terra. Ocorre que, residindo em áreas afastadas a dos indígenas, não obstante estas faixas de terrenos constituírem patrimônio dos silvícolas, há diversos civilizados, que desen-

volvem atividade altamente produtiva, contribuindo abnegadamente para o engrandecimento de Mato Grosso.

Temos que considerar, todavia, o Decreto nº 71.106, de 14 de setembro de 1972, que "declara reservada aos índios Xavantes, sob a denominação de Reserva Indígena São Marcos, área situada no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências". Seguindo-se a esse ato, vem o Decreto nº 73.233, de 30 de novembro de 1973, que "autoriza a demarcação administrativa, em caráter definitivo, da Reserva Indígena São Marcos, e acresce-lhe novas áreas e dá outras providências".

Na evolução desta análise, chegaremos ao vértice da problemática social: é que os criadores e lavradores radicados em território pertencente aos indígenas encontram-se envolvidos num campo de perigosa tensão social, apesar de, no mesmo dia, 30 de novembro de 1973, em que foi baixado o Decreto nº 73.233, formou-se o Decreto nº 73.234, que "declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela União, em favor da FUNAI, as áreas de terreno de domínio privado compreendidas na Reserva Indígena São Marcos, no Município de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso".

Note-se que os documentos dos ocupantes de áreas desapropriadas encontram-se todos em ordem, rigorosamente legalizados, estranhando-se que, cumprido o imperativo de avaliar a indenizar os bens desses rurícolas, não se tenha ainda efetuado o pagamento, constante de processo, atualmente no INCRA.

Quero, nesta oportunidade, dirigir veemente apelo às autoridades, principalmente ao INCRA, no sentido de que cumpra a determinação decorrente de decreto originário da Presidência da República. Para tanto, temos de mencionar os riscos iminentes que pairam entre indígenas e civilizados. A esta altura, é oportuno asseverar que os civilizados estão dispostos a retirar-se imediatamente das áreas em que estão instalados, desde que lhes sejam pagos os valores pertinentes à indenização.

Tenho sérios receios quanto a choques sociais, a qualquer hora, e que poderão apresentar a extensão de um morticínio trágico, com as más negativas repercussões para o País.

Peco, apenas, que as autoridades possam dimensionar a perspectiva de um imediato conflito sangrento, unicamente em face do descumprimento de uma lei, que impõe providências rápidas, antes que seja tarde.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desta tribuna do Congresso nacional, que ocupo pela primeira vez, lutando para ser digno da memória de meu saudoso e querido pai, o político mais idealista que conheci, quero prestar uma justa homenagem a ao Exmº Sr. Presidente Ernesto Geisel.

No dia em que as vanguardas gregas de Xenofonte, na Retirada dos Dez Mil, vingaram a montanha sagrada e descortinaram o mar romperam em grito: Thalassa! Thalassa! O mar! O mar!

A visão dos gregos, na montanha sagrada, de esperança no futuro, é a nossa visão de hoje.

Hoje, mais do que nunca, podemos compreender o clamor dos gregos antigos extasiados no azul divino.

É que o Brasil precisava dominar os segredos da energia nuclear e não podia renunciar ao seu uso pacífico, sob pena de continuar a ser apenas o País do futuro.

Foram os gregos Leucito e Demócrito que deram o nome de átomo àquela partícula infinitamente pequena, composta de elétrons que gravitam em torno de prótons e nêutrons.

Todavia, jamais poderiam supor que, bombardeado um núcleo de urânio, ele se dividiria em dois núcleos menores, gerando energia térmica, ao mesmo tempo em que liberaria dois ou três nêutrons que haveriam de provocar a fissão de outros núcleos, e assim sucessivamente, uma reação em cadeia.

Reação que, dominada, representa hoje a grandeza e o desenvolvimento de um povo.

Realmente, a crise do petróleo e o futuro esgotamento do potencial hidráulico nas mais importantes regiões de nosso Brasil deixam-nos como fundamental alternativa para suprimento de nossas necessidades energéticas o desenvolvimento de um programa para obtenção de energia a partir de fontes nucleares.

Nossa capacidade de geração instalada é de 17.550.000 KW e o desenvolvimento nacional prevê, para o período 1975/1979, um crescimento do mercado de energia elétrica ao nível de 13% ao ano. Crescimento que exigirá aumentar a capacidade geradora para 30 milhões de KW, aproximadamente.

Apesar do grande projeto de Itaipu, que gerará 12.600.000 KW — a maior hidroelétrica do mundo — superando a usina de Grand Coulee, nos EUA, que produz 9.711.000 KW e a de Krasnosyarsk, na União Soviética, que produz 6.096.000 KW, ainda assim precisamos chegar ao átomo, essa extraordinária força que transformará a vida na Terra.

E estávamos ameaçados de chegar até ele como chegamos ao carvão e petróleo, ou seja, muito atrasados.

E por isso, tão só por isto, que, nesta hora, como brasileiro, rendo a minha homenagem do mais profundo respeito, ao lado do mais entusiástico aplauso, ao Leucito ou Demócrito brasileiro, o eminente Presidente Ernesto Geisel, que, com coragem e grandeza, determinou a celebração de Acordo com a Alemanha Ocidental, acordo que estabeleceu a importação de uma usina de beneficiamento atômico e oito centrais nucleares que, além de adicionar quase 10 milhões — 9.600.000 — de KW à capacidade brasileira de geração de energia elétrica nos darão a condição de gritar como aqueles gregos antigos: Thalassa! Thalassa!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Paulo.

O SR. JORGE PAULO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com a mais viva ansiedade, continuam os atores, compositores e autores de obras intelectuais em geral aguardando o decreto do Poder Executivo, criando o Conselho Nacional de Direito Autoral, segundo determina a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, em vigor a partir de 1º de janeiro de 1974.

Já são passados quase um ano e meio de plena vigência da lei, e ainda vivem os seus beneficiários sob o inquietante clima de expectativa e ao sabor de angustiantes vicissitudes, decorrentes da suspensão do órgão disciplinador de seus direitos.

Eis por que, a par com o necessário reavivamento do problema, na espera de provocar-lhe adequada solução, desejaríamos nos servir desta oportunidade para formular algumas sugestões que nos parecem bastante úteis e bem de acordo com as legítimas reivindicações dos autores de obras intelectuais em nosso País.

Assim, parece-nos válido lembrar que, quando viesse à luz, o decreto do Poder Executivo deveria estabelecer normas quanto à composição do Conselho Nacional de Direito Autoral, no sentido de que seja ele dotado de membros afeitos à matéria. O ideal, com efeito, seria um representante especializado em cada categoria da obra intelectual constante dos itens I a XII, do art. 6º da Lei nº 5.988/73, eis que cada uma delas apresenta características próprias.

Salientaríamos, ainda, a necessidade imperiosa da criação de Conselhos Regionais de Direito-Autoral, sediados nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios. Suas atribuições seriam correlatas às do Conselho Nacional e a quantidade de seus membros seria proporcional ao número de Municípios ou de habitantes da unidade da Federação respectiva. Na verdade, um Estado como o de São Paulo, com 540 Municípios e mais de vinte milhões de habitantes, não poderia ter o mesmo número de membros que um Estado de um milhão de habitantes. O volume de questões atinentes ao direito autorial nos Estados maiores é, da mesma forma, proporcionalmente maior.

Lembraríamos, mais, a necessidade de aprimoramento do sistema de arrecadação do direito autoral, para evitar que vultosas quantias escapem, diariamente, pelos dedos de uma fiscalização ineficiente, em detrimento da grande maioria dos nossos autores de obras intelectuais. Como exemplo desse enorme prejuízo financeiro, citaríamos o caso de Paraguaçu, orgulho do cancionista paulista e brasileiro, com mais de mil músicas gravadas e percebendo apenas a irrisória quantia de Cr\$ 500,00 mensais, a título de direitos autorais...

Por fim, entendemos que o decreto deveria abordar a questão dos funcionários do Conselho Nacional e dos Conselhos Regionais de Direito Autoral, não apenas quanto ao número e atribuições, mas principalmente no tocante à capacitação profissional. Seria bom que os funcionários tivessem vivência comprovada em um ou mais itens dentre os relacionados pelo art. 6º da lei disciplinadora dos direitos autorais.

Sensibiliza-nos, profundamente, presenciar a ingente luta dos autores nacionais, visando a cabal proteção de seus direitos. Por isso, é com imensa satisfação que nos utilizamos desta tribuna para apelar ao Poder Executivo em favor desses intelectuais, no sentido de que sejam tomadas urgentes providências que acabem por determinar a criação do Conselho Nacional e dos Conselhos Regionais de Direito Autoral. Tal procedimento será um gigantesco passo em direção ao resguardo de interesses substanciais, até agora relegados a indesculpável esquecimento.

Outro assunto, Sr. Presidente. A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo é uma entidade de classe que há 30 anos luta pelos interesses do professorado e da educação paulistas, oferecendo, também, subsídios valiosos para as autoridades do Estado.

No mês próximo passado a APEOESP recebeu a visita do Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa. Deputado Nefi Tales, tendo, naquela ocasião, oportunidade de analisar com o presidente da entidade, Prof. Rubens Bernardo, e com o diretor do Departamento Jurídico, advogado Raul Schwinden, assuntos relacionados com a carga horária, remuneração do trabalho do professor, situação dos professores admitidos a título precário, aposentadoria e a incorporação ao salário das aulas excedentes.

São problemas da maior relevância para a nobre classe dos professores e, acreditamos, devam também, existir em outros sistemas de ensino. Em São Paulo, contudo, a situação é alarmante exigindo uma atitude pronta e corajosa do Governo Paulo Egydio Martins, sob pena de levar ao desencanto milhares de professores, além de desestimular o ingresso no magistério de vocações legítimas de muitos paulistas.

A APEOESP reivindica que o teto de 44 aulas semanais deva ser diminuído para 40 aulas, sem redução salarial. Uma pretensão legítima; atendendo-a, o administrador estará agindo com justiça e equidade ao aplicar o princípio de isonomia correspondente à jornada semanal de trabalho do servidor público submetido ao regime de dedicação exclusiva.

O que se observa, porém, é que o professor do ensino oficial do Estado de São Paulo está recebendo o equivalente a 27 dias de trabalho, enquanto outros servidores públicos no regime de dedicação exclusiva, trabalhando 40 horas semanais, e não 44 horas como os professores, recebem, como é de justiça, os 30 dias normais.

Não há nenhuma matemática que possa justificar, nem nenhum preceito legal que possa permitir o que vem ocorrendo em São Paulo.

O atual Governo paulista sente-se muito à vontade para proceder à revisão dessas distorções. Se se levar em conta, porém, a natureza do serviço que é prestado pelo professor, verificar-se-á que, mesmo em regime de dedicação exclusiva, com 8 horas diárias, todo esse tempo está sendo preenchido em sala de aula, não restando ao professor o tempo necessário e indispensável para a preparação de aulas, correção de trabalhos escolares, pesquisas e, principalmente,

horas disponíveis "para se dedicar a atividades pedagógicas e de orientação aos pais, alunos e à comunidade, cuja participação no processo de aprendizagem do estudante é de fundamental importância", como salientou o Professor Rubens Bernardo em seu encontro com o Deputado Nefi Tales.

Toda a legislação internacional reconhece o trabalho do Professor como estafante e penoso, prolongando-se além das salas de aulas e do colégio.

O professorado paulista não aspira somente à justa remuneração pelo trabalho executado em igualdade de condições com o servidor público em geral, mas aspira, também, legitimamente, que, aos 30 anos de serviço seu salário não seja o mesmo que é pago ao que está iniciando a carreira. Não fica aí o drama do professorado paulista. Ao apresentar-se, faz-se a média aritmética dos últimos 10 anos de trabalho e, como é natural, não sendo o professor um super-homem, ao fim da carreira não tem condições de lecionar grande número de aulas, aposentando-se, obviamente, com vencimentos reduzidos.

Se ao professor em fim de carreira não subsistem condições físicas para lecionar o mesmo número de aulas que ao início do exercício da profissão, não é raro encontrar o professor que no esplendor de sua juventude acresceu às horas normais de trabalho um bom número de aulas excedentes as quais não foram incorporadas e computadas para fins de aposentadoria.

Sobre as aulas excedentes, aliás, além de ainda não serem computadas para fins de aposentadoria o seu pagamento, atualmente, só é processado 25 dias após a remuneração das aulas ordinárias.

A APEOESP, que brilhante serviço tem prestado em defesa dos professores do ensino oficial paulista, não se conforma com a situação em que se encontram os professores admitidos a título precário, pois a normalização da situação profissional depende da regulamentação da Lei nº 500/74, cujo prazo, fixado pelo Executivo, aspirou a 14 de janeiro deste ano.

Sendo dispensados ao final de cada ano letivo para serem novamente admitidos no ano seguinte, embora o IPESP garanta-lhes o benefício da aposentadoria, através da contribuição que é descontada em folha, os "precários" — como são chamados — vão vivendo esta situação esdrúxula, que bem definiu o Dr. Raul Schwinden. "Ou a Lei é hipócrita ou o IPESP está se apropriando indevidamente dessa parcela".

Parecendo desconhecer que só existem dois regimes de trabalho que caracterizam o vínculo empregatício, o da CLT ou o do Estatuto, "a Secretaria de Educação — no entender dos dirigentes da APEOESP — ao promulgar a Lei nº 500, no final do ano passado, demonstrou ter aprendido uma importante lição com a Justiça do Trabalho: que a educação é permanente e não temporária".

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, fazemos o registro da situação do professorado paulista nesta Casa, significando na pessoa do Deputado Nefi Tales a homenagem que prestamos ao Legislativo paulista, na certeza de que, servindo-se do assessoramento que a APEOESP pode oferecer, serão encontrados os meios legais para o atendimento das justas reivindicações da laboriosa e respeitável classe dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valdomiro Gonçalves.

O SR. VALDOMIRO GONÇALVES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Rondonópolis, Município localizado na região do Pantanal mato-grossense, é considerado pólo de desenvolvimento, e sua economia vem crescendo em ritmo acelerado, graças aos programas de aproveitamento racional de suas riquezas. Os instrumentos criados pelos Governos Federal e Estadual, para recuperar a região pantaneira — que talvez possa tornar-se extraordinário centro de criação bovina, porquanto é o melhor pasto natural do mundo — vêm produzindo consequências altamente alentadoras, inclusive do ponto de vista psicológico. Efetivamente, a população de Rondonópolis tomou consciência de que é momento de

racionalizar o processo produtivo, quer mediante a diversificação da lavoura, quer estabelecendo as bases de uma concentração de rebanhos bovinos em moldes modernos ou promovendo a exploração de recursos naturais.

Incrustado numa área saudável, de fauna e flora exuberantes e clima tropical semi-úmido, esse Município despertou para as suas possibilidades. Por isso mesmo, os seus habitantes guardam a lembrança de líderes que ajudaram o Estado de Mato Grosso e Rondonópolis a ganharem novo estágio econômico. Assim, resolveram homenagear, por exemplo, o Presidente Médici e o saudoso Deputado Federal Emanuel Pinheiro, cujos nomes, hoje, integram a relação de vias públicas da sede municipal.

Quanto ao Presidente Médici, o povo de Rondonópolis pretende agradecer a atenção que ele dedicou à região do Pantanal e a programação de trabalhos que sacudiram o Centro-Oeste brasileiro. Seu nome, hoje, indica a avenida que é passagem obrigatória a todos os veículos que demandam de Goiás a Campo Grande, passando pela periferia do bairro Birigui. A homenagem é resultado de projeto apresentado à Câmara Municipal de Rondonópolis pelo Vereador Ildon Maximiano Peres que, na justificativa, exalta a personalidade do Presidente Médici.

Relativamente ao Deputado Emanuel Pinheiro, seu nome substituiu ao de Poxoréu, numa das mais movimentadas vias da cidade de Rondonópolis, conforme projeto do Vereador Manoel Pereira dos Reis. Ele, que foi assassinado quando mais era necessária sua presença na luta pelo desenvolvimento econômico de Rondonópolis, jamais desaparecerá da memória dos que o conheceram e sabem do quanto fez, em benefício da gente que habita na área do Pantanal.

Nesta oportunidade, quero ainda ressaltar uma figura que honra o Município de Rondonópolis, pela iniciativa de ação, pela honradez pessoal e pelo esforço que realiza no sentido de que a região pantaneira se transforme numa área desenvolvida, econômica e culturalmente. Sua atividade é o Jornalismo. Seu nome, Carlos Daltro.

Esse homem de imprensa, enfrentando obstáculos de toda ordem, procura transformar seu *Correio do Leste* numa folha informativa de primeira grandeza. As dificuldades, para ele, constituem desafios a serem enfrentados e ultrapassados. Por isso, Carlos Daltro merece o respeito do povo de Rondonópolis, que o prestigia e incentiva, certo de que, dentro de poucos anos, o *Correio do Leste* terá condições de igualar-se aos grandes órgãos da imprensa brasileira. Pensando assim, congratulo-me desta tribuna com o brilhante jornalista, ao qual desejo êxito da batalha que enfrenta, em favor da cultura e da comunicação de Rondonópolis.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Sr. Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acabo de receber um telegrama de Santa Catarina, assinado pelo Primeiro-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado, nos seguintes termos:

Exmº Sr. Deputado Adhemar Ghisi
DD. Vice Líder ARENA
CÂMARA FEDERAL
Brasília — DF.

NR 254 Assembleia Legislativa Santa Catarina VG acolhendo requerimento Deputado Martinho Herculano Chizzo VG aprovou remessa mensagem Vossencia VG fim reivindicar junto órgãos federais competentes VG prioridade estudos implantação usina siderúrgica região do Araranguá PT Razão significar extraordinário desenvolvimento harmônico zona carbonífera sul catarinense PT Cordiais saudações VG Deputado Milton Carlos Oliveira VG Primeiro-Secretário PT

Sr. Presidente, estou desincumbindo-me da missão que me outorgou a Assembleia do meu Estado, no momento em que dou

conhecimento à Casa do apelo formulado por aquela casa Legislativa. Na verdade, a reivindicação que chegou às minhas mãos está vazada em termos reconhecidamente justos e oportunos, visto que a região sul-catarinense é a maior zona carbonífera do Brasil e tem condições de ter instalada uma usina siderúrgica para aproveitamento da matéria-prima ali extraídas.

Nestas condições, Sr. Presidente, faço coro aos apelos da Assembleia Legislativa do meu Estado, levando ao conhecimento do Sr. Ministro das Minas e Energia o telegrama que acabei de ler.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cotta Barbosa.

O SR. COTTA BARBOSA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Parece-nos inegável que somente o transporte ferroviário ofereça condições de economicidade para atender, nas ligações interurbanas e interestaduais de superfície, ao deslocamento das populações, verdade que se torna ainda mais evidente depois da crise do petróleo, com o aumento crescente de custos do transporte rodoviário.

Por isso, quando a população de Belo Horizonte recebeu a notícia da "retirada temporária" da composição ferroviária denominada "Vera-Cruz", que há mais de vinte anos liga a Capital mineira ao Rio de Janeiro, protestou com veemência, encontrando eco essa reação nas páginas do conceituado *Jornal de Minas*, principalmente em artigos magistrais do jornalista Wilson Frade.

Na sessão de 2 de maio, neste plenário, comentando o fato, assinalava a precariedade da rodovia que liga a Capital de Minas ao Rio de Janeiro, cuja pavimentação ameaça de graves perigos os motoristas. Na mesma oportunidade fiz ver que se os trilhos suportam as pesadas composições da Rede Ferroviária Federal, conduzindo o minério de Águas Claras, obviamente suportariam simples composições de passageiros, muito mais leves, embora de deslocamento mais rápido.

Respondendo a um requerimento de informações, encaminhado à RFFSA, pelo Deputado Bento Gonçalves, o General Milton Gonçalves, presidente dessa entidade, justificou a supressão do "Vera-Cruz" sob a alegação de que a via férrea não tem condições para suportar a circulação de trens rápidos.

Não somos engenheiros ferroviários para entender os motivos técnicos pelos quais uma via férrea tem condições para suportar, com segurança, o pesadíssimo transporte de minérios e não pode permitir a circulação de composições de passageiros, muitas vezes mais leves, embora um pouco mais rápidas.

Outra alegação de Sua Excelência, para justificar a supressão do "Vera-Cruz", refere-se à ausência de conservação adequada dos carros, com mais de 25 anos de serviço ininterrupto. Quanto a isso, ninguém estava reclamando maior conforto que o permitido, atualmente, pelos vagões do "Vera-Cruz", bem mais satisfatórios do que muitas das linhas de ônibus que fazem o transporte de Belo Horizonte para outras capitais. Nem havia preocupação semelhante com a decantada "pontualidade de horário", exigível nos trens rápidos, pois nem sempre é pontual o que liga Brasília a São Paulo. Apesar disso, viaja lotado e, quando dispunha de carros-leito, era necessário encomendar passagens com uma semana de antecedência.

Sabe-se que os carros foram recuperados totalmente. Mas o Presidente da Rede continua a escusar-se, com as seguintes palavras, divulgadas em o *Estado de Minas* do dia 12 do corrente.

"A via permanente ainda depende de uma série de providências que a coloquem em condições de suportar a circulação de trens rápidos, com toda a segurança e conforto dos usuários, e sem se sujeitar a atrasos desabonadores dos serviços prestados pela Rede Ferroviária Federal. Tão logo esse inconveniente esteja eliminado, o trem "Vera-Cruz" voltará

a circular normalmente, então em caráter definitivo, sem dar margem a críticas de qualquer natureza”.

Não dispomos de uma clepsidra, para medir, com segurança o “tão logo” da promessa do Diretor da Rede, para que o “Vera-Cruz” volte à circulação.

Continuamos, porém, sem saber porque, na mesma linha, já-mais deixaram de circular os pesadíssimos vagões de minério, a serviço de uma empresa multinacional que vive a poluir os céus de Belo Horizonte e cuja atuação se acha sob o crivo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Será mesmo o homem o princípio, meio e objetivo final do desenvolvimento, como prega a doutrina brasileira da segurança nacional?

Ou serão os indivíduos relegados a último plano, quando poderosos interesses das insaciáveis multinacionais se reservam todas as prioridades e todas as licenças?

Entrego ao Plenário desta Casa, nos elementos que ofereci neste discurso, alguma coisa em que se possa basear, para desvendar esse “segredo de Polichinelo”...

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Lima.

O SR. JOEL LIMA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo do novo Estado do Rio de Janeiro, embora anunciando obras em vários setores, tomou a medida de paralisar as grandes, médias e pequenas obras que vinham sendo realizadas pelas administrações anteriores, nos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Mais se acentuam os prejuízos desta medida no antigo território fluminense.

Com a paralisação das obras públicas, as empreiteiras ficaram sem condições de colocar toda mão-de-obra que estava à disposição, ocasionando uma onda de desemprego que, de imediato atingiu cerca de quatro mil operários, das mais diversas categorias profissionais.

Esta situação veio criar sérios problemas de ordem social, tanto para empregados, como para empregadores.

As obras paradas significam também retenção no pagamento dos contratos e com isso, os patrões não tiveram meios de saldar seus compromissos para com os operários, motivando um sem número de reclamações trabalhistas, que não solucionam o impasse e nem beneficiam a ninguém.

Uma das funções sociais do Estado é promover fonte de empregos, gerando recursos que são devolvidos ao próprio Estado em forma de impostos sobre circulação de mercadorias e outros.

Não se pode compreender e nem aceitar que o Poder Público, sem justificativas plausíveis, interrompa um programa de obras necessárias, desperdiçando recursos anteriormente aplicados, e levando a fome e o desespero a milhares de lares, vítimas de uma política desprezível e ignominiosa.

Não discutamos o assunto sobre aspectos políticos ou partidários. Se de um lado o Governo findo era arenista, do outro a oposição detinha o poder estadual.

Não nos levantamos em defesa dos que antes governavam. Nossa voz se fez ouvir em razão do silêncio imposto aos que não encontram nem forças para levantar o seu protesto.

O Estado do Rio de Janeiro se instalou cheio de esperanças e o Sr. Governador que assumiu o Poder levou consigo o signo da desesperança, num repente espalhado sobre todas as camadas laboriosas, ansiosas pela hora de verem Sua Excelência despedir-se do cargo, onde significará, de futuro, um furacão que passa e destrói, deixando marcas de danos irre recuperáveis.

Prejudicando os servidores públicos e paralisando obras — gerando desemprego aos milhares, o Sr. Governador diminuiu sensi-

velmente o poder aquisitivo de mais de 50 mil pessoas no Estado, ocasionando, de imediato, uma redução também na receita. Em tão pouco tempo aquela autoridade já provou o seu despreparo para o cargo.

Não temos muitas esperanças em uma solução para o problema. Somente se o Presidente da República, sábio em suas decisões — mas também com possibilidade de errar, como na escolha do Governador do novo Estado, reconsidere aquela nomeação, colocando à frente dos destinos do novo Estado do Rio de Janeiro um administrador sensível aos problemas sociais, com tato e tirocínio políticos.

Se houve bem o General Ernesto Geisel em definir-se pela fusão, embora dela não precisássemos para determinar o nosso futuro.

Daí os resultados nada satisfatórios até agora alcançados — e as perspectivas são desanimadoras.

São milhares os servidores públicos que tiveram os seus vencimentos reduzidos e não menos os operários, anteriormente empregados nas obras públicas dadas em empreitada, que ficaram sem o pão diário, tudo pela inabilidade e falta de senso prático e político do Governador.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) A Presidência comunica ao plenário que, no próximo dia 30, será distribuído aos Srs. Parlamentares trabalho, elaborado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, constante de 6 volumes e 2 tomos, referente ao quadro comparativo do projeto de Código Civil, com a legislação em vigor.

Deste trabalho constam:

a) Todos os estudos e exposições de motivos dos relatores parciais, colaboradores e do supervisor da comissão elaboradora e revisora do Código Civil, desde o anteprojeto inicial;

b) Os anteprojetos de Código Civil e de Código das Obrigações, divulgados a partir de 1941;

c) Legislação correlata e remissões à legislação estrangeira.

É relevante frisar que o Professor Miguel Reale, na exposição de motivos do projeto, afirmou que o mencionado trabalho constituía inestimável subsídio para o estudo dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 52, de 1975-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1975, esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se, amanhã, às dezenove horas, destinada à apreciação, em primeiro turno, da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 1, de 1975-CN, que estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974.

Relatório nº 2, de 1975-CN.

Incide o veto sobre os seguintes dispositivos introduzidos no artigo 1º do Projeto inicial:

I) — item VI do § 1º; e

II) — § 2º

Em discussão as partes vetadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-las, declaro-a encerrada.

A Presidência esclarece que, de acordo com o disposto no art. 44, § único, combinado com o art. 107 do Regimento Comum, a votação far-se-á pelo processo nominal, sendo objeto de deliberação a matéria vetada.

Considerar-se-á aprovada a parte vetada se alcançar o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros de cada uma das Casas do Congresso.

Nos termos do § 2º do art. 43 do Regimento Comum, a votação começará pela Câmara dos Deputados.

Em votação a parte vetada referente ao item VI do § 1º do art. 1º do projeto inicial.

Concedo a palavra ao nobre Líder Laerte Vieira para encaminhar a votação.

O SR. LAERTE VIEIRA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Congresso Nacional, ao votar a lei que descaracteriza o salário mínimo, aprovou duas emendas, que sofreram veto. A Emenda nº 3, que subscrevi, tinha como objetivo manter na legislação brasileira as penas pecuniárias previstas no Código Penal, no Código de Trânsito, no Código Eleitoral e também as importâncias correspondentes à alçada para os recursos formulados na segunda instância e apelos extremos para o Supremo Tribunal Federal, que obedecem exatamente a um padrão correspondente ao salário mínimo.

Ao emitir parecer sobre a emenda, o nobre Relator Senador Helvídio Nunes, considerou-a fundamental e opinou pela sua aprovação. Enviado o projeto à sanção, a matéria sofre veto, cujas razões estão expostas e se prendem a dois motivos. O primeiro, que a norma viria frustrar o objeto da proposição principal, pelas repercussões sobre a atividade econômica.

Sr. Presidente, o argumento me parece pueril. Nem precisa ser rebatido. Pagar multa, uma pena pecuniária prevista num Código acarreta repercussão no campo e na atividade econômica... Que repercussão seria essa?

De outra parte, nas razões de veto se diz que "para substituir o salário mínimo, como elemento de referência, será fixado valor específico, reajustável periodicamente, conforme o disposto no art. 2º da lei nova".

Ora, o art. 2º da lei estabelece exatamente o seguinte:

"Em substituição à correção pelo salário mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária."

Para corrigir, se estabelecerá um sistema de correção... Mas como corrigir o inexistente? Se o projeto suprime a pena pecuniária, porque o art. 1º da lei diz o seguinte:

"Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito."

Esse dispositivo suprimiu a pena pecuniária existente em todos os Códigos. A pena suprimida não pode ser corrigida. Ela desaparece. Seria a correção do inexistente.

Sr. Presidente, as razões do veto são absolutamente inaceitáveis. E, pior do que isto, vão produzir o caos. Ninguém sabe qual seria o valor correspondente à multa, por uma simples infração de trânsito, porque está sendo fixada em função do salário mínimo. O Governo acabou de propor emenda ao Código Penal, depois de sancionar esta lei, e não alterou a fixação das multas. Como cobrar as multas previstas no Código Eleitoral? O Congresso Nacional deliberou acertadamente. O veto está errado e juridicamente é inaceitável a argumentação. Sob o aspecto econômico, é ridícula. Para provar que temos razão, não vou trazer um argumento nosso, mas um argumento da mais alta Corte de Justiça do País, o Supremo Tribunal Federal, que acaba, pela Emenda Regimental nº 3, publicada no "Diário da Justiça" do dia 17/6, de alterar o seu Regimento Interno, para estabelecer os valores sobre os quais se podem apresentar recursos extraordinários àquela Corte. Diz essa emenda regimental em seu art. 60, item XVIII:

"Nas causas cujo valor declarado na petição inicial ainda que para efeito fiscal ou determinado pelo juiz se aquele for inexato ou desobediente ao critério legal, não exceda a 100 vezes o maior salário mínimo vigente no País para as decisões divergentes e 50 vezes no outro caso."

Se o Supremo Tribunal Federal, depois dessa lei, continua a adotar padrão para os seus recursos, como excluir dos recursos de al-

çada que se apresentam aos tribunais de instância menor as penas previstas no Código?

Sr. Presidente, esse erro que está sendo cometido pelo Governo há de ser conscientemente. Vai causar balbúrdia. Eu, na qualidade de advogado lá fora, a cada multa que fosse imposta com base no Código Penal, no Código Eleitoral e no Código de Trânsito, partiria pela preliminar de que a multa não existe mais, porque a pena pecuniária acabou. E acabou por quê? Porque está escrito aqui claramente: "Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito". E a exceção que nós fizemos, o Governo não aceitou. Que a Maioria cometa hoje esse erro, mas que o faça conscientemente. A rejeição do veto hoje implica criar dificuldade para a própria aplicação de toda a legislação.

Devo dizer ainda, Sr. Presidente, que, com relação à primeira parte, nós aceitamos as razões do veto que se refere ao art. 1º, § 1º, item VI, oriundo da emenda Nelson Carneiro. Na segunda parte votaremos favoravelmente ao texto do projeto e pela rejeição do veto.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra, para encaminhar, o nobre Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo ofereceu ao projeto ora em discussão dois vetos. Sobre o primeiro, creio que não há realmente o que dizer. A própria Oposição vem de aceitar as suas razões, porque se trata de revigorar uma lei que já não mais existe e, portanto, é uma atitude que não poderíamos tomar. Deixo de tecer considerações a esse veto.

Quanto ao segundo, a própria argumentação do nobre Líder da Oposição está a dar a dimensão do projeto governamental. Neste País, estávamos acostumados a raciocinar em termos de salário mínimo para tudo, menos para salário. O salário mínimo era, até há pouco, fator de correção de todas as obrigações. Então, quando o Governo tentava fixar um salário mínimo, procurava reajustar o salário, porque tudo subia em função do salário mínimo: os aluguéis, os contratos, os arrendamentos. Até os negócios de compra e venda funcionavam em termos de salário mínimo. Quando o Governo se encaminhou para uma política de dar maior conteúdo social ao salário mínimo, tinha de seguir esse caminho, sob pena de, ao legislar sobre o salário mínimo, anular o próprio aumento salarial. Basta que se situe um aspecto: um dos fatores que entram na composição do salário mínimo é a produtividade, isto é, o crescimento da produção do trabalhador brasileiro convertida em progresso material do País. Pois o salário mínimo de agora dá a esse fator importância fundamental, e veja-se o erro que se cometeria: num aluguel que nada tem a ver com isso, em multa de automóvel ou numa pena judiciária, que também nada tem a ver com salário mínimo e sobretudo com produtividade, incide de tal forma, que, quando o Governo, como fez agora, deu mais de 10% sobre a inflação, tudo estaria aumentado em mais de 10%. Querendo dar ao trabalhador recuperação ao seu salário, estaríamos aumentando todas as obrigações até fora da realidade. É fácil imaginar as repercussões disso.

Como disse, todos nós estamos acostumados a raciocinar em termos de salário mínimo. A própria impugnação do nobre Líder da Oposição ao veto expressa exatamente essa mentalidade que o Governo quer retirar da legislação brasileira. Lê-se na Mensagem:

"Propõe-se agora a dissociação, a fim de que o Governo possa executar uma política de salário mínimo em função de fatores a ele diretamente relacionados, como os efeitos sobre o nível de bem-estar dos trabalhadores, o emprego de mão-de-obra não qualificada, a capacidade de absorção das empresas, etc.

Evidentemente, a correção da distorção apontada com referência à evolução do salário mínimo real, no passado, deverá verificar-se de forma progressiva."

Logo, quanto ao salário mínimo, a intenção do Governo é conferir-lhe um reajustamento através do qual ele readquirir um valor significativo para o trabalhador e, mais do que isso, seja, no correr do tempo, o aumento efetivo do poder aquisitivo. Que tem a ver multa de trânsito, um contrato de aluguel, uma decisão judicial, com o salário mínimo? Não vamos chegar ao descalabro, nem à falta de legislação, eis que o Governo, no art. 2º, estabelece que "em substituição à correção pelo salário mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária".

Uma atualização, Sr. Presidente, que irá refletir exatamente a atualização daquilo que se quer. Apenas um exemplo: no momento em que o salário mínimo estivesse baixo e se fixasse correta multa para uma infração de trânsito; no instante em que o Governo reajustasse o salário, fazendo-o readquirir o poder de compra que tinha, estaria erguendo a multa mais do que a realidade, mais do que o efetivo fator corretivo que sobre ela deveria incidir. Falta razão ao Líder da Oposição e vamos votar não aceitando o veto e rejeitando as emendas, mesmo porque o Poder executivo, através de decreto, já estabeleceu as normas e vai fixar multas condizentes com a realidade. O Governo não vai deixar que se continue a desvirtuar a economia do País, em prejuízo do trabalhador, como se vinha fazendo, quando o salário mínimo mais alterava o custo de vida do que reajustava os salários.

O Sr. Laerte Vieira — Persistir no erro não é virtude.

O SR. NELSON MARCHEZAN — Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Conforme jurisprudência firmada pelo Plenário, estando de acordo as Lideranças, a votação será feita pelo processo simbólico na Câmara dos Deputados.

Em votação a parte vetada referente ao item VI do § 1º do art. 1º do projeto.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam sentados. **(Pausa)**

Rejeitada.

Rejeitada a parte vetada na Câmara dos Deputados, não será esta submetida ao Senado, ficando, portanto, mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Em votação a parte vetada referente ao § 2º do art. 1º do projeto.

Solicito a presença à Mesa dos Srs. Deputados Odulfo Domingues e Henrique Eduardo Alves a fim de procederem à chamada dos Srs. Deputados.

A chamada será feita do Sul para o Norte, sendo os Líderes chamados em primeiro lugar.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS:

— Blotta Júnior — Líder da **ARENA**

Acre

Nosser Almeida — **ARENA**.

Amazonas

Rafael Faraco — **ARENA**; Raimundo Parente — **ARENA**.

Pará

Alacid Nunes — **ARENA**; Edison Bonna — **ARENA**; Gabriel Hermes — **ARENA**; Jorge Arbage — **ARENA**; Juvêncio Dias — **ARENA**; Newton Barreira — **ARENA**.

Maranhão

Eurico Ribeiro — **ARENA**; João Castelo — **ARENA**; José Ribamar Machado — **ARENA**; Luiz Rocha — **ARENA**; Magno Bacelar — **ARENA**; Marão Filho — **ARENA**; Temístocles Teixeira — **ARENA**; Vieira da Silva — **ARENA**.

Plauí

Dyrno Pires — **ARENA**; Hugo Napoleão — **ARENA**; João Clímaco — **ARENA**; Murilo Rezende — **ARENA**; Paulo Ferraz — **ARENA**; Pinheiro Machado — **ARENA**.

Ceará

Claudino Sales — **ARENA**; Ernesto Valente — **ARENA**; Flávio Marcílio — **ARENA**; Furtado Leite — **ARENA**; Gomes da Silva — **ARENA**; Januário Feitosa — **ARENA**; Manoel Rodrigues — **ARENA**; Marcelo Linhares — **ARENA**; Parsifal Barroso — **ARENA**; Paulo Studart — **ARENA**.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — **ARENA**; Ulisses Potiguar — **ARENA**; Vingt Rosado — **ARENA**.

Paraíba

Ademar Pereira — **ARENA**; Álvaro Gaudêncio — **ARENA**; Antônio Gomes — **ARENA**; Antônio Mariz — **ARENA**; Maurício Leite — **ARENA**; Teotônio Neto — **ARENA**.

Pernambuco

Airon Rios — **ARENA**; Carlos Wilson — **ARENA**; Geraldo Guedes — **ARENA**; Gonzaga Vasconcelos — **ARENA**; Inocêncio Oliveira — **ARENA**; Joaquim Coutinho — **ARENA**; Joaquim Guerra — **ARENA**; Josias Leite — **ARENA**; Marco Maciel — **ARENA**; Monsenhor Ferreira Lima — **ARENA**.

Alagoas

Antonio Ferreira — **ARENA**; Geraldo Bulhões — **ARENA**; Theobaldo Barbosa — **ARENA**.

Sergipe

Celso Carvalho — **ARENA**; Francisco Rollemberg — **ARENA**; Passos Pôrto — **ARENA**; Raimundo Diniz — **ARENA**.

bahia

Djalma Bessa — **ARENA**; Fernando Magalhães — **ARENA**; Henrique Brito — **ARENA**; João Alves — **ARENA**; João Durval — **ARENA**; Jutahy Magalhães — **ARENA**; Leur Lomanto — **ARENA**; Lomanto Júnior — **ARENA**; Menandro Minahim — **ARENA**; Odulfo Domingues — **ARENA**; Prisco Viana — **ARENA**; Rogério Régio — **ARENA**; Rômulo Galvão — **ARENA**; Ruy Bacelar — **ARENA**; Theódulo Albuquerque — **ARENA**; Vasco Neto — **ARENA**; Viana Neto — **ARENA**; Vieira Lima — **ARENA**; Wilson Falcão — **ARENA**.

Espírito Santo

Gerson Camata — **ARENA**; Henrique Pretti — **ARENA**; Moacyr Dalla — **ARENA**; Parente Frota — **ARENA**.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — **ARENA**; Álvaro Valle — **ARENA**; Amaral Netto — **ARENA**; Daso Coimbra — **ARENA**; José Haddad — **ARENA**; José Sally — **ARENA**; Luiz Braz — **ARENA**; Lygia Lessa Bastos — **ARENA**; Osmar Leitão — **ARENA**.

Minas Gerais

Aécio Cunha — **ARENA**; Altair Chagas — **ARENA**; Batista Miranda — **ARENA**; Bento Gonçalves — **ARENA**; Geraldo Freire — **ARENA**; Homero Santos — **ARENA**; Humberto Souto — **ARENA**; Jairo Magalhães — **ARENA**; José Bonifácio — **ARENA**; José Machado — **ARENA**; Luiz Fernando — **ARENA**; Manoel de Almeida — **ARENA**; Melo Freire — **ARENA**; Nogueira de Rezende — **ARENA**; Paulino Cícero — **ARENA**; Raul Bernardo — **ARENA**; Sinval Boaventura — **ARENA**.

São Paulo

Alcides Franciscato — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Gioia Junior — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; João Pedro — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA.

Goiás

Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Rezen-de Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Norton Macêdo — ARENA; Santos Filho — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo de Carvalho — ARENA; Henrique Córdova — ARENA; João Linhares — ARENA; Nereu Guidi — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Lauro Leitão — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Laerte Vieira — Líder do MDB

Acre

Nabor Júnior — MDB; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB.

Pará

Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB.

Piauí

Celso Barros — MDB

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Figueiredo Correia — MDB; Paes de Andrade — MDB.

Rio Grande do Norte

Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB.

Pernambuco

Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

José Costa — MDB; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

José Carlos Teixeira — MDB.

Bahia

Antonio José — MDB; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Noide Cerqueira — MDB.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Mário Moreira — MDB.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Oswaldo Lima — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Genival Tourinho — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Juarez Batista — MDB; Marcos Tito — MDB; Nelson Thibau — MDB; Padre Nobre — MDB; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Dias Menezes — MDB; Edgar Martins — MDB; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Guaçu Piteri — MDB; Israel Dias-Novais — MDB; João Arruda — MDB; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Theodoro Mendes — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Fernando Cunha — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Juarez Bernardes — MDB.

Mato Grosso

Walter de Castro — MDB.

Paraná

Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Olivir Gabardo — MDB; Oswaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB;
Jaison Barreto — MDB; José Thomé — MDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Fagundes — MDB; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury
Müller — MDB; Carlos Santos — MDB; Harry Sauer — MDB;
Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque —
MDB; José Mandelli — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Nadyr
Rossetti — MDB; Odacir Klein — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Votaram **não** 153
Srs. Deputados; **sim** 126.

Está, portanto, rejeitada a parte vetada referente ao § 2º do art.
1º do projeto, ficando mantido o veto.

Rejeitada a matéria na Câmara dos Deputados deixa esta de ser
submetida ao Senado.

A Presidência determinará as providências necessárias no senti-
do de ser comunicado o resultado da votação ao Senhor Presidente
da República.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 30 minutos.)

REFORMA ADMINISTRATIVA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

DECRETO-LEI Nº 200/67 — redação atualizada

- Legislação citada
- Legislação alteradora
- Legislação correlata

Edição — setembro de 1974

420 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Legislação Atualizada

Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/60) com redação atualizada.

Comparação com os textos anteriores. Notas explicativas e remissivas.

Jurisprudência administrativa.

Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Regulamento da Previdência Social.

Regimento do INPS.

Edição: agosto de 1974 — 318 páginas.

PREÇO: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFIO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

TRÂNSITO

Legislação atualizada
Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados
Legislação especial e correlata
Ilícitos penais do Trânsito
Resoluções do CONTRAN
Notas — Comparações — Remissões
Furto de uso

“Revista de Informação Legislativa” nº 38

452 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas.

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS —
SENADO FEDERAL**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do TSE
(voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF.
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 050